

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESPANHOL NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO ALTO  
SOLIMÕES/AM**

LUZ MARINA CANELO DE RAMIREZ

MANAUS

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESPANHOL NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO ALTO  
SOLIMÕES/AM**

Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Dr. Wagner Barros  
Teixeira

MANAUS

2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R173f Ramirez, Luz Marina Canelo de  
As funções sociais do Espanhol na região fronteiriça do Alto  
Solimões/AM / Luz Marina Canelo de Ramirez. 2024  
130 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Wagner Barros Teixeira  
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Funções Sociais da Língua. 2. Língua Espanhola. 3. Contexto  
Transfronteiriço. 4. Políticas Linguísticas. I. Teixeira, Wagner  
Barros. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**LUZ MARINA CANELO DE RAMIREZ**

**AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESPANHOL NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO ALTO  
SOLIMÕES/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Linguística.

Aprovado em: 13 de janeiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

Dra. Luana Ferreira Rodrigues  
Universidade Federal do Amazonas

Dra. Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Doña Mariquinha ta querendo passear / [...]  
Vai pra Los Lagos, vai ao INCRA, no  
Tacana / Vai por Oito e Benjamin...  
No passeio tocaremos batucada / E  
dançaremos uma cumbia e um samba  
Um vallenato, um bolero, uma lambada  
/ Um forró e um carimbo...  
E nos bebemos caipirinha e tatuzinho /  
Uma aguardente, uma batida, um daiquiri  
Ou com cachaça nos curtimos esse encontro  
/ Depois ficamos malucos, falamos portuñol...  
De comida assaremos tambaqui com  
macaxeira, uma farofa e tucupi  
Se por acaso que outra coisa  
assarmos carne [...] e pirarucu...  
De regresso nos traremos umas frutas / [...] açai  
Um pouco de jambo, [...] cupuaçu,  
muito mamão e umarí...

*PEDRO BERNAL, cantautor leticiano. Mariquinha*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus Pai Eterno, Criador de tudo, por me conceder vida e sempre guiar meu destino, dando-me forças para confiar em mim mesmo e querer continuar em busca de conhecimento...

Aos meus pais e irmãos pelo incentivo e força para realizar meus sonhos, ser professora. Ao meu marido, pela paciência e por saber entender minha ausência enquanto eu estudava para ter sucesso nesta etapa da minha vida.

Aos meus filhos, pelo amor, compreensão, incentivo e apoio tecnológico.

A minha irmã Rosa, por sua paciência em me acompanhar até o local de pesquisa e me ajudar com o recrutamento dos participantes.

Ao meu orientador professor Dr. Wagner Barros Teixeira, pela disponibilidade e atenção, pelas conversas produtivas, pelo incentivo e apoio constante, pelas observações e esclarecimentos que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Aos professores do curso de Mestrado, pelos ensinamentos e dedicação em mostrar o melhor caminho para a construção do conhecimento acadêmico.

Aos meus colegas do Mestrado, pelo incentivo, compreensão e paciência em me ajudar, dando-me forças para concluir este curso, como minhas amigas Valéria, Larissa, Cecy e Luana.

Ao meu amigo Maique Oliveira, que foi um dos que me incentivou a não desistir de ingressar no Mestrado e sempre compartilhávamos as nossas angústias e nos apoiávamos. E infelizmente não está mais conosco neste plano.

Aos Professores Dra. Luana Ferreira Rodrigues e Dra. Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro, pelas importantes considerações feitas durante o exame de Qualificação e que gentilmente aceitaram compor a Banca Examinadora deste trabalho, juntamente com meu orientador.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste desafio. Por tudo isso, minha mais sinceras e eterna gratidão.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar que funções sociais a Língua Espanhola assume em contexto transfronteiriço na cidade de Tabatinga/AM a partir da perspectiva de habitantes. Para alcançar tal objetivo, utiliza-se a abordagem qualitativa com enfoque analítico e descritivo, apoiada pelas pesquisas bibliográfica e de campo etnográfica com aplicação de questionário investigativo a pessoas que residem nessa região para a geração de dados (corpus). Como base teórica são considerados postulados sobre política linguística de investigadores como Hamel (1993), Calvet (2007) e Arnoux (2016), pressupostos sobre os entrelugares nas considerações de investigadores como Bhabha (1998), Albuquerque (2010) e Teixeira (2020) e sobre as funções sociais que as línguas podem assumir em determinado contexto, aportes de investigadores como Moreno Fernandez (2009), Teixeira (2014), Lagares (2018), entre outros. A análise dos dados revela que a língua espanhola está presente em diversos espaços na cidade de Tabatinga como escolas, comércios, na família, comunidades, em meios de transporte, rádios entre outros. Desta forma, a língua espanhola assume distintas funções sociais em diferentes contextos na cidade de Tabatinga a partir da perspectiva de habitantes. Quanto aos contextos Educacional, Familiar e Outros Contextos, o espanhol assume a função social de: disciplina escolar; uso familiar, comunicação entre parentes e amigos, assistência à saúde, comércio, turismo, comunicação comunitária, publicidade, integração cultural. Essa diversidade de funções sociais encontradas para a Língua Espanhola se destaca nessa região multilíngue e multicultural.

**Palavras-chave:** Funções Sociais da Língua, Língua Espanhola, Contexto Transfronteiriço, Políticas Linguísticas.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar qué funciones sociales asume la Lengua Española en un contexto transfronterizo en la ciudad de Tabatinga/AM desde la perspectiva de los habitantes. Para lograr este objetivo se utiliza la investigación cualitativa con el enfoque analítico y descriptivo, apoyada en investigaciones bibliográfica y de campo etnográfica con la aplicación de cuestionario investigativo a personas que viven en esa región para generar los datos (corpus). Como base teórica son considerados postulados sobre política lingüística de investigadores como Hamel (1993), Calvet (2007) y Arnoux (2016), presupuestos sobre los entrelugares en las consideraciones de investigadores como Bhabha (1998), Albuquerque (2010) y Teixeira (2020) y sobre las funciones sociales que pueden asumir las lenguas en un contexto determinado, se consideran aportes de investigadores como Moreno Fernández (2009), Teixeira (2014), Lagares (2018), entre otros. El análisis de los datos revela que la lengua española está presente en varios espacios de la ciudad de Tabatinga, como escuelas, comercios, familias, comunidades, medios de transporte, radios, entre otros. De esta manera, la lengua española asume diferentes funciones sociales en distintos contextos de la ciudad de Tabatinga desde la perspectiva de los habitantes. En Contextos Educativo, Familiar y Otros Contextos, el español asume la función social de: disciplina escolar; uso familiar, comunicación entre parientes y amigos, atención a la salud, comercio, turismo, comunicación comunitaria, publicidad, integración cultural. Esta diversidad de funciones sociales que se encuentran en el idioma español se destaca en esta región multilingüe y multicultural.

**Palabras-clave:** Funciones Sociales de la Lengua, Lengua Española, Contexto Transfronterizo, Políticas Lingüísticas.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Espaço da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) .....	39
Figura 2 - Gráfico Sexo dos participantes da pesquisa.....	82
Figura 3 - Gráfico Faixa Etária dos participantes da pesquisa .....	82
Figura 4 - Gráfico País de Nascimento dos participantes da pesquisa .....	83
Figura 5 - Gráfico Escolaridade dos participantes da pesquisa .....	84

### QUADROS

Quadro 1- Trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área de PL e ensino da Língua Estrangeira no estado do Amazonas .....	12
Quadro 2 - Trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área de PL e ensino de ELE nos municípios amazônicos fronteiriços .....	17
Quadro 3 - Modelo de Planejamento Linguístico proposto por Haugen (1983) .....	26
Quadro 4 - Síntese da metodologia utilizada no trabalho.....	79
Quadro 5 - Perfis dos participantes da investigação.....	80
Quadro 6 - Perguntas da categoria “Contexto Educacional” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes .....	86
Quadro 7 - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Contexto Educacional” do Questionário Investigativo.....	86
Quadro 8 - Pergunta 1 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.....	87
Quadro 9 - Pergunta 2 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional” .....	88
Quadro 10 - Pergunta 3 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.....	89
Quadro 11 - Pergunta 4 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional” .....	90
Quadro 12 - Pergunta 5 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.....	91
Quadro 13 - Pergunta 6 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.....	92
Quadro 14 - Perguntas da categoria “Contexto Familiar” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes .....	95
Quadro 15 - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Contexto Familiar” do Questionário Investigativo.....	96

Quadro 16 - Pergunta 7 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	97
Quadro 17 - Pergunta 8 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	97
Quadro 18 - Pergunta 9 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	98
Quadro 19 - Pergunta 10 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	99
Quadro 20 - Pergunta 11 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	100
Quadro 21 - Pergunta 12 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”	101
Quadro 22 - Perguntas da categoria “Outros Contextos” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes	102
Quadro 23 - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Outros Contextos” do Questionário Investigativo	103
Quadro 24 - Pergunta 13 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”	105
Quadro 25 – Perguntas 14 e 15 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”	106
Quadro 26 - Pergunta 16 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”	107
Quadro 27 - Pergunta 17 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”	108
Quadro 28 - Pergunta 18 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”	109

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1.1 AUTOAPRESENTAÇÃO .....	4
1.2 APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA DA DISSERTAÇÃO .....	8
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>11</b>
2.1 ESTADO DA ARTE .....	11
2.2 UMA APROXIMAÇÃO ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS .....	21
2.3 OS ENTRE-LUGARES: ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DE ENCONTROS .....	36
2.4 BREVE PANORAMA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DAS LÍNGUAS .....	54
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>70</b>
3.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS .....	70
3.2 CONTEXTO E PERFIS DOS PARTICIPANTES .....	74
3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS.....	75
3.3.1 Questionário .....	75
3.3.2 Observação .....	76
3.3.3 Anotações de campo.....	77
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>80</b>
4.1 PERFIS DOS PARTICIPANTES.....	80
4.2 DADOS SOBRE OS CONTEXTOS.....	85
4.2.1 Contexto Educacional.....	85
4.2.2 Contexto Familiar.....	95
4.2.3 Outros contextos.....	102
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE</b> <b>.....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM</b> <b>PESQUISA .....</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório desta dissertação de Mestrado está dividido em duas seções: na primeira, apresento as considerações memorialísticas à moda de autobiografia; e, na segunda, trago informações sobre a dissertação.

### 1.1 AUTOAPRESENTAÇÃO

A minha história com a língua castelhana (ou espanhola) é profunda e vem desde o berço. Filha de peruanos, nasci em *Iquitos*, capital do departamento de Loreto, localizado no nordeste da Amazônia peruana. Minha mãe era dona do lar e meu pai oficial da Marinha de Guerra do Peru. Lembro que, desde minha infância, fiquei encantada pela língua portuguesa tão só quando a escutava. Um resgate memorialístico me remete à época das festas pátrias do meu país de origem, no mês de julho, quando os meus pais levavam meus irmãos e eu à praça de Armas da cidade para assistir ao desfile militar em comemoração ao dia da independência do Peru, onde além de desfilarem os militares peruanos, também desfilavam os militares dos países vizinhos amazônicos: Brasil e Colômbia. Assistir e participar dessa comemoração já era e é uma tradição familiar. Após o desfile militar, íamos para perto dos marinheiros brasileiros só para escutá-los falar, pois queríamos apreciar a língua portuguesa, não entendíamos quase nada, mas, mesmo assim, gostávamos de escutá-la e apreciá-la. Foram e são momentos inesquecíveis que guardo com carinho, pois foram nessas oportunidades que conhecia as primeiras palavras da língua portuguesa que, sem imaginar, se tornou hoje minha segunda língua, compartilhando comigo diversas atividades de meu cotidiano.

Costumava escutar as canções do rei Roberto Carlos para curtir e conhecer mais vocabulário em português, também fiz um curso básico de Língua Portuguesa de curta duração em minha cidade, ofertado pela Casa da Cultura, tentando aprender mais sobre a língua. Tudo isso para conseguir me comunicar em terras brasileiras. Na minha primeira viagem para o Brasil, país vizinho e irmão, com destino final a cidade de Manaus – capital do Estado do Amazonas, num belo entardecer, parti de *Iquitos* de barco, navegando pelas águas do rio Amazonas (no Peru) em uma viagem tranquila e encantadora, onde pude disfrutar e admirar as maravilhas da natureza, impressionada por sua grandiosidade. No percurso, precisava passar obrigatoriamente pela região fronteira amazônica, a Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru, lugar de inigualável beleza natural, onde se percebe, segundo Teixeira (2018), a existência de diversidade e encontros peculiares, enfatizando que na grande região amazônica, além da

diversidade biológica, convivem diferentes povos, como também seus aspectos culturais, dos quais o pesquisador destaca as línguas. Ou seja, a diversidade linguística. Ainda, ao olhar a fronteira, esta assume sentidos um tanto complexos, definindo-se não só pelo limite geográfico como também pelo contexto social. Como afirma Teixeira (2020, p. 207) que nessa grande região amazônica, “[...] a ideia de fronteira evoca o conceito de movimento, de fluidez, de local transfronteiriço, de ‘*entre-lugar*’.”

Chegando à região de tríplice fronteira amazônica, parti da cidade de Santa Rosa, no Peru, de voadeira<sup>1</sup> atravessando o mesmo rio Amazonas, chamado Solimões no Brasil, rumo à cidade de Tabatinga. Eu transbordava de emoções, me sentia deslumbrada, era o máximo chegar ao Brasil, um país com cultura distinta do meu, outras costumes, outra língua..., vinha cheia de expectativas de conhecer, aprender e compartilhar o que eu sabia. Ao chegar a Tabatinga, o primeiro impacto observado foi a movimentação de pessoas no porto, principalmente, viajantes solicitando diversas informações, notando-se de imediato que falavam, em geral, em língua portuguesa – língua oficial do Brasil, e em língua espanhola – língua estrangeira, também, uma ou outra pessoa falava em língua indígena. Esse cenário foi notado também em outros lugares da cidade, como no mercado e no ponto de táxi. No mesmo espaço, tive a oportunidade de conhecer a cidade de Letícia, capital da Amazônia colombiana, com tão só atravessar uma rua que a separa de Tabatinga, na qual percebi a interação comunicativa entre brasileiros, colombianos e peruanos, principalmente, no comércio, destacando-se as línguas e os sotaques dos falantes.

Continuando minha viagem, parti de barco de Tabatinga com destino a Manaus. Durante o percurso, ia apreciando a maravilhosa paisagem da floresta amazônica, uma vista incrível, e em cada porto que o barco fazia parada, realizando embarque e desembarque, percebia-se a presença de pessoas hispânicas, ora moravam no lugar ora eram viajantes, igual eu. E finalmente cheguei à cidade de Manaus, sentindo-me já acolhida calorosamente por sua amável gente.

Alguns anos depois, iniciei no ensino de Espanhol como língua estrangeira (doravante (E/LE) quando fui contratada por um centro de idiomas de prestígio na cidade. Fiquei super feliz, porque iria exercer minha profissão de professora, pois já havia feito uma graduação no Peru e era licenciada em Ciências da Educação e Humanas. Minha condição de ser formada, de ter experiência em sala de aula e mais ainda pelo fato de ser falante nativa da língua espanhola contribuíram para conseguir o emprego, já que muitos centros de idiomas preferiam contratar

---

<sup>1</sup> É um barco veloz dotado de motor de popa.

como professores os falantes nativos da língua estrangeira, argumentando que a qualidade do ensino dessa língua se fundamentava na contratação de professores falantes nativos para ministrar as aulas.

Ministrar aulas de E/LE me obrigou a mergulhar nos livros de gramática e fazer pesquisas sobre a língua, principalmente sobre sua cultura, pois sentia a necessidade de ter mais conhecimentos sobre o idioma para sentir-me confiante ao ministrar as aulas, já que, como não fui formada em Letras – Língua Espanhola, estava segura de que não tinha tantos conhecimentos sobre a língua, por isso estudei bastante para aprimorar meus conhecimentos. Dessa forma, acredito que foi nesse momento que começou a minha formação para professora de E/LE. Conforme passava o tempo, fui adquirindo mais experiência e confiança, já que também ministrei aulas de Espanhol em outras escolas privadas. Todas essas oportunidades de trabalho me motivavam a estudar ainda mais, visando aprofundar meus conhecimentos linguísticos e aprimorar minha prática pedagógica no ensino de E/LE. Inclusive os cursos de formação, que disponibilizava a Coordenação do centro de idiomas para os professores, ampliavam mais meus conhecimentos no ensino.

No entanto, minha condição de professora de espanhol sem ter a formação acadêmica nessa área me preocupava, então decidi ir atrás dessa formação para legitimar minha situação. Para isso, iniciei com a revalidação de meu diploma, o qual foi revalidado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM como licenciatura em Pedagogia. Após uns anos, em 2012, ingressei ao Curso de Especialização em Ensino de Espanhol: Língua e Literaturas na Universidade Federal do Amazonas, finalizando em 2013. Foram dois anos de intensos estudos que resultaram na monografia intitulada “*Las variedades de la lengua española en el libro didáctico - PNLD*”. Esse trabalho me proporcionou um aprofundamento nos estudos linguísticos relacionados com as variedades geográficas da língua espanhola, sobre o livro didático e o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, bem como sobre políticas públicas voltadas para o ensino de línguas estrangeiras no Brasil, em especial da Língua Espanhola, e sobre os métodos utilizados na realização de minha pesquisa. Em busca de mais formação para obter a habilitação em espanhol, ingressei na UFAM novamente, em 2014, no curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola, concluindo no ano de 2017. Nesse período, também participei como aluna voluntária em atividades de extensão universitária, o Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, do mesmo modo, participei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC como aluna bolsista, desenvolvendo três projetos de pesquisa sobre o espanhol, também apresentei trabalhos em comunicações de eventos local e nacional, além disso, fiz parte do

Programa Centro de Estudos de Línguas – CEL, atuando como professora-estagiária bolsista de espanhol durante cinco períodos. Um ano após a colação de grau, tive a oportunidade de participar do processo seletivo para professor substituto de Espanhol na UFAM e obtive êxito. Trabalhei nessa instituição durante dois anos, foi uma experiência de grande aprendizado e crescimento profissional para mim, dia após dia no decorrer desse período, 2019-2020.

Todas essas experiências de estudo e de docência aprofundaram meus conhecimentos sobre a língua, bem como, constantemente, me submergiam na reflexão sobre o papel que desempenha a língua espanhola nesta região amazônica. E mais ainda, quando ao longo do tempo, nesse transcurso, fiz algumas viagens a minha terra de origem fazendo o mesmo percurso relatado anteriormente, na qual pude perceber que com o passar do tempo, a cidade de Tabatinga foi crescendo, foi se desenvolvendo, e as línguas portuguesa, espanhola e indígenas permaneceram, resistindo e continuam em contato direto relacionando-se e fazendo parte do cotidiano dos moradores dessa região.

Dado a essas observações, o interesse de investigar o que aborda a língua estrangeira relacionada com as funções sociais que pode assumir a língua espanhola na região fronteira do Alto Solimões surgiu a partir da preocupação como professora de espanhol, após ter presenciado em várias oportunidades o uso da língua espanhola em diferentes formas de interação comunicativa na cidade de Tabatinga/AM.

O Amazonas está situado na região Norte do Brasil, é o maior estado brasileiro de área geográfica e faz fronteira com três países hispânicos: Colômbia, Peru e Venezuela. Na região sudoeste dele está localizada a região do Alto Solimões que faz fronteira com as regiões amazônicas da Colômbia e do Peru, tendo o rio Solimões como principal meio de transporte entre as comunidades da região.

Ao navegar pelas correntezas do rio Solimões, percorrendo os municípios localizados ao longo do rio, pode-se perceber e apreciar a exuberante beleza da floresta amazônica, o barulho da correnteza do rio, o cantar dos pássaros, a imagem das flores... Nesse espetacular cenário está situada a cidade de Tabatinga, na região fronteira do Alto Solimões: Brasil-Colômbia-Peru, onde as línguas indígenas, portuguesa e espanhola se encontram e mantêm contato direto através da comunicação entre brasileiros, colombianos e peruanos, especialmente no comércio, como diz Machado (2014, p. 118), o que tem chamado atenção “[...] é a utilização cada vez maior do espanhol na região do porto de Tabatinga, tanto nas relações entre as pessoas como nos letreiros e propagandas. Não é difícil ouvir de algum tabatinguense que ‘hoje só se escuta espanhol’ no mercado [...]”. Também nos meios de comunicação, informação e no lazer dos habitantes: “a música, as rádios e a televisão peruana estão presentes no cotidiano da

população. Mesmo nos bares colombianos de Leticia e nos brasileiros de Tabatinga, a música peruana tem protagonismo, ao lado de hits populares brasileiros e internacionais (idem, p. 118).”

Além disso, a língua espanhola também está marcadamente presente na formação escolar dos habitantes da região fronteira amazônica e é a principal língua estrangeira ensinada nas escolas dessa região, segundo Teixeira (2018). Inclusive, esse idioma está amplamente presente nas escolas e comunidades indígenas e fronteiriças no Estado do Amazonas, evidenciando-se uma vez mais a pluralidade e a multiculturalidade características desse estado (op. cit.).

Como podemos perceber, a situação sociolinguística da cidade de Tabatinga é um tanto complexa. Esta pluralidade não se deve somente ao significativo número de línguas que existem e convivem ativamente em seu território, mas também à função social que assume cada uma delas, como é o caso do espanhol quando chega a substituir o português como língua de instrução formal. Isto é, no Amazonas, “[...] a língua espanhola assume funções básicas, como a comunicação familiar e a instrução formal, em substituição ou complementação às línguas autóctones e ao português, língua oficial do Brasil [...]” (Teixeira, 2014, p. 210).

## 1.2 APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA DA DISSERTAÇÃO

Considerando minha experiência de vida e a realidade da cidade de Tabatinga, onde fica evidente de forma significativa a pluralidade social, cultural e linguística com o Espanhol entre as línguas presentes, assumindo algumas funções sociais dependendo de cada caso e, mais ainda, pelo fato do espanhol ser uma língua de função social internacional (LAGARES, 2018), utilizada em diversos contextos, surge a inquietação com essa situação específica das funções sociais que assume o Espanhol, o que motivou a realizar esta investigação com o intuito de tentar responder a seguinte pergunta geral: que funções sociais a língua espanhola assume em contexto transfronteiriço na cidade de Tabatinga/AM a partir das perspectivas de habitantes? Como desdobramentos, proponho as seguintes perguntas específicas: 1. Que funções sociais a Língua Espanhola assume no contexto educacional em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes? 2. Que funções sociais a Língua Espanhola assume no contexto familiar em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes? 3. Que funções sociais a Língua Espanhola assume em outros contextos em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes?

Tentando responder a essas questões, neste trabalho de investigação, o objetivo geral é o de analisar que funções sociais a Língua Espanhola assume em contexto transfronteiriço na



cidade de Tabatinga/AM a partir das perspectivas de habitantes. E para alcançar esse objetivo geral, procurei atingir os seguintes objetivos específicos: a) verificar que funções sociais o Espanhol assume no contexto educacional em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes; b) constatar que funções sociais o idioma Espanhol assume no contexto familiar em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes; c) identificar que funções sociais o Espanhol assume em outros contextos em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes.

Tendo como base investigações como a de Guerreiro (2017) que afirma que o Espanhol é uma das línguas estrangeiras ensinada nas escolas públicas do Alto Solimões desde a década de 1990, estando presente inclusive no ensino superior no Instituto de Natureza e Cultura da UFAM, e a de Teixeira (2014) que afirma que o espanhol assume diferentes funções sociais entre as línguas de ensino no Amazonas, como no âmbito educacional, familiar e em outros contextos relacionados com a vida social dos moradores dessa região, elenco minhas hipóteses:

- A língua espanhola cumpre uma função educacional importante tanto na educação básica quanto no ensino superior nessa região amazônica, assumindo a função social de disciplina escolar;
- Se utiliza o espanhol no âmbito familiar na comunicação entre os membros, assumindo a função social de uso familiar;
- Também se utiliza o espanhol em outros âmbitos como, por exemplo: saúde, comércio, lazer, etc., assumindo funções sociais de acordo com cada contexto da sociedade.

Ao dialogar com outras investigações sobre a temática de políticas linguísticas em contexto transfronteiriço e, especialmente sobre as funções sociais que as línguas portuguesa e espanhola assumem no contexto amazônico ou transamazônico, para o estado da arte de minha pesquisa, este trabalho pode contribuir para esta temática e, dessa maneira, se justifica cientificamente porque contribui para uma área da ciência. Ao abordar considerações políticas sobre as funções que a língua assume em diferentes contextos, este trabalho pode trazer resultados que gerem discussões políticas sobre políticas de línguas, ensinos de línguas, inclusive posso fomentar mudanças nas políticas linguísticas no Amazonas para a região de fronteira, isso então é uma possível contribuição política e por isso ganha ou alcança relevância política e também se justifica. Além disso, acredito que esta pesquisa seja relevante porque irá ampliar o número de investigações científicas sobre o E/LE na região amazônica, pois verifiquei que há pouquíssimas pesquisas sobre o espanhol nas cidades brasileiras da tríplice fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), fato também confirmado por Teixeira (2014), Guerreiro (2017),

Heufemann (2019) e Rodrigues (2021); bem como, contribuirá no crescimento do interesse pela língua espanhola e no fortalecimento e valorização do ensino de E/LE, não só na região do Alto Solimões e no Amazonas, mas no Brasil de forma mais geral, deste modo esta pesquisa também se justifica.

Este trabalho de dissertação de mestrado tem como base teórica um capítulo que se divide em quatro eixos: o primeiro eixo apresenta o estado da arte da pesquisa sobre a presença e ensino da Língua Espanhola no Amazonas; em seguida, o segundo eixo aborda a temática de políticas linguísticas com base em aportes de Hamel (1993), Calvet (2007), Lagares (2018), entre outros; o terceiro eixo aborda sobre os entrelugares baseado nos pressupostos de Bhabha (1998), Teixeira (2020) e outros; o quarto eixo aborda as funções sociais que as línguas podem assumir em determinado contexto com base nos aportes de Teixeira (2014), Lagares (2018), entre outros.

Um capítulo referente aos aspectos metodológicos, que narra uma investigação de abordagem qualitativa baseada nos estudos de Creswell (2010), Richardson (2012) e outros, com viés descritivo-analítico, já que descreve e analisa documentos com base em Cervo, Bervian e Da Silva (2007). Além de utilizar as pesquisas bibliográficas impressa e telematizada para o levantamento do Estado da Arte e da fundamentação teórica com base nos pressupostos de Cervo e Bervian (1983), Gil (2008), Zanella (2006). A impressa abarca tudo o que há de forma física que já foi publicado, tais como: livros, revistas, jornais, artigos científicos; e a telematizada abarca tudo o que a mídia pode fornecer de forma virtual, tais como: rádio, televisão, computador e internet, que permitem viabilizar o acesso ao material atualizado.

Também utilizei pesquisa de campo etnográfica para gerar informações com base nos trabalhos de Mattos (2011), Rocha e Eckert (2008), utilizando como instrumentos de geração de dados questionários investigativos, aplicados de forma pessoal a participantes residentes em Tabatinga sobre as funções sociais que a língua espanhola assume nos contextos educacional, familiar e em demais contextos sociais; bem como, observação não participante e anotações de campo.

Em relação à análise dos dados gerados, realizei de forma detalhada buscando responder as perguntas da pesquisa, analisando-os à luz das teorias levantadas para a fundamentação teórica desta investigação.

No que se refere à estrutura, além deste capítulo introdutório, este trabalho apresenta um capítulo de fundamentação teórica, outro referente aos aspectos metodológicos, um capítulo de apresentação e análise dos dados, um que traz as considerações finais e por último se apresentam referências, apêndices e anexos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica sustenta a investigação, fornecendo subsídios teóricos norteadores para embasar os processos da pesquisa. Desse modo, neste capítulo, apresentam-se os pressupostos que servem de base para a etapa de análise a ser desenvolvida.

Com a intenção de organizar a apresentação dos pressupostos teóricos, inicialmente, de modo geral, apresento o Estado da Arte da pesquisa; em seguida, abordo sobre Políticas Linguísticas (PL). Na sequência, apresento concepções de entrelugares. Por último, mostro um panorama sobre as funções sociais da língua espanhola.

Assim, a seguir, apresento um breve panorama do Estado da Arte da área temática desta pesquisa.

### **2.1 ESTADO DA ARTE**

Com a finalidade de contextualizar o panorama atual de pesquisas relacionadas ao tema desta pesquisa, nesta seção faremos algumas considerações sobre a presença e ensino da Língua Espanhola tanto no estado do Amazonas (Quadro 1) quanto mais especificamente nas regiões amazônicas fronteiriças (Quadro 2).

**Quadro 1- Trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área de PL e ensino da Língua Estrangeira no estado do Amazonas**

Título	Autor(es)	Tipo/Revista/Ano	Problema e Objetivos	Metodologia	Resultados
<p>Políticas Linguísticas: o ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado do Amazonas.</p>	<p>COSTA, Mirley Tereza Correia da</p>	<p>Dissertação 2014</p>	<p><u>Problema:</u> Políticas linguísticas fracas e despreocupadas com um ensino de línguas Plurilíngue, identificando que as ações nessa área são isoladas.</p> <p><u>Objetivo:</u> compreender como se configuram as Políticas Linguísticas propostas para a rede estadual do estado do Amazonas e como na prática elas se concretizam em escolas públicas da capital.</p>		<p>São diversos os caminhos para a mudança em direção à compreensão da língua estrangeira como constitutiva da subjetividade no mundo contemporâneo. Este trabalho veio juntar-se a outras vozes no sentido de compreender a realidade em que vivemos, determinadas pelo contexto histórico do ensino de línguas no Brasil, pelo papel sincrônico das leis nas ações voluntárias de definição de práticas e pelas práticas efetivas de sala de aula, passando pela formação de professores nas questões de instrumentalização técnica e na formação política, como agentes transformadores da realidade.</p>
<p>Ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola na rede Municipal de Educação SEMED/Manaus</p>	<p>GOMES, Ádria dos Santos</p>	<p>Dissertação 2019</p>	<p><u>Problema:</u> a falta do ensino da Língua Espanhola desde as séries iniciais na rede municipal.</p> <p><u>Objetivo:</u> investigar ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola pela rede</p>	<p>pesquisa bibliográfica impressa e telematizada e a pesquisa de cunho documental; princípios da pesquisa</p>	<p>Foi entregue à Comissão de Educação, no dia 16 de agosto de 2019, na Assembleia Legislativa do Amazonas, uma Proposta de Lei (PL) com o apoio do ente glotopolítico da Associação de Professores de Espanhol do Amazonas (APE — AM) em favor da ampliação</p>

			<p>municipal de educação de Manaus, garantindo, assim, que os alunos manauaras possam aprender um novo idioma e que possam se comunicar de maneira efetiva com os <i>hispanohablantes</i> que vivem em Manaus.</p>	<p>quantitativa e qualitativa</p>	<p>do ensino de Língua Espanhola para o Ensino Fundamental a partir das séries iniciais, o qual pretende-se ser ampliado para os municípios do Estado do Amazonas, principalmente aqueles de fazem fronteira com países hispânicos.</p>
<p>Políticas Linguísticas e o Ensino da Língua Espanhola em Manaus à luz da Glotopolítica</p>	<p>HEUFEMANN, Felipe Miguel Castro</p>	<p>Dissertação 2019</p>	<p><u>Problema:</u> escassez de pesquisas sobre a realidade manauara sob a ótica de Políticas Linguísticas e a Glotopolítica, voltadas para a situação do ensino do Espanhol.</p> <p><u>Objetivo:</u> verificar a existência de políticas linguísticas a nível nacional, regional e local que têm contribuído para o ensino da Língua Espanhola na cidade de Manaus à luz da Glotopolítica, bem como os entes sociais que fomentam seu ensino</p>	<p>pesquisa bibliográfica impressa e telematizada, utiliza a pesquisa documental, com o apoio da técnica de fichamento bibliográfico com recorte lexical.</p>	<p>A análise dos dados deixa claro que o ensino de Espanhol no Amazonas, em especial na cidade de Manaus, remonta-se aos idos de 1997, e se deve a políticas linguísticas de agentes glotopolíticos dos poderes públicos Estadual e Municipal, e, ainda, de outros agentes sociais brasileiros e internacionais, com destaque para a Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas e o Consulado Geral da Colômbia em Manaus.</p>
<p>Crenças de professores de espanhol sobre a avaliação no ensino-aprendizagem de LE.</p>	<p>ROCHA, Mariana Rabelo</p>	<p>Dissertação 2019</p>	<p><u>Problema:</u> no âmbito do ensino-aprendizagem de línguas, a avaliação tem sido praticada nos moldes tradicionais, com foco nos “conteúdos”, havendo esse equívoco na utilização dos termos “avaliar” e</p>	<p>natureza qualitativa, situando-se no domínio do estudo de caso</p>	<p>Os resultados revelaram que as crenças sobre a avaliação ainda estão pautadas em abordagens tradicionais, majorando-se o uso da avaliação somativa em detrimento da diagnóstica e formativa. Evidenciou-se, também, que o professor exerce</p>

			<p>“examinar”. Ainda, nos cursos de graduação, as questões avaliativas são abordadas de forma muito superficial.</p> <p><u>Objetivo:</u> investigar as crenças de professores egressos do Curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola da UFAM sobre a avaliação no ensino-aprendizagem de LE (Línguas Estrangeiras).</p>		<p>um papel centralizador na prática avaliativa, competindo ao aluno apenas ser avaliado. Por último, mostrou-se a necessidade de que os cursos de formação inicial possibilitem maiores discussões e reflexões sobre a avaliação e uma real aproximação da realidade de sala de aula.</p>
<p>Livro didático aprovado pelo PNLD LEM Espanhol: um estudo sobre a abordagem destinada às TIC</p>	<p>GALAN, Santiago Javier</p>	<p>Dissertação 2020</p>	<p><u>Problema:</u> panorama preocupante para a disciplina Língua Espanhola após a sua saída do currículo escolar no Brasil, como consequência de ter sofrido três seguidas ações glotopolíticas, as quais são a revogada da Lei do Espanhol (Lei 11.161), a retirada do componente curricular LEM Espanhol do PNLD e a ausência da Língua Espanhola na BNCC.</p> <p><u>Objetivo:</u> compreender a abordagem destinada às TIC no livro didático aprovado no PNLD 2018 de LEM Espanhol.</p>	<p>pesquisa bibliográfica e documental pesquisa quali-quantitativa</p>	<p>Os resultados da pesquisa apontam que o edital PNLD 2018 apresenta alguns critérios que podem ser efetivados por meio das TIC, apesar de não mencionarem explicitamente o uso desses recursos tecnológicos e, além disso, há pouca variedade nas propostas didático-pedagógicas no livro didático investigado.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O trabalho “Políticas Linguísticas: o ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado do Amazonas” de Mirley Tereza Correia da Costa apresenta uma problemática que está relacionada a Políticas linguísticas fracas e despreocupadas com um ensino de línguas plurilíngue, identificando que as ações nessa área são isoladas. Como resultados, a autora aponta que são diversos os caminhos para a mudança em direção à compreensão da língua estrangeira como constitutiva da subjetividade no mundo contemporâneo. Este trabalho veio juntar-se a outras vozes no sentido de compreender a realidade em que vivemos, determinadas pelo contexto histórico do ensino de línguas no Brasil, pelo papel sincrônico das leis nas ações voluntárias de definição de práticas e pelas práticas efetivas de sala de aula, passando pela formação de professores nas questões de instrumentalização técnica e na formação política, como agentes transformadores da realidade.

O estudo de Ádria dos Santos Gomes, “Ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola na rede Municipal de Educação SEMED/Manaus” aborda o tema da importância de se implementar o ensino da Língua Espanhola desde as séries iniciais na rede municipal, garantindo, assim, que os alunos possam adquirir uma outra língua, que proporcionará um ganho cultural e permitirá um crescimento em sua vida educativa e profissional. Em suas considerações finais, ela informa sobre uma Proposta de Lei (PL) que foi entregue à Comissão de Educação, no dia 16 de agosto de 2019, na Assembleia Legislativa do Amazonas, com o apoio do ente glotopolítico da Associação de Professores de Espanhol do Amazonas (APE — AM) em favor da ampliação do ensino de Língua Espanhola para o Ensino Fundamental a partir das séries iniciais, o qual pretende-se ser ampliado para os municípios do Estado do Amazonas, principalmente aqueles de fazem fronteira com países hispânicos.

Já o trabalho de Felipe Miguel Castro Heufemann, “Políticas Linguísticas e o Ensino da Língua Espanhola em Manaus à luz da Glotopolítica”, nos traz uma preocupação sobre Políticas Linguísticas, pois o autor apresenta como problemática a escassez de pesquisas sobre a realidade manauara sob a ótica de Políticas Linguísticas e a Glotopolítica, voltadas para a situação do ensino do Espanhol. Sua análise dos dados deixa claro que o ensino de Espanhol no Amazonas, em especial na cidade de Manaus, remonta-se aos idos de 1997, e se deve a políticas linguísticas de agentes glotopolíticos dos poderes públicos Estadual e Municipal, e, ainda, de outros agentes sociais brasileiros e internacionais, com destaque para a Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas e o Consulado Geral da Colômbia em Manaus.

A dissertação de mestrado da professora Mariana Rabelo Rocha, “Crenças de professores de espanhol sobre a avaliação no ensino-aprendizagem de LE”, apresenta uma preocupação com a avaliação no processo de ensino-aprendizagem de línguas, pois ela tem sido praticada nos moldes tradicionais, com foco nos “conteúdos”, havendo esse equívoco na utilização dos termos “avaliar” e “examinar”. Ainda, nos cursos de graduação, as questões avaliativas são abordadas de forma muito superficial. Seus resultados revelaram que as crenças sobre a avaliação ainda estão pautadas em abordagens tradicionais, majorando-se o uso da avaliação somativa em detrimento da diagnóstica e formativa. Evidenciou-se, também, que o professor exerce um papel centralizador na prática avaliativa, competindo ao aluno apenas ser avaliado. Por último, mostrou-se a necessidade de que os cursos de formação inicial possibilitem maiores discussões e reflexões sobre a avaliação e uma real aproximação da realidade de sala de aula.

Para finalizar, o professor Santiago Javier Galan justifica seu trabalho intitulado “Livro didático aprovado pelo PNLD LEM Espanhol: um estudo sobre a abordagem destinada às TIC” a relevância científica, pois dialoga com outros trabalhos já publicados na área como, por exemplo, com as pesquisas realizadas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas sobre a temática do material didático; tem importância política, pois se debruça sobre o PNLD, um programa que é parte de políticas públicas educacionais, podendo trazer resultados que logrem subsídios para discussões sobre esse programa; tem relevância pedagógica, pois analisa o livro didático usado em sala de aula, e, quiçá, demonstrar resultados que possam subsidiar discussões sobre o livro didático de Espanhol no Brasil e, até mesmo, propor mudanças no livro.



**Quadro 2 - Trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área de PL e ensino de E/LE nos municípios amazônicos fronteiriços**

Título	Autor(es)	Tipo/Revista/Ano	Problema e Objetivos	Metodologia	Resultados
<p>Presença e funções do Espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas</p>	<p>TEIXEIRA, Wagner Barros</p>	<p>Tese 2014</p>	<p><u>Problema:</u> Sem registros de referências a pesquisas que abordassem a situação da língua espanhola na região do Alto Rio Negro/AM.</p> <p><u>Objetivo:</u> investigar como a língua espanhola está presente no Alto Rio Negro/AM, bem como as funções que ela assume na região.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e telematizada, pesquisas documental, de opinião e motivação, e o estudo de caso, por meio de questionários e entrevistas, com o apoio das técnicas de introspecção.</p>	<p>A análise dos dados deixa claro que a presença da língua espanhola no Alto Rio Negro/AM se deve à existência de políticas educacionais e ao contato com hispânicos oriundos da fronteira com países vizinhos, Colômbia e Venezuela, sendo concebida como língua de ‘branco’ e assumindo distintas funções sociais.</p>
<p>La lengua Española en comunidades indígenas del <i>Alto Solimões/AM</i></p>	<p>COELHO, Diana Vanezza Hayden; TEIXEIRA, Wagner Barros</p>	<p>Artigo publicado em anal de evento – V Encuentro de la Hispanidad: Formación de Profesores 2015</p>	<p><u>Problema:</u> falta de documentação sobre comunidades indígenas de etnias que falam línguas étnicas tradicionais orais se comportam, sobre que atitudes tomam em relação a aprendizagem de uma língua estrangeira de tradição letrada: o Espanhol, e ainda e que maneira essa língua estrangeira os afeta em suas atividades diárias.</p> <p><u>Objetivo:</u> verificar la presencia de la Lengua Española en comunidades indígenas brasileñas ubicadas en la región de triple frontera en el <i>Alto Solimões/AM</i></p>	<p>investigación bibliográfica, cuestionarios y entrevistas</p>	<p>El análisis hecho deja claro que en las comunidades indígenas abordadas está presente el Español como lengua extranjera, sin dejar de lado el portugués y su(s) lenguas étnicas.</p>

<p>A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas</p>	<p>GUERREIRO, Solano da Silva</p>	<p>Dissertação 2017</p>	<p><u>Problema:</u> poucas pesquisas foram desenvolvidas acerca de políticas linguísticas e do ensino de Espanhol em municípios amazonenses fronteiriços, como no Alto Solimões, considerando especificamente o contexto da cidade de Benjamin Constant-AM, além de serem recentes.</p> <p><u>Objetivo:</u> investigar como o ensino da Língua Espanhola foi implementado nas escolas públicas da zona urbana do município de Benjamin Constant, fronteira Brasil-Peru, no Estado do Amazonas.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental</p>	<p>A análise dos dados evidencia que, a princípio, a Língua Estrangeira que prevalecia na rede pública de ensino de Benjamin Constant era o Inglês no que hoje é conhecido como Ensino Médio e no Ensino Fundamental não havia a oferta de nenhuma língua estrangeira. E, a partir da segunda metade da década de noventa, as escolas das redes públicas estadual e municipal de ensino de Benjamin Constant passaram a oferta a Língua Espanhola.</p>
<p>Práticas e Políticas Linguísticas no Alto Solimões: plurilinguismo, formação de professores na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru</p>	<p>RODRIGUES, Luana Ferreira</p>	<p>Tese 2021</p>	<p><u>Problema:</u> necessidade e importância de desenvolver estudos focados nas fronteiras da Região Norte do Brasil, visto que são escassos os trabalhos dentro da área das Políticas Linguísticas nesse espaço, em especial na Tríplice Fronteira, um espaço de grande riqueza linguística e cultural em constante contato e integração.</p> <p><u>Objetivo:</u> analisar quais as Políticas Linguísticas desenvolvidas e possíveis ações que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável no que concerne à proteção da</p>	<p>pesquisa documental</p>	<p>A análise dos dados corroboram a hipótese de que a formação de professores precisa ser repensada visando uma formação ampliada desse profissional, para que possa atuar como agente de transformação em prol de uma educação que respeita e promove a diversidade linguística. Dessa forma, a universidade precisa se abrir para a diversidade da fronteira, bem como entender que o plurilinguismo pode ser um recurso para o desenvolvimento da fronteira e a fronteira, um recurso para a promoção do plurilinguismo. Todos podem e devem ter o direito de falar e aprender as línguas da fronteira,</p>

			diversidade cultural e do multi/plurilinguismo e para a formação intercultural de professores nesse contexto		sejam oficiais como o português e o espanhol, sejam as línguas que ainda não foram oficializadas, como o ticuna, o kokama e as línguas de sinais
Ensino de Português em escola pública brasileira em região de fronteira: realidades e desafios	CABRAL, Rocilange Salles.	Dissertação 2019	<p><u>Problema:</u> a Língua Portuguesa tem sido, prioritariamente, ensinada como Vernacular, Monolíngue, Língua Materna, apesar de as salas de aula estarem repletas de alunos, cujas relações com a Língua Portuguesa são diversas.</p> <p><u>Objetivo:</u> investigar as formas de pluralidade características da região do Alto Solimões nas políticas públicas com relação ao ensino da Língua Portuguesa.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, com viés descritivo e analítico.</p> <p>Pesquisa bibliográfica impressa e telematizada.</p> <p>Pesquisa documental.</p>	<p>A partir da análise de dados, encontrou-se que as instituições e os documentos se complementam, enfatizando: a valoração da pluralidade ampla e das variedades linguísticas da própria língua; o respeito ao contexto.</p>
<p><u>Nota:</u> O trabalho de Cabral (2019) disserta sobre a Língua Portuguesa, não obstante alude a Língua Espanhola em seu conteúdo, o que torna relevante para este Estado da Arte.</p>					

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O trabalho “Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas” de Wagner Barros Teixeira apresenta uma problemática que está relacionada a falta de registros de referências a pesquisas que abordassem a situação da língua espanhola na região do Alto Rio Negro/AM. O pesquisador, a partir da sua análise de dados, conclui que a presença da língua espanhola no Alto Rio Negro/AM se deve à existência de políticas educacionais e ao contato com hispânicos oriundos da fronteira com países vizinhos, Colômbia e Venezuela, sendo concebida como língua de ‘branco’ e assumindo distintas funções sociais.

O estudo de Diana Vanezza Hayden Coelho e Wagner Barros Teixeira, “La lengua española en comunidades indígenas del Alto Solimões/AM” aborda o tema da presença do espanhol em comunidades indígenas em região de tríplice fronteira, como ela as afeta em suas atividades diárias, em seu comportamento e que atitudes tomam em relação a sua aprendizagem. Os resultados obtidos a partir das análises deixa claro que nas comunidades indígenas abordadas está presente o espanhol como língua estrangeira, sem deixar de lado o português e suas línguas étnicas.

Já o trabalho de Solano Da Silva Guerreiro, “A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas”, nos traz uma preocupação com as pesquisas sobre a língua espanhola, pois o autor apresenta como problemática a escassez de pesquisas relacionadas às políticas linguísticas da língua espanhola no estado do Amazonas, mais especificamente em municípios fronteiriços como a cidade de Benjamin Constant, além de serem recentes. A suas análises de dados evidencia que, a princípio, a língua estrangeira que prevalecia na rede pública de ensino de Benjamin Constant era o Inglês, no que hoje é conhecido como Ensino Médio, e no Ensino Fundamental não havia a oferta de nenhuma língua estrangeira. E, a partir da segunda metade da década de noventa, as escolas das redes públicas estadual e municipal de ensino de Benjamin Constant passaram a ofertar a Língua Espanhola.

A tese de doutorado da professora Luana Ferreira Rodrigues, “Práticas e Políticas Linguísticas no Alto Solimões: plurilinguismo, formação de professores na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru”, também apresenta uma preocupação com o número pouco expressivo de pesquisas dentro da área das Políticas Linguísticas nas fronteiras da Região Norte do Brasil, em especial na Tríplice Fronteira, um espaço de grande riqueza linguística e cultural em constante contato e integração. Seus resultados revelaram que a formação de professores precisa ser repensada visando uma formação ampliada desse profissional, para que possa atuar como agente de transformação em prol de uma educação que respeita e promove a diversidade linguística. Dessa forma, a universidade precisa se abrir para a diversidade da fronteira, bem

como entender que o plurilinguismo pode ser um recurso para o desenvolvimento da fronteira e a fronteira, um recurso para a promoção do plurilinguismo. Todos podem e devem ter o direito de falar e aprender as línguas da fronteira, sejam oficiais como o português e o espanhol, sejam as línguas que ainda não foram oficializadas, como o ticuna, o kokama e as línguas de sinais.

Para finalizar, a professora Rocilange Salles Cabral justifica seu trabalho intitulado “Ensino de Português em escola pública brasileira em região de fronteira: realidades e desafios” em três aspectos: Educacional, Político e Acadêmico. O primeiro porque urge potencializar a área de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), em especial, internamente, para a Educação Básica. O segundo aspecto é o Político, ou seja, diz respeito a fornecer subsídios para políticas públicas linguísticas que possam dar suporte a ajustes ou novas implementações para o ensino de Língua Portuguesa, não apenas a Língua Portuguesa, significando o monolinguismo, mas o plurilinguismo. Já o terceiro aspecto, o Acadêmico, indica que essa pesquisa pode servir de ponto de partida para novas pesquisas acadêmico-científicas na área do PFOL na Educação Básica, no Estado do Amazonas e, especificamente, nas Fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, onde a inquietação da pesquisadora surgiu.

O que a pesquisa do Estado da Arte revela é um crescimento e interesse cada vez maior em pesquisar contextos do ensino de línguas estrangeiras e as políticas linguísticas que as sustentam. Após a síntese descritiva dos trabalhos apresentados nos Quadros 1 e 2, é visto que é necessário refletir sobre o ensino da Língua Espanhola no estado amazonense e, principalmente, nas regiões onde se faz mais presente o contato direto dela com a língua portuguesa, as regiões fronteiriças. O ensino do Espanhol não pode ser mais um evento isolado e ser deixado de lado em um segundo plano, a língua espanhola já está intrínseca na nossa cultura, principalmente nesses municípios de fronteira, onde ela se mistura com as línguas portuguesa e indígenas e faz parte do dia-a-dia de muitos brasileiros que lá vivem. O mínimo que o estado pode oferecer são ferramentas para que essas pessoas possam se comunicar de forma efetiva.

A seguir, traço um breve panorama de PL, apresentando alguns conceitos e aspectos importantes para a compreensão de seu percurso.

## 2.2 UMA APROXIMAÇÃO ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Desde épocas remotas, a intervenção humana sobre as línguas faz parte da História, pois sempre foi interesse de determinados grupos de pessoas com ideologias políticas lidar com os aspectos linguísticos, intervir nas práticas e estabelecer os usos das línguas, uma vez que, como

afirma Calvet (2007, p. 11), “sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua.” Não obstante, o conceito de política linguística é recente e engloba a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e as sociedades” e a implementação dessas grandes decisões é o planejamento linguístico (Ibid., p. 11). Ou seja, o planejamento deriva da política linguística e juntos correspondem às ações sobre a(s) língua(s). Ainda segundo Calvet (2007), as políticas linguísticas podem ser elaboradas por diferentes grupos envolvidos em qualquer organização social, mas somente o Estado teria o poder e os meios necessários para formalizar e/ou oficializar em prática suas escolhas políticas.

Nessa linha, Hamel (1993) afirma que desde que os homens se organizaram em sociedade e ampliaram suas relações de contato, intercâmbio e dominação a outras sociedades culturalmente e linguisticamente diferentes, existem as políticas linguísticas. E destaca que, em toda política linguística, a possibilidade de intervir sobre a língua está determinada pelas relações de poder vigentes entre os atores e grupos sociais. Ou seja, o fato é que ao longo da história, o Estado sempre usou esse poder sobre a língua ou as línguas, nas palavras de Calvet (op. cit., p. 11) “o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria”. Como exemplo, recorre-se à história, está o caso que ocorreu no contexto nacional brasileiro sob a tutela de Marques de Pombal, quando a língua portuguesa foi imposta como língua nacional, proibindo-se o uso de qualquer outra língua das comunidades que aqui habitavam, como as línguas indígenas, com a intenção política de extinguir as relações de poder desigual entre as línguas (TEIXEIRA, 2014). Neste caso, se privilegiou a língua portuguesa em detrimento das outras línguas existentes na região brasileira.

Apesar de ser uma prática muito antiga, a Política Linguística, enquanto área científica, começou a ser objeto de estudo somente a partir da metade do século XX. Segundo Calvet (op. cit.), o linguista americano-norueguês Einar Haugen foi um dos primeiros linguistas a estudar as políticas linguísticas e a propor um modelo de planejamento linguístico, em 1959, ao tratar em seu trabalho sobre problemas linguísticos da Noruega, tentando mostrar intervenções do Estado sobre a língua com o intuito de conseguir uma identidade nacional, após estar séculos sob o domínio dinamarquês. E foi nesse trabalho de Haugen que surgiu o sintagma *language planning*, que veio para o Português denominado de *Planejamento Linguístico*, em um contexto marcado pelo processo de descolonização de diversos países africanos e asiáticos, e por situações de formação de uma identidade nacional.

A partir desse trabalho, vários estudos surgiram abordando essa temática, de tal forma que, segundo Calvet (Ibid., p. 15), a noção de Política Linguística também apareceu em

trabalhos escritos “[...] em inglês (*Fishman, Sociolinguistics*, 1970), em espanhol (Rafael Ninyoles, *Estructura Social y Política Lingüística*, Valência, 1975), em alemão (Helmunt Glück, ‘Sprachtheorie und Sprach(en) politik’, *OBST*, 18, 1981) e em francês”. Os diversos estudos foram ganhando força chegando a movimentar discussões sobre situações de plurilinguismo. Mais tarde, no início da década do 90, a partir da publicação de um conjunto de obras, “[...] a política linguística parece ter nascido como resposta aos problemas dos países em ‘via de desenvolvimento’ ou das minorias linguísticas” (Ibid., p. 18-19).

Nesse sentido, entendemos que a política linguística surge para atender uma demanda de organizar e solucionar problemas linguísticos em contextos plurilíngues, assim também o afirma Lagares (2018, p. 21), ao assinalar que

naquele momento, a política linguística é entendida como uma forma de resolver "problemas linguísticos" em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país e "equipando" os idiomas locais, que não contavam com os instrumentos próprios das línguas de colonização (ortografia, gramática e dicionário). Nessa política, o planejamento do *status* (sobre as funções sociais da língua) e o planejamento do *corpus* (sobre a forma do código linguístico) são empreendidos com a participação de linguistas, que colocam seus conhecimentos técnicos especializados a serviço do projeto de unificação política dos países.

Podemos observar que a política linguística, na sua origem, partiu orientada basicamente para solucionar problemas linguísticos surgidos a partir da estruturação linguística das línguas sem considerar o uso da língua ou das línguas na vida social dos cidadãos, como afirma Calvet (op. cit., p. 25) que, nessa época, as ações de política linguística se limitavam “[...] essencialmente à proposição de soluções concernentes à padronização das línguas, sem que os vínculos entre as línguas e sociedade fossem verdadeiramente levados em conta.” Apesar de que, conforme o pesquisador (Ibid., p. 19), os problemas linguísticos que apareceram em países como Quebec, Estados Unidos e posteriormente os que surgiram em Europa, mostram que a política linguística e o planejamento linguístico não estão relacionados apenas com o desenvolvimento ou as situações pós-coloniais.

O texto fundador de Haugen sobre a Noruega bastaria para comprovar que a relação entre língua(s) e vida social são ao mesmo tempo problemas de identidades, de cultura, de economia, de desenvolvimento, problemas dos quais nenhum país escapa. E percebemos que há também uma política linguística da francofonia, da anglofonia etc. Desse ponto de vista, a emergência de novas nações terá simplesmente servido como um revelador (Ibid., p. 19).

Para Calvet (Ibid), *política linguística* e *planejamento linguístico* é um binômio indissociável que trata das questões de política linguística e de sua aplicação. Para que uma política linguística seja concretizada deve estar integrada ao planejamento linguístico, ou seja, da aplicação prática da política. É assim como Calvet (2002, p. 145) define Política Linguística,

como “[...] um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”. Em suma, o entendimento desse binômio, *política linguística e planejamento linguístico*, é que a política linguística elabora um tipo de intervenção sobre situações sociolinguísticas e o planejamento linguístico são os meios para realizar essa intervenção (CALVET, 2007).

Por sua vez, no que tange à política linguística, Hamel (1993) explica que apesar de já existir durante um longo tempo discussões sobre política linguística e planejamento linguístico, ainda existem divergências no que se refere ao *status* teórico e a denominação de cada componente dessa área de estudos. Contudo, o pesquisador reconhece que duas grandes áreas são estabelecidas de acordo com a maioria das percepções. A primeira área, política linguística externa, que trata dos usos e funções que desempenha uma língua em contextos multilíngues, ou seja, define o *status* da língua; e a segunda área, política linguística interna, que trata das intervenções sobre as normas gramaticais, codificação, padronização, elaboração de alfabetos e léxico, ou seja, define o *corpus* da língua. E por último, ele destaca a existência de uma terceira área que trata da educação, quer dizer, do ensino-aprendizagem de uma língua.

Ainda os linguistas Hamel (1993) e Calvet (2007) afirmam que, em 1969, Heinz Kloss implantou uma distinção entre o *planejamento do status* e o *planejamento do corpus*, sendo que o primeiro se vincula com a escolha de uma língua como oficial, nacional, destinada à educação, e o segundo engloba a elaboração de alfabetos, a padronização e a ampliação ou criação de vocabulário. Isto é, as intervenções sobre uma língua podem ser realizadas de duas maneiras: a primeira sobre o *status*, quando se refere às intervenções nas funções da língua, seu *status* social e suas relações com outras línguas; e a segunda sobre o *corpus*, quando se refere às intervenções na forma da(s) língua(s).

Buscando exemplificar esses dois tipos de ações, apresentamos para o *planejamento do status* o caso do município de São Gabriel da Cachoeira, no nordeste do estado brasileiro do Amazonas, onde a Câmara Municipal reconheceu oficialmente as línguas indígenas *tucano*, *nheengatu* e *baniwa* como línguas cooficiais nesse território pela Lei Municipal nº 145, de 11 de dezembro de 2002, junto ao português (língua oficial do Brasil), que passa a dividir o estatuto oficial com outras línguas. Desse modo, essas línguas indígenas alcançaram um *status* privilegiado de idioma oficial dentre os outros idiomas que abriga essa região, que, “apesar de ainda não possuírem o *status* de língua oficial, estão presentes de maneira viva e significativa, alguns com mais intensidade, no cotidiano das comunidades que compõem o mosaico pluriétnico e plurilinguístico da região” (TEIXEIRA, 2014, p. 15). E para o *planejamento do*



*corpus*, apresentamos o caso do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90) firmado entre os Presidentes das Repúblicas dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, ficando registrado no documento denominado *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção do Português (PAB)*. (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Calvet (2007), no início dos estudos sobre política linguística, o entendimento de Haugen sobre o planejamento linguístico basicamente foi a partir da norma linguística e da padronização, assim, nas palavras de Haugen (1959, p. 51-52 apud CALVET, 2007, p. 21),

o planejamento é uma atividade humana decorrente da necessidade de se encontrar uma solução para um problema. Ele pode ser completamente informal e *ad hoc*, mas pode também ser organizado e deliberado. Pode ser executado por indivíduos particulares ou ser oficial. [...] Se o planejamento for bem feito, ele compreenderá etapas tais como a pesquisa extensa de dados, a escolha de planos de ações alternativos, a tomada de decisão e sua aplicação.

Haugen propôs dois modelos de planejamento linguístico. Nessa época, sua visão referencial, de um modo geral, estava baseada na concepção do processo da decisão utilizada prioritariamente na área de administração ou de gestão econômica, de tal forma que tomando como base o modelo de Herbert Simon, de idêntica concepção, propõe seu primeiro modelo de planejamento linguístico similar a um processo de tomada de decisão. Nesse modelo o pesquisador analisava os diferentes estágios do planejamento linguístico como um procedimento de decisão: os problemas, os decisores, as alternativas, a avaliação e a aplicação (CALVET, 2007).

Mais tarde, após avanços, ajustes e reformulação de seu primeiro modelo, Haugen propôs, em 1983, seu segundo modelo de planejamento linguístico, baseado nos estudos de Heinz Kloss sobre a distinção dos conceitos de *planejamento do corpus e planejamento do status* (já mencionados anteriormente) e introduzidos em 1969. Essa distinção teve repercussões significativas ampliando o campo da política linguística que se afastou da abordagem que considera à língua apenas como um instrumento de comunicação.

Assim, é possível que se queira mudar o vocabulário de uma língua, criar novas palavras, lutar contra os empréstimos: tudo isso pertence à esfera do *corpus*: mas é possível também que se queira modificar o *status* de uma língua, promovê-la à função de língua oficial, introduzi-la na escola, etc., e isso se relaciona ao *status*. Essa distinção ampliou consideravelmente o campo da política linguística e se distanciou notavelmente da abordagem instrumentalista [...]. (CALVET, *Ibid.*, p. 29-30).

Com base nessa distinção, o linguista Haugen organizou seu segundo modelo de planejamento linguístico em quatro etapas: a escolha, a codificação, a aplicação e a modernização, unindo as noções de *status* e *corpus* com as noções de *forma* e *funções* da língua. No Quadro 3 se apresenta essa organização.

**Quadro 3 - Modelo de Planejamento Linguístico proposto por Haugen (1983)**

	<b>FORMA</b> PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO	<b>FUNÇÃO</b> CULTURA DA LÍNGUA
<b>SOCIEDADE</b> PLANEJAMENTO DO <i>STATUS</i>	<b>1. ESCOLHA</b> (PROCESSO DE DECISÃO) a) identificação do problema b) escolha de uma norma	<b>3. APLICAÇÃO</b> (PROCESSO EDUCACIONAL) a) correção b) avaliação
<b>LÍNGUA</b> PLANEJAMENTO DO <i>CORPUS</i>	<b>2. CODIFICAÇÃO</b> (PADRONIZAÇÃO) a) transcrição gráfica b) sintaxe c) léxico	<b>4. MODERNIZAÇÃO</b> (DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL) a) modernização da terminologia b) desenvolvimento estilístico

Fonte: CALVET (2007, p. 30)

Nos modelos de Haugen, conforme Calvet (op. cit.), o papel central das intervenções linguísticas é o Estado, pois, apenas o Estado possui o poder e os meios necessários para realizar o planejamento linguístico. Para o pesquisador, o segundo modelo se apresenta como técnico e burocrático, sendo o Estado o agente deliberador que escolhe uma língua para uma determinada função (a função oficial, por exemplo), e confia a especialistas na temática para realizar a tarefa de codificá-la e depois utilizá-la em distintos níveis do aparelho do Estado, como escola, meios de comunicação, etc., com eventuais correções posteriormente. Mas, em nenhuma das etapas do modelo se observa a possibilidade do envolvimento da sociedade no planejamento. Ou seja, nessa proposta não existe a participação da população nas discussões para saber sobre a aceitação ou não do planejamento proposto. Se a língua pertence aos que a falam, um planejamento linguístico sem a participação efetiva da sociedade, pode propiciar o surgimento de conflitos entre os cidadãos e o Estado, entre os falantes da língua nacional e as demais comunidades linguísticas do território.

Além do conceito de planejamento proposto por Haugen, também surgiram outros conceitos parecidos, nas cidades de Quebec (Canadá) foi denominado *aménagement linguistique*, e na Catalunha (Espanha) foi *normalización*, não obstante, cada um deles possui

suas respectivas peculiaridades e importância. Segundo Teixeira (2014), o conceito de ‘normalização’ foi criado pelo sociolinguista catalão Luis V. Aracil, em 1965, sendo fortemente utilizado no desenvolvimento da luta catalã pela autonomia contra o franquismo.

Esse conceito refere-se ao *status* de uma língua dominada, que, em um processo contínuo, se torna oficializada e estendida a todos os campos da vida social de um povo ou Estado, envolvendo também a estrutura linguística, já que visa a sua padronização.

O conceito de *aménagement linguistique* também abarca o planejamento linguístico, tomado como forma de intervenção humana consciente sobre as línguas.

Ao contrário dos primeiros enfoques, que consideram o planejamento uma intervenção impositiva, marcada pelo poder do Estado, o *aménagement linguistique* propõe o esforço coletivo, a médio e longo prazos, para se adotar um idioma em função das necessidades e interesses da nação, realidade observada, por exemplo, no Canadá quebequense (TEIXEIRA, *Ibid*, p. 32-33).

Após a análise desses três modelos de planejamento, Hamel (1993, p. 11) destaca que “[...] os três termos, *planning*, *normalización* e *aménagement*, se referem ao mesmo núcleo conceitual, mas se diferenciam em suas conotações e, sobretudo, no seu marco sociolinguístico como político diferente”. No entanto, apesar disso, conforme Teixeira (*op. cit.*, p. 33), “esses modelos de desenvolvimento são questionados por serem considerados formas de planejamento tecnocrático, privilegiando poucos, economicamente ou politicamente favorecidos”.

Conforme os estudos foram avançando, diversos outros modelos de planejamento linguístico continuaram a ser elaborados no âmbito das situações plurilíngues, a política foi tomando novas formas e entendimentos sobre as estruturas e organizações das línguas e a função que elas desempenham na sociedade também foram mudando. Apesar disso, nas palavras de Spolsky (2016, p. 372), “com o passar do tempo, tornou-se claro que nem os planos econômicos nem os planos linguísticos pareceriam funcionar”. Diante desse cenário, Severo (2013, p. 453) afirma que “o conceito de política linguística é complexo e polissêmico”, uma vez que a heterogeneidade da referida área de conhecimento é variável entre os seus objetivos e níveis de intervenção, além de seu vínculo com o planejamento linguístico que, em certos momentos, é concebido como mera aplicação da política linguística, e, em outros, como a sua força motriz, causando um desequilíbrio entre as preferências teórico-metodológicas adotadas (*op., cit.*). Por sua vez, Rajagopalan (2013, p. 19) acrescenta

para começar, acredito que há ainda muita confusão ou, no mínimo indefinição, sobre o que exatamente significa o próprio termo política linguística. Muitas vezes, tenho a impressão de que quando as pessoas se referem à política linguística, elas querem dizer algo como ‘militância linguística’ em prol de línguas na beira de extinção, línguas ou suas variedades que são objetos de discriminação ou descaso etc., temas estes que sempre estiveram presentes entre alguns pioneiros da disciplina linguística, principalmente entre aqueles que desbravaram em condições mais adversas para estudar, catalogar e classificar as línguas indígenas em diferentes continentes. Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que chamamos de política linguística;

mas é importante frisar que ela faz apenas uma parte, ainda que vital. O campo de política linguística encobre muito mais que a militância linguística. E com certeza, não se restringe, ao ativismo político em prol desta ou daquela causa envolvendo a questão linguística.

Sendo assim, a PL, nesse sentido que vai além da militância, recorre-se a Cooper (1989, p. 98 apud CARVALHO, 2012, p. 21), que, com o intuito de alinhar o conceito de PL, fez um levantamento bibliográfico de vários conceitos desse termo de diferentes autores, e após discutí-los e analisá-los, partindo da junção desses conceitos e do seguinte questionamento chave “Quais *atores* tentam influenciar quais *comportamentos*, de quais *pessoas*, para quais *fins*, sob quais *condições*, por quais *meios*, através de qual *processo de tomada de decisões* e com qual *efeito*?” (grifos do autor), o pesquisador propôs seu próprio conceito, a saber: “políticas linguísticas se referem aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos” (Ibid., p. 21). Dos quais, o conceito e a questão norteadora, segundo Carvalho (op. cit.), representam a ideia de contexto e agência, ou seja, o fato de que os esforços não somente podem ser protagonizados pelo Estado, mas também pelos diversos atores sociais, e em distintos níveis, seja local, regional ou para usos especiais.

Além disso, Cooper, conforme Carvalho (2012), é responsável também pela incorporação das políticas de aquisição (*acquisition planning* – planejamento de aquisição). O pesquisador incorporou esse terceiro elemento, o planejamento de aquisição, como foco da área de estudo, além do planejamento de *status* e do planejamento de *corpus* (políticas de aquisição, políticas de *status* e políticas de *corpus*), de forma sistematizada na teoria, colocando o ensino de línguas como objeto da PL e do planejamento linguístico. Ainda, Cooper (1989, p. 34-42 apud SILVA, 2013, p. 295) destaca que função, forma e aquisição estão estreitamente relacionadas, o qual poderia justificar a proposição de planejamento de aquisição, cujo papel fundamental seria aumentar o número de usuários, “cuja função básica seria expandir o número de usuários e, ao mesmo tempo, gerir o ensino da nova língua, isto é, definir o que ensinar e a quem”.

De igual forma recorre-se a Spolsky (2016, p. 35) que propõe outra abordagem de PL, na qual ele defende que “[...] as políticas linguísticas têm três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças e gestão” (ou planejamento). O primeiro se refere a escolhas e comportamentos observáveis – aquilo que os sujeitos efetivamente fazem, como os elementos linguísticos escolhidos por eles e a variedade de linguagem usada com os interlocutores. Tais práticas linguísticas são regulares e previsíveis, e cuja descrição é tarefa de um estudo sociolinguístico. Ele ainda destaca que, de uma certa forma, essas práticas são as

verdadeiras políticas, e que elas proporcionam o contexto linguístico para qualquer pessoa que esteja aprendendo uma língua. Já o segundo são as crenças sobre a língua que se referem aos valores atribuídos às variedades e aos traços linguísticos pelos próprios falantes de uma determinada língua. O pesquisador aponta que crenças são diferentes de práticas, podendo o próprio usuário da língua usar uma forma linguística estigmatizada por ele mesmo (Ibid.).

Para Spolsky (2016), o terceiro componente é a gestão linguística (como ele prefere chamá-lo e não de planejamento) que se refere ao esforço observável e explícito executado por alguém ou algum grupo que tem ou acredita ter autoridade sobre os demais membros de um domínio para modificar suas práticas ou crenças linguísticas. Como exemplo de uma gestão linguística, o autor indica uma constituição ou uma lei implantada por um estado-nação determinando alguns critérios do uso oficial da linguagem. Ainda o investigador afirma que os três componentes linguísticos produzem forças significativas, sendo o mais forte de todos a prática linguística, uma vez que estando ela ausente não existiria nenhum modelo de referência de linguagem para se aprender e, por conseguinte, não se teria a oportunidade de se conseguir ter proficiência em uma língua. Nesse sentido, o pesquisador decide reconhecer que realmente se trata de gestão somente quando se pode identificar o gestor. Segundo o autor, o fato é que há forças internas próprias no âmbito de um domínio que derivam das práticas, crenças e gestão, além de forças externas que influenciam cada âmbito.

Primeiro é o fato de que qualquer indivíduo é um participante em vários níveis da sua comunidade, significando que qualquer indivíduo tem papéis diferentes em domínios diferentes. O fato de que eu sou ao mesmo tempo pai, vizinho, membro da igreja, empregador e cidadão significa que eu estou familiarizado com as práticas e crenças linguísticas de uma gama de diferentes domínios, e assim eu posso muito bem ter uma razão para favorecer valores de um domínio quando estou em outro. [...] Em segundo lugar, a gestão linguística oferece muitos exemplos de esforços para impor práticas linguísticas no que podemos chamar de um domínio mais baixo, como quando um movimento de revitalização de uma língua étnica ou políticas linguísticas escolares tentam influenciar o comportamento doméstico bem como o comportamento público. Esta análise em múltiplos níveis ajuda a explicar alguns dos problemas da gestão linguística centralizada [...] (Ibid., p. 37).

Nesse sentido, compreendemos que a PL não é apenas aquilo que é realizado pelo Estado em forma de lei sobre as línguas, mas também aquilo que os usuários de uma língua fazem com o idioma que falam. Essas PL figuram no cotidiano das pessoas em quase todas as situações, uma vez que elas, usuárias de uma língua, participam em vários domínios de uso durante sua vida social. Segundo Spolsky (Ibid. p. 36), “um domínio é normalmente nomeado com vistas a um espaço social”, como o da família, da religião, dos locais de trabalho, da escola, da saúde e medicina, do jurídico, das forças armadas, do governo local e regional, do governo nacional ou federal, entre outros. E ainda, o pesquisador enfatiza que em uma exploração de

um determinado domínio, é preferível começar dita exploração pelas forças internas que prejudicam aquele domínio, mas também é imprescindível perceber as possíveis pressões externas.

Sobre as pressões externas, Spolsky (Ibid.) explica que apesar do domínio familiar ser presumivelmente o mais simples e básico dos domínios, devido a seu efeito na transmissão linguística intergeracional natural, termina abrindo-se às influências de outros domínios, uma vez que as crianças são expostas às práticas e crenças linguísticas de outros domínios, como de seus pares na vizinhança ou na escola, estabelecendo-se um novo conflito. Para o investigador, o domínio escolar mostra ser um dos mais complexos de todos os domínios, no qual, seus participantes trazem consigo para a escola suas práticas e crenças linguísticas de uma sociedade cada vez mais multilíngue. Por sua própria natureza, a educação escolar é um domínio comprometido com a gestão da linguagem, sendo suas principais categorias de participantes: os estudantes e os professores, onde as práticas e crenças linguísticas dos estudantes são passíveis de modificação e são os professores os encarregados desse processo de modificação (Ibid.).

Assim, nessa esteira, para os inúmeros casos que há de ações individuais e também coletivas sobre as línguas sem intervenção do Estado, destacamos a perspectiva de estudo denominada com o termo *Gltopolítica*, que para Saavedra e Lagares (2012), essa perspectiva se apresenta como uma abordagem integral da PL. Também afirmam que esse termo foi utilizado pelas investigações pioneiras da sociolinguística moderna realizadas nos Estados Unidos nos anos de 1950, e mais tarde, foi usado por Haugen no seu trabalho sobre a ecologia das línguas de 1971, entretanto, somente na década de 1980, essa perspectiva *gltopolítica*, ao ser adotada pelos sociolinguistas franceses Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi, em 1986, achou maior difusão ampliando “a abordagem social para o universo das relações entre política e linguagem” (FARACO, 2021, p.7).

Os sociolinguistas Guespin e Marcellesi (2021) explicam que eles têm suas próprias razões pelas quais preferiram utilizar o neologismo *gltopolítica* em vez do termo PL ou planejamento linguístico e que ditas razões foram expostas em outro trabalho, inclusive, eles também explicam que suas “considerações não pretendem, de modo algum, tornar obsoletos os termos planejamento linguístico ou política linguística (Ibid., p. 12)”. Assim, segundo Guespin e Marcellesi, na nova formulação, *Gltopolítica*

designa as diversas abordagens que uma sociedade faz da ação sobre a linguagem, tenha ela ou não consciência disso: seja sobre a língua, quando a sociedade legisla sobre os *status* recíprocos do francês e das línguas minoritárias, por exemplo; seja sobre a fala, quando se reprime determinado uso por parte desta ou daquela pessoa; seja sobre o discurso, quando a escola torna matéria de exame a produção de

determinado tipo textual — *glotopolítica* é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político (Ibid., p. 11-12).

Nessa perspectiva, Guespin e Marcellesi (Ibid.) apresentam o conceito de *glotopolítica* com a vantagem de neutralizar a oposição entre língua e fala, além de designar as diversas formas que uma sociedade possui com relação às ações sobre a linguagem, tanto as conscientes quanto as não conscientes, bem como sobre a língua, quando as pessoas decidem sobre os *status*, sobre a fala e também sobre o discurso. Sendo assim, a *glotopolítica* está constantemente em diversas ações nas práticas linguísticas das sociedades. Assim afirmam os pesquisadores,

O conceito de *glotopolítica* [...] engloba simultaneamente as políticas concertadas e as repercussões, conscientes ou inconscientes, ativas ou passivas, dessas políticas. Assim, o fato *glotopolítico* vai dos atos minúsculos e familiares [...] até as intervenções mais visíveis (Ibid., p. 23)

Alguns desses atos que os pesquisadores se referem são aqueles que habitualmente se consideram sem importância e podem passar despercebidos, por exemplo, aquela correção de um ‘erro’ relacionado com a norma de uma língua que se faz a uma pessoa usuária dessa língua, até mesmo se referem aos atos de correção linguística que um professor faz a seus alunos, com base na norma da respectiva língua que está sendo usada. Assim, ainda Guespin e Marcellesi (Ibid., p. 24) acrescentam explicando que

O conceito de *glotopolítica* dá conta de um *eixo vertical*, ligando o fato normativo ou antinormativo aparentemente mais insignificante aos fatos mais salientes de política linguística. Cobre também um terreno *horizontal*, muito mais vasto do que aquele coberto pela noção de política linguística, pois a inovação *glotopolítica* nem sempre é percebida como tal: toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão *glotopolítica*.

Nessa linha, enfatizando esse conceito, Lagares (2018, p. 32) reconhece como “[...] *glotopolítica* toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *política linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem efeitos ‘*glotopolíticos*’”.

Por sua vez, Arnoux (2016, p. 1) acrescenta considerando

*la Glotopolítica como el estudio de las intervenciones en el espacio del lenguaje, que participan en la reproducción o transformación de las sociedades. Así como esas intervenciones dependen de los procesos sociales inciden también en ellos desde determinadas posiciones que el análisis busca identificar. Los instrumentos lingüísticos, que se proponen regular las prácticas, son enfocados como gestos glotopolíticos, de allí la necesidad de atender a sus condiciones de producción y de circulación.*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Embora a norma determine que seja mantida uma língua única e que a citação seja traduzida no texto e o original colocado no rodapé da página, por se tratar de um trabalho de Linguística Aplicada relativo às Políticas Linguísticas para o ensino do espanhol e das funções que assume, por opção política, então prefiro manter as aspas do original, em espanhol no próprio texto.

Ainda Arnoux (2000) aponta que a *Glotopolítica* não somente aborda o conflito que existe entre línguas, como inclusive àqueles que existem entre as variedades e as práticas discursivas que caracterizam socialmente as pequenas comunidades, as regiões, os Estados, as integrações ou o planeta de acordo com as perspectivas que se adota e o problema que se focaliza. Assim, podemos considerar não somente as intervenções reivindicativas, como ainda as geradas pelos centros de poder como sendo uma dimensão de sua política. Inclusive, ela também aponta que o foco de análise deve ser tanto nas intervenções explícitas quanto nos comportamentos espontâneos, nas atividades epilinguísticas, bem como nas práticas metalinguísticas (ibid.).

Nesse sentido, observamos pelo exposto, a *glotopolítica* traz mais outras perspectivas com relação às ações políticas sobre a língua e a linguagem, desta forma, ela está entrelaçada à PL e ao planejamento linguístico. É importante destacar que em relação a essas ações políticas sobre situações linguísticas, Calvet (2002; 2007) afirma que existem duas formas de ocorrer a gestão sobre essas situações: *in vivo* e *in vitro*. A primeira gestão se refere àquela que surge como produto das práticas sociais dos usuários das línguas, sem intervenção de poder ou planejamento. Ou seja, refere-se ao modo como as pessoas resolvem seus problemas de comunicação cotidianamente. Como exemplo, o pesquisador apresenta a formação dos pidgins como solução comunicativa nos âmbitos das sociedades colonizadas (ibid.).

Já a segunda forma de gestão das línguas, a *in vitro*, Calvet (2002; 2007) refere-se às intervenções de poder e controle, que podem ser executadas pelo Estado ou outro órgão de governo para se decidir qual língua ou variedade privilegiar e implementar. Calvet explica como se desenvolve a gestão *in vitro*:

Em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam. (CALVET, 2007, p. 70).

Nesse sentido, podemos observar que a gestão *in vitro* ocorre sem a participação efetiva de um grupo ou comunidade falante de uma determinada língua. No que se refere as duas gestões das línguas, Calvet (2002, 2007) afirma que ambas gestões, a *in vivo* e a *in vitro*, são extremamente distintas e, às vezes, podem chegar a ter conflitos entre si, caso as escolas da gestão *in vitro* forem no contrapé da gestão *in vivo* ou também dos sentimentos linguísticos dos usuários de um determinado idioma. Ou seja, por exemplo, o Estado pode decidir implementar a oficialização de uma língua que a comunidade não aceita, bem como, pode proibir o uso de uma língua que representa a identidade de algum grupo ou alguma comunidade. Sobre essas decisões políticas, vale destacar que os especialistas, como linguistas e técnicos, nem sempre



estão envolvidos nas ações de planejamento linguístico, estas, às vezes, são determinadas pelo Estado sem participação daqueles.

No âmbito do ensino de línguas no Brasil, especificamente no ensino de línguas estrangeiras, podemos verificar como exemplo atual da gestão *in vitro*, envolvendo de modo especial a língua espanhola foco desta pesquisa, as decisões impostas pelo Estado sob a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que traz a obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa no Ensino Médio como única língua estrangeira em todo o território brasileiro, bem como, a revogação da Lei nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005), conhecida como a Lei do Espanhol no Brasil. Tais ações políticas impositivas tornou sem efeito a promoção obrigatória do ensino da Língua Espanhola, causando a perda de seu *status* de língua estrangeira de ensino obrigatório oficializado para passar ao *status* de ensino optativo. Foram ações impostas pelo Estado, ou seja, ações de cima para baixo sem a participação das pessoas interessadas pela língua espanhola, principalmente dos professores desse idioma.

No mesmo âmbito, podemos observar outro exemplo atual de ações políticas que corresponde à gestão *in vivo*. Com base nos aportes de Calvet (2007), trata-se do movimento Fica Espanhol que surgiu a partir de um pequeno grupo de professores e alunos de espanhol do Ensino Superior de Rio Grande do Sul, que se uniram para protestar pela revogação da Lei nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005) em 2017 e lutar pela permanência do ensino de Espanhol nas escolas brasileiras, especialmente em seu estado. Gradualmente, os mais interessados se juntavam na luta, as manifestações e solicitações organizadas pelos membros das associações de professores de espanhol resultaram na promulgação de uma lei estadual que assegurou a oferta obrigatória de Espanhol nas escolas desse estado (SOUZA, 2020). Observamos que nesse processo houve a participação das pessoas envolvidas com o ensino de Espanhol, como os professores cientes da importância da aprendizagem desse idioma, bem como do Estado por meio dos responsáveis da educação, mantendo um diálogo proveitoso em prol do ensino da Língua Espanhola, ou seja, a ação política ocorreu em conjunto.

O fato é que à raiz da revogação da Lei nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005), Lei do Espanhol, pela Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), que mais tarde se transformou na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), Lei do Novo Ensino Médio, em 26 de fevereiro de 2017, diversas ações glotopolíticas foram acontecendo em prol da permanência da oferta do ensino da Língua Espanhola nas escolas brasileiras, como àquelas realizadas pelos professores, alunos, pesquisadores e hispanistas que se organizaram em movimentos em defesa dessa luta em vários estados brasileiros, como o movimento Fica Espanhol. Aqui é importante destacar o valioso papel executado pelos docentes membros das Associações de Professores de Espanhol

dos diversos estados nas articulações feitas para encontrar apoio no setor governamental, assim como no esforço na elaboração, tramitação e até a aprovação de projetos de leis apresentados, como no caso dos estados de Roraima, Paraíba e Rio Grande do Sul (SOUZA, 2020).

O estado do Amazonas, localização desta pesquisa, possui a Lei Estadual nº 152/13 (AMAZONAS, 2013) desde o 21 de maio de 2013, conhecida como Lei Amazonense do Espanhol, que estabelece a obrigatoriedade da oferta da Língua Espanhola na rede de ensino estadual pública e privada, sendo facultativa ao aluno, que no ato de sua matrícula deverá indicar seu interesse formalmente por escrito no ato, bem como, o exercício da docência desta disciplina é exclusivamente para os formados em cursos de licenciatura plena em Letras-Espanhol. Para Teixeira (2018), a Lei Amazonense do Espanhol pode ser considerada, além de uma conquista, como um dos mais significativos fatos de PL que aconteceu no estado, já que a partir dela o estado do Amazonas passou a ter sua própria lei que regulamenta a disciplina do ensino do Espanhol. Como resultado direto dessa ação, no estado houve amparo legal tanto no âmbito federal quanto no estadual para ensinar Espanhol, durante alguns anos, situação que mudou repentinamente mais tarde pela revogação da Lei nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005).

Segundo as pesquisas de Santos e Teixeira (2016), no estado do Amazonas existem diversas ações glotopolíticas desde os anos de 1980 em prol do ensino do Espanhol, caracterizada pela organização do movimento hispanista, a partir da fundação da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas (APE-AM), em 8 de novembro de 1989. Destacam-se os esforços desta Associação na difusão do hispanismo em diversos eventos tanto na capital quanto no interior do estado, bem como, as articulações conjunta com parceiros para fomentar o hispanismo e proporcionar o ensino da Língua Espanhola no estado do Amazonas, como a parceria com a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, secretarias de educação, consulados, entre outros. Essas e outras ações de agentes glotopolíticos fizeram com que o Espanhol continue sendo difundido e ensinado no estado, resistindo às forças opressoras originadas pela revogação da Lei do Espanhol.

Sobre essa situação da realidade política do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, principalmente do Espanhol, causada pela medida impositiva do governo de Temer que revogou a Lei do Espanhol e provocou revolta e indignação em diferentes setores da sociedade brasileira, principalmente no âmbito educacional, como professores, alunos, linguistas, pesquisadores. Acredita-se que vale a pena resgatar e apresentar esse sentimento por meio das considerações feitas por Teixeira (2018, p. 159-160) sobre esse ato glotopolítico, a saber:

*[...] de manera autoritaria y unilateral, ejercitando el poder a través de acto de política represora (Cf. Calvet), el actual gobierno federal ha impuesto distintos*

*cambios a la educación en el país a través de la Medida Provisoria 746/16 (BRASIL, 2016), y desgraciadamente uno de los más significativos en lo concerniente a la enseñanza de idiomas me parece representar un enorme retroceso y un gran paso hacia el monolingüismo.*

*Sin considerar la realidad plural y múltiple característica de la nación brasileña y tampoco las voces de educadores, investigadores y especialistas en educación y en la enseñanza de lenguas, y, de igual forma, sin considerar y destruyendo décadas de avances y de conquistas, el actual gobierno federal ha establecido la enseñanza obligatoria de solamente un idioma extranjero en las escuelas del país (TEIXEIRA, 2017). Esa medida política restrictiva, infelizmente, ha sido confirmada por el Congreso Nacional Brasileiro y transformada definitivamente en la Lei 13.415/17 (BRASIL, 2017), hecho que otorgó carácter permanente a los cambios impuestos.*

Diante desse cenário de uma ação política impositiva sobre o ensino de línguas, acredito relevante trazer as considerações de Guespim e Marcellesi (2021) a respeito. Para os investigadores, esse tipo de ação política estará fadado ao fracasso, e ainda afirmam que decisões políticas sobre as línguas devem ser de caráter democrático para ter sucesso, ou seja, uma política democrática, sendo fundamental para esse sucesso uma política de informação sobre a linguagem. Assim, Guespim e Marcellesi (2021, p. 12-13) o explicam:

Uma política democrática da língua exige uma informação linguística em duas direções. Na direção dos “decididores”, que devem tomar consciência de que as medidas glotopolíticas só encontram eficácia na convicção dos usuários. Isso não passa obrigatoriamente por um aperfeiçoamento de sua retórica: todos os usuários devem participar da investigação da discussão, da decisão. Os problemas que entrarão em debate vão ter então, necessariamente, aspectos além dos propriamente linguísticos: os responsáveis deverão compreender que, longe de organizar apenas um debate sobre a língua, eles estarão engajados forçosamente num confronto sobre as relações de interação entre identidade social e práticas de linguagem (grifo do autor).

Nesse sentido, diante do exposto até aqui e feitas as reflexões sobre os conceitos de PL e *Gltopolítica* apresentados pelos diversos pesquisadores citados, destacamos que as ações políticas sobre as línguas deveriam ser feitas por meio da gestão *in vivo*, que se caracteriza por ir ao encontro dos anseios da comunidade, já que as pessoas falantes de uma determinada língua podem participar ativamente expressando suas opiniões sobre o idioma ou os idiomas que falam em sua comunidade, assim dizendo, haverá diálogo entre a população envolvida e interessada na língua e os governantes. Também, destacamos as considerações de Teixeira (2014) sobre o fato que para que sejam feitas ações de PL

é necessário (re)conhecer a(s) língua(s) para se propor políticas linguísticas sobre e para essa(s) língua(s). Esse ‘conhecer’ linguístico deve ser visto como algo que vai além de apenas possuir informações formais suficientes para dominar a estrutura de uma língua. É mais do que isso; (re)conhecer uma língua significa entender aspectos sócio-históricos, culturais e étnicos, bem como as potencialidades e funções dessa(s) língua(s) e as relações de poder que (se) estabelecem. A partir desse entendimento são formuladas (ou deveriam ser) as políticas linguísticas e educacionais e seu planejamento para o ensino de línguas, seja em âmbito nacional, regional, ou mesmo local (TEIXEIRA, 2014, p. 21)

Podemos observar que essas considerações vão ao encontro das considerações de Guespin e Marcellesi no que se refere ao fato que para uma ação política sobre uma língua é fundamental uma política de informação sobre esse idioma, assim, afirmamos estar de acordo com esses relevantes pressupostos, pois, acreditamos que para ser feita uma ação de PL é necessário fazer um estudo sobre a língua e este deve ser feito levando-se em consideração variados aspectos, tais como: contexto, questões geográficas, variedades linguísticas, uso e função da língua, a importância desta língua para a sociedade, entre outros.

A seguir apresento a terceira seção deste capítulo, abordando os entrelugares, espaços fronteiriços de encontros, onde se fala brevemente sobre o contexto desta pesquisa.

### 2.3 OS ENTRE-LUGARES: ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DE ENCONTROS

Falar de *entre-lugares* no mundo contemporâneo é entrar em espaços privilegiados por sua localização geográfica onde acontecem encontros, interações e mesclas de culturas, línguas, conhecimentos, vizinhos, entre outros. A partir de Bhabha (1998), o termo *entre-lugar* (ou *entrelugar*) compreende a ideia de fronteira, sendo definido em “[...] aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais (p. 20)”. O investigador chama esses *entre-lugares* de fronteiras do presente. Para ele, viver em fronteira significa situar-se em um *entre-lugar*, espaço que “fornece o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva– que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (ibid., p. 20).”.

Nesse sentido, entende-se que estar em *entre-lugares* significa a vivência em um espaço fronteiriço que vai além de uma delimitação territorial, onde as pessoas reais vivem suas vidas compartilhando suas experiências e pensando em estratégias para enfrentar as diversas situações da vida. E são nesses espaços de travessias, nessas fronteiras entre as identidades, que ocorrem as negociações e as manifestações culturais mais intensas e significativas. Como exemplo dessa vivência em *entre-lugar*, apresento um pequeno relato de vida ocorrido na fronteira amazônica dos países: Brasil, Colômbia e Peru, situada na América do Sul

Nasci, cresci, e vivi minha vida toda aqui... tomando café da manhã em Benjamin Constant [Brasil], almoçando em *Islandia* [Peru], às vezes em *Leticia* [Colômbia]... a ordem e os locais não importam... transitei minha vida toda por esses lugares, de voadeira, de *deslizador*... e sempre ouvi dizer que existe uma tal de fronteira... quem vem de longe sempre diz que ela está aí... mas durante minha vida toda eu nunca a vi... não sei onde fica... (TEIXEIRA, 2020, p. 200).

O relato apresentado traz um discurso de passagem, de fluidez, de uma vida sem limites geográficos bem delimitados, uma vida livre em movimento e interação constante, usando o rio como via de trânsito. Esse espaço fronteiriço sugere a ideia de um lugar de passagem, de travessia, de entremeio, bem como, um lugar de encontros e desencontros culturais, como afirma Bhabha (1998, p. 17) que “os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanta conflituosos [...]”. Para Teixeira (2020, p. 207) esse relato é uma prova real de que “[...] no Amazonas, a ideia de fronteira evoca o conceito de movimento, de fluidez, de local transfronteiriço, de ‘entre-lugar’.”.

Sobre a realidade atual das fronteiras, Monteiro (2005, p. 10) afirma que

esses “entre-lugares”, ao contrário de se afirmarem como terrenos fixados de meras absorções através de forças imperativas de uma cultura central em relação a outras periféricas, com a clara intenção do alargamento de suas fronteiras de dominação e poder, são na realidade, fluxos privilegiados de interações. (grifos do autor).

Ou seja, as fronteiras configuram-se não como simples espaços de poder, de dominação, mas sim como lugares de trocas, de acolhimento, de amizade, entre outros. Outro exemplo similar que retrata claramente a realidade das fronteiras é apresentado nos versos da canção ‘*Frontera*’ do cantor uruguaio Jorge Drexler (1999), a saber,

*Yo no sé de dónde soy,  
Mi casa está en la frontera.  
Y las fronteras se mueven,  
Como las banderas.*

Compreendo que esses versos fazem referência a uma fronteira que não apresenta limites geográficos, é um espaço transfronteiriço que supera posições estáticas, um espaço que está em constante movimento com interações e mesclas de culturas, o que pode ser ressaltado pela palavra “*banderas*”, que pode indicar as nacionalidades. Ainda, destaco que nesse ir e vir do/no espaço, o indivíduo fronteiriço já não encontra um lugar específico para ocupar, **ou seja**, a sua identidade, e talvez a busca por uma identidade seja uma tarefa extremamente difícil, pois Bauman (1999, p. 85) ressalta que

não há mais “fronteiras naturais” nem lugares óbvios a ocupar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar de saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razão para ficar em algum lugar específico (e por isso muitas vezes sentimos uma ânsia premente de encontrar — de inventar — uma razão).

Nessa linha, Costa e Moretti (2011) acrescentam que porquanto a concepção de fronteira é de um processo de invenção, experiência, relação cultural, vivência humana em movimento, fica evidente que não há mais fronteiras naturais. Segundo Albuquerque (2010, p. 329), a noção de fronteiras, atualmente, no mundo adquire múltiplos sentidos, sendo uma delas “como

delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos”. Ainda, ele aponta que o termo fronteira é, por definição, polissêmico, podendo ser apreendido por meio de distintas metáforas.

Nesse sentido, acredito que é importante trazer um breve histórico sobre esse termo, assim, de acordo com Machado (1998, p. 41), a Fronteira:

[...] implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não está associado a nenhum conceito legal e que não é um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado.

Segundo a pesquisadora, quando os padrões de civilização superaram o nível de subsistência, chegou o momento em que a fronteira passou a ser espaço de comunicação, conseguindo ter caráter político e atribuindo-lhe a conotação de começo de Estado, o lugar para onde ele pendia a se ampliar. O contrário, o sentido de fim de Estado, é dado pelo termo limite, uma linha divisória que permanece como um obstáculo fixo, independentemente da existência ou não de fatores físico-geográficos ou culturais, um fator de separação. Enquanto fronteira é assunto constante de preocupação porque pode gerar interesses diferentes ao do estado, limite é a parte jurídica do estado, sem possibilidade de ter vida própria ou existência material.

Não obstante, atualmente, Steiman (2012, p. 155) afirma que é difícil demarcar “os limites fixos de uma região de fronteira, porque os efeitos espaciais dos fluxos transfronteiriços de pessoas, de mercadorias, de bens e de capitais ocorrem de forma conjugada ou isolada, contínua ou descontínua, com amplitude diferenciada rumo ao interior do território.”. Destacando que se soma a esse fluxo, àqueles aspectos subjetivos como a passagem de culturas, idiomas, identidades, os quais dificultam pôr limites à fronteira. Para Rabello (2013), a delimitação da fronteira é volátil, por conseguinte, a fronteira é volátil, o que significa que pode diluir-se no ar. Assim, esse tipo de território marcado pela fluidez transfronteiriça é o que melhor elucidada os *entre-lugares* amazonenses, segundo Teixeira e Brandão (2020).

A exuberante região amazônica, onde ficam localizados esses peculiares *entre-lugares*, Teixeira (2020, p. 206) a destaca e a apresenta a seguir:

Conhecida internacionalmente por sua diversidade e por suas riquezas naturais, a Amazônia é uma região também caracterizada pela pluralidade, contexto em que se insere o Amazonas, lar de distintas comunidades de brasileiros – indígenas e não-indígenas, caboclos e ribeirinhos – e de comunidades de estrangeiros que, por motivos variados, têm se fixado na região, e, dessa forma, potencializado a pluralidade nesse ‘entre-lugar’ no Norte do Brasil; local de encontros étnicos, culturais, sociais e linguísticos, que abriga falantes do português, da língua brasileira de sinais, de

diferentes idiomas ameríndios e de línguas estrangeiras, tons que compõem um exuberante e rico mosaico cultural, o mosaico amazense.

Assim, o Amazonas, o maior estado do Brasil em área territorial, localizado ao norte do país, possui 62 municípios, conforme a atualização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (IBGE, 2011) feita no ano de 2010, é subdividido, segundo o Governo do Estado do Amazonas (2016), em 13 microrregiões<sup>3</sup> e 6 mesorregiões<sup>4</sup>, e faz fronteira com quatro países, dos quais três deles são países hispânicos que são: Colômbia, Peru e Venezuela. Das 13 microrregiões, as do Alto Rio Negro e a do Alto Solimões são as que fazem fronteira com esses países hispanos. A fronteira correspondente à região do Alto Solimões, localizada ao sudoeste do estado, conhecida como Tríplice Fronteira ou Trapézio Amazônico é formada pela cidade brasileira Tabatinga, por Letícia, capital do Departamento do Amazonas na Colômbia, e por Santa Rosa, uma cidade pertencente ao Departamento de Loreto no Peru. Todos fazendo parte da exuberante Floresta Amazônica e formando uma fronteira internacional: a Tríplice Fronteira Tabatinga-Letícia-Santa Rosa (Figura 1).

**Figura 1** - Espaço da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru)



Fonte: Adaptado de Euzébio, 2014 por Luiz Felipe Balieiro. Disponível em <[https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Espaco-da-Triplice-Fronteira-entre-Brasil-Colombia-e-Peru-Fonte-Adaptado-de\\_fig1\\_360704875](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Espaco-da-Triplice-Fronteira-entre-Brasil-Colombia-e-Peru-Fonte-Adaptado-de_fig1_360704875)>

<sup>3</sup> Microrregiões: Parte ou divisão menor de uma região geográfica natural. (Dicionário Online de Português).

<sup>4</sup> Mesorregião: Unidade territorial com características físicas, econômicas e sociais homogêneas e que resulta do agrupamento de microrregiões, mas é menor que o estado ou macrorregião. (Dicionário Online de Português).

Tabatinga faz fronteira terrestre com a cidade de Letícia, na qual se observa que não há uma linha de demarcação ou separação visível entre ambas cidades, como por exemplo um rio, uma montanha, uma ponte ou um acidente geográfico, na realidade elas estão separadas fisicamente apenas por uma avenida chamada Amizade, ou melhor dizer, elas estão conectadas pela Avenida da Amizade, em um espaço fronteiriço que faz de duas cidades em um único espaço geográfico, e que está situada na margem esquerda do Rio Solimões/Amazonas. Por outro lado, Tabatinga faz fronteira fluvial com a cidade de Santa Rosa de Yavarí e o que separa ambas cidades é apenas o Rio Amazonas/Solimões. Santa Rosa de Yavari é uma ilha peruana com vista para as cidades gêmeas, Tabatinga e Letícia, e se situa na margem direita do mesmo rio que a separa dessas localidades. Para Zárata B. et al. (2012, p. 21) cidades gêmeas ou cidades pares são

[...] aquellas poblaciones o asentamientos ubicados a ambos lados de una frontera política como expresión espacial, social y cultural de las relaciones entre los establecimientos de la época colonial y luego del fin de este periodo, entre las entidades y los Estados nacionales resultantes.

Demograficamente, segundo dados do IBGE, a área territorial da cidade de Tabatinga é de 3260,103 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021) e a população estimada é de 68.502 habitantes (IBGE, 2020) com data de referência 10 de julho de 2020. A última densidade demográfica da cidade feita datada de 2010 é de 16,21 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2011), com um índice de escolarização de crianças de 6 a 14 anos de 91,2% (IBGE, 2010). A cidade está a uma distância da cidade de Manaus de 1.108 km em linha reta e a uma distância fluvial de 1.573 km, com o acesso por via aérea ou fluvial.

Historicamente, segundo Teixeira (2014), por causa da grande riqueza que possui a região amazônica, que vai além da diversidade biológica e natural, as regiões fronteiriças do Alto Rio Negro e do Alto Solimões sempre foram estrategicamente alvo de disputas entre etnias indígenas, entre europeus colonizadores, em especial os portugueses e espanhóis, entre indígenas e não indígenas, entre religiosos e outros grupos. Ainda complementando, Souza (2018, p. 82) acrescenta que “o território amazônico foi e ainda é, objeto de disputa entre as nações, o que o torna amplamente visível para o mundo, seja através da mídia ou pelos estudos publicados pelos centros de produção acadêmica, mas mesmo assim, guarda mistérios e surpresas.”.

Nesse contexto de disputas estratégicas na região amazônica, na época da colonização, surgiram fortificações, povoados e até cidades, como produto de processos de delimitações fronteiriças. Uma dessas cidades foi a de Tabatinga, cuja origem data de meados do século



XVII, a partir de um pequeno povoado fundado pelos jesuítas, próximo à foz do Rio Solimões. Mais tarde, nos arredores desse povoado, devido a ser uma região fronteira, estabeleceram-se postos militares, dentre os quais estava o Forte de São Francisco Xavier, fundado em 1766 pelos portugueses, que resultou no povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga (PREFEITURA DE TABATINGA, 2022). Essa fortificação visava impedir o avanço dos espanhóis na região amazônica brasileira, bem como, fazer fiscalização do tráfego de embarcações, uma vez que o povoado estava situado em uma posição estratégica e militar, onde o Rio Solimões era mais estreito, adequado para instalar artilharia contra embarcações inimigas (VIRGA, 2017).

A palavra Tabatinga é de origem indígena da Língua Tupi e significa "barro branco" de muita viscosidade, e para o Tupi Guarani, significa "casa pequena". O Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga foi destruído pelas forças das caudalosas águas do Rio Solimões duas vezes, pelo qual o Forte perdurou somente até 1932, data da segunda destruição (EUZEBIO, 2011). Apesar desses fatos ocorridos, o pequeno povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga resistiu ao tempo se desenvolvendo, como afirma Virga (2017, p. 10) que a população de Tabatinga “[...] passa a crescer com o surgimento e expansão da exploração do látex no entorno, sendo o auge dessa atividade entre o final de 1870 e início do século XX”.

Esse povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga pertenceu ao Município de São Paulo de Olivença até o ano de 1898, uma vez que nesse mesmo ano, com o desmembramento de São Paulo de Olivença do território, foi criado o Município de Benjamim Constant, e o povoado de Tabatinga passou a ser subdistrito desse novo município. Somente em 1983, através de Emenda Constitucional do Estado do Amazonas, que Tabatinga atinge realmente a sua autonomia municipal (PREFEITURA DE TABATINGA, 2022), após ter sido transformada em colônia militar em 1967, em meio ao cenário de militarismo que se vivia no Brasil e devido a sua relevância estratégica, no que se refere à fronteira e ser o lugar adequado para invasões e fugas (VIRGA, 2017).

Nessa mesma região, do lado de Tabatinga, surgiu a cidade de Letícia, em terras que até então pertenciam ao território peruano. Segundo Acuña (2012), seu surgimento foi em meados do século XIX e, inicialmente, estava ligado à construção do forte Gran Mariscal Ramón Castilla pelo governo peruano em 1867, como produto do acordo firmado no Tratado de 1851 entre Brasil e Peru. Porém, o forte não foi culminado, e em seu lugar resultou instalado o posto militar denominado Porto de San Antonio, que em pouco tempo mudou para o nome de Letícia que, segundo relatos, corresponde ao interesse passional do engenheiro chefe da construção do forte. Foi desse modo, a partir do povoamento nos arredores do posto militar Porto de San

Antonio que se deu a origem do povoado de Letícia em 1867 (op. cit.). Ou seja, Letícia e Tabatinga foram fundadas com quase um século de diferença (STEIMAN, 2002).

Letícia passou a pertencer ao território colombiano somente em 1928, após a assinatura do Tratado Salomón-Lozano em 1922 e posto em vigor em 1928, que fixava limites territoriais entre Peru e Colômbia, pelo qual, o governo peruano entregou Letícia a Colômbia oficialmente em 1930 (ACUÑA, 2012). No entanto, esse acordo foi fortemente criticado por setores políticos e econômicos nacionais, inclusive, provocou revolta em um grupo de peruanos, que em 1932, armados tomou Letícia, tentando recuperar o território que pertencia ao Peru, dando início a um conflito armado entre ambos países, finalizando em 1933 quando comissões de Peru e Colômbia firmaram o Acordo de Genebra, que trazia um convênio pacificador sobre o incidente de Letícia, assim, somente em 1934, o acordo de paz estabelecido no Protocolo de Rio de Janeiro pôs fim esse conflito, passando definitivamente Letícia a Colômbia (NOVAK e NAMIHAS, 2011). Em 1963, Letícia foi elevada à categoria de município e tornou-se, em 1991, a capital do recém-criado Departamento do Amazonas (EUZEBIO, 2011).

O desenvolvimento dessa região fronteiriça amazônica, em especial das cidades de Tabatinga e Letícia, foi influenciado diretamente pela extração e comercialização da borracha, nos dois últimos séculos, como afirma Zárate B. et al. (2012, p, 37),

La suerte de Tabatinga y de Leticia, así como la de muchos asentamientos fronterizos binacionales y trinacionales, a lo largo de la inmensa frontera en trance de delimitación de Brasil con los países andino-amazónicos, en la segunda mitad del siglo XIX y la primera del siglo XX, estuvo determinada por el auge en la extracción, transporte y comercio de gomas elásticas y por sus dramáticos efectos sobre toda la región.

Também nessa mesma região, em frente de Tabatinga e Letícia, atravessando o Rio Amazonas/Solimões, foi fundado o povoado de Santa Rosa de Yavarí (Javari), mais conhecido como *Isla Santa Rosa*. A fundação ocorreu em 1974 por um grupo de peruanos que plantavam grãos numa praia de verão e, mais tarde, com o crescimento do terreno, deram início também ao plantio de arroz e cana. Em pouco tempo, esse lugar começou a ser habitado pelos agricultores, donos dessas laboras, formando assim o povoado cujo nome dado foi em homenagem à santa católica Santa Rosa de Lima, padroeira da Instituição da Guarda Nacional, de onde uma delegação chegou para instalar-se no local trazendo uma imagem dela. A cidade de Santa Rosa de Yavarí faz parte do distrito de Yavarí, que pertence à Província Mariscal Ramón Castilla, Departamento de Loreto, no Peru. (INTEGRACIÓN AMAZÓNICA).

Conforme passava o tempo, esses povoados da região fronteiriça amazônica foram se desenvolvendo e adquirindo novos contornos urbanos. O crescimento desses povoados foi

influenciado pelos intercâmbios transfronteiriços que os vinculam com mercados regionais e globais, pelos fluxos migratórios que discorrem pelas águas do Rio Amazonas/Solimões, assim como pelos esforços de brasileiros, peruanos e colombianos de fazer destes postos fronteiriços cidades articuladas com as economias nacionais (MOTTA, 2012). Nessa região transfronteiriça, os fluxos humanos, comerciais e a interação entre as populações são intensos (STEIMAN, 2012). Observando essa realidade transfronteiriça, Nascimento (2016, p. 64) afirma que,

As delimitações territoriais são muitas vezes encobertas pela densa vegetação e as fronteiras se confundem nos corpos e rostos de seus moradores: brancos, negros, índios, pardos ou mestiços; nacionais ou estrangeiros; brasileiros, peruanos ou colombianos; falantes do português; do espanhol, da língua tikuna ou kokama.

Assim, a região fronteiriça do Alto Solimões, onde se situa Tabatinga compartilhando sua fronteira com as cidades hispanas Letícia e Santa Rosa, de grande riqueza que vai além da diversidade biológica e natural, caracteriza-se, entre outros fatores, também por ser um espaço multilíngue, como afirma Teixeira (2014, p. 64) que as cidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) “[...] possuem fronteira viva, onde os idiomas nacionais de ‘branco’, o português e o espanhol, estão imbricados e em constante contato, convivendo entre si e com os idiomas de ‘índio’, no cotidiano de seus habitantes, mas não exclui outras fronteiras [...]” amazônicas. Por sua vez Santos e Teixeira (2016, p. 163) acrescentam que a Amazônia é “[...] uma região marcada pela pluralidade sociolinguística e cultural, considerada a mais plurilíngue do continente americano [...]”.

Com relação a essa diversidade, Vieira (2016, p. 125) explica que, “a família linguística tupi guarani se expandiu pelas terras baixas da América do Sul estando atualmente divididas entre as fronteiras da Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia, Guianas, Perú e Colômbia.”. De igual forma, “o povo Kokama atualmente se encontra dividido, em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos (ibid., p. 8).” E afirma que,

As fronteiras são os lugares propícios para a articulação intercultural e o conseguinte desenvolvimento de novas configurações sociais. Os habitantes de povos indígenas fronteiriços podem ter mais relações econômicas, sociais, religiosas, políticas e de parentesco, com seus vizinhos de outro país de que com os membros da própria coletividade estatal (VIEIRA, 2016, p. 125).

Ainda o pesquisador acrescenta destacando sobre a vida dos habitantes dessa fronteira, a saber:

A sobrevivência física, cultural e a qualidade de vida da população da tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia depende da existência de uma rede de relações sociais, econômica, política, religiosa e linguística transfronteiriça, da construção de um espaço que contemple e valorize a etnodiversidade. (VIEIRA, 2016, p. 51).

A região fronteira do Alto Solimões pode ser considerada um mosaico pluriétnico e plurilinguístico, abrangendo idiomas além do português, língua nacional do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as línguas indígenas, de diferentes etnias nativas, e as línguas dos estrangeiros na cidade de Tabatinga. Nesse mosaico, dada a proximidade do Amazonas com países hispânicos e o fluxo de imigrantes no município, destacam-se a língua espanhola (TEIXEIRA, 2014) e a proximidade dos municípios dessa região é que facilita o fluxo de trânsito constante de colombianos e peruanos nos municípios (GUERREIRO, 2017). Ainda Teixeira (2014) acrescenta explanando que a língua portuguesa não foi a primeira língua de ‘branco’ ouvida na Amazônia brasileira pelos indígenas, como se poderia pensar, mas sim a língua espanhola.

De acordo com Coelho e Teixeira (2015), na região do Alto Solimões, além da língua portuguesa, ainda estão presentes o espanhol e línguas indígenas, como o *ticuna* que é a mais utilizada. A língua espanhola está presente nas escolas e faz parte do cotidiano dos habitantes nativos das comunidades fronteiriças, ressaltando que a língua materna é de suma importância no dia-a-dia nas relações familiar e escolar. O espanhol como língua estrangeira está amplamente presente na formação escolar dos habitantes dessa região, como afirma Teixeira (2018, p. 157) “[...] *el Español se convirtió en la principal lengua extranjera enseñada en las escuelas de la región de frontera.*”. Ainda ele enfatiza que mais uma vez estão evidentes “*la pluralidad y la multiculturalidad características del Amazonas ya que, además de enseñarse en las escuelas regulares, el Español también se enseña y está marcadamente presente en escuelas y en comunidades indígenas y fronterizas en el estado* (ibid, p. 157).”.

Referindo-se à diversidade cultural, Machado (2014, p. 18), aponta o que segue,

A crescente influência peruana é perceptível. A tríplice fronteira já compartilha por sua própria origem e desenvolvimento histórico diversos traços multiculturais. Aspectos da cultura brasileira, colombiana e peruana são presentes nos três países e os habitantes sabem a origem exata de cada um desses traços.

Pela informação histórica, desde as primeiras ocupações territoriais, a população da cidade de Tabatinga sempre foi formada por pessoas civis e militares, definindo um importante papel no controle e na defesa do território brasileiro, especialmente por se tratar de uma região fronteira. Nessa região, as misturas de raças e culturas, basicamente compostas por etnias indígenas, deram lugar a uma região marcada por traços característicos e culturais próprios.

Hoje em dia, em Tabatinga também há comunidades hispânicas, peruana e colombiana, fazendo parte desses traços e culturas da região, como alega Bock (2023, p. 47) sobre a construção de Tabatinga que decorreu da unificação de diferentes territórios no Brasil: “a vila

militar de Tabatinga, a comunidade indígena Ticuna de Umariáçu e as pequenas comunidades de colonos – inclusive peruanos –, organizadas na beira do rio ou nos limites internacionais com a Colômbia.”. Segundo Cabral (2019, p. 57), “Tabatinga comporta, além das três nacionalidades constantes (brasileira, colombiana e peruana), a presença de várias outras nacionalidades transitivas, como: haitiana, venezuelana, turca, árabe, boliviana, coreana, equatoriana, americana entre outras”. Destacando que “toda essa miscigenação contribui para o pluralismo linguístico, social, cultural, histórico, filosófico, ampliando a multiculturalidade (ibid., p. 57).”.

Nesse grande laboratório linguístico que existe em Tabatinga fluem práticas discursivas que formam parte do repertório linguístico das distintas comunidades ali existentes. Segundo Blommaert e Backus (2013 apud MEGALE, 2018), repertório linguístico é definido como um conjunto dinâmico e emergente de práticas, nas quais os recursos semióticos de que as pessoas dispõem são empregados em suas interações comunicativas cotidianas. Nesse contexto fronteiriço, as línguas indígenas, portuguesa e espanhola se encontram e mantêm contato direto através de interações comunicativas entre brasileiros, peruanos e colombianos, como já foi mencionado, conforme Teixeira (2014), destaca-se a língua espanhola. Pode-se perceber constantes interações entre as pessoas fazendo uso do espanhol no dia a dia no porto, no mercado, na música, na rádio e televisão, nos bares, ler em propagandas e letreiros, além de ter também no comércio proprietários peruanos. Como pode-se constatar nas palavras de Machado (2014, p. 118),

O que tem chamado atenção de alguns brasileiros [...] é a utilização cada vez maior do espanhol na região do porto de Tabatinga, tanto nas relações entre as pessoas como nos letreiros e propagandas. Não é difícil ouvir de algum tabatinguense que “hoje só se escuta espanhol” no mercado e de fato constatamos essa situação. Além disso, a música, as rádios e a televisão peruana estão presentes no cotidiano da população. Mesmo nos bares colombianos de Leticia e nos brasileiros de Tabatinga, a música peruana tem protagonismo, ao lado de hits populares brasileiros e internacionais.

Ainda Machado (2014) acrescenta que na Av. Marechal Mallet, principal via de acesso ao porto de Tabatinga, é corrente o uso da língua espanhola, uma vez que nela há hotéis e companhia de navegação de proprietários peruanos. Por sua vez Cabral (2019) afirma que nessa região é comum ver alguém cumprimentar outro com um *buenos días*, independente da nacionalidade, e em geral o receptor responder seja em espanhol ou em português, ou até mesclar as duas línguas. Essa forma de interação comunicativa, segundo Silva e Queiroz (2022), se percebe similarmente no comércio da orla municipal de Tabatinga, quando os consumidores brasileiros fazem suas compras, como podemos confirmar nas palavras de um dos consumidores entrevistados pelas próprias pesquisadoras: “Não há dificuldade de

*comunicação, porque perguntamos em português e muitas vezes é respondido em espanhol e é apontado para o produto.*”. Observando essa situação de comunicação que acontece na orla e quando as investigadoras (Ibid.) descobrem que os proprietários dos comércios são estrangeiros, destacam que “a impressão que se tem é que estamos no país vizinho (p. 10).”.

A respeito desse tipo de comunicação, na qual cada participante fala sua própria língua e ao mesmo tempo entende a língua que seu interlocutor utiliza na interação, Oliveira (2016 apud DÍAZ, 2021) o chama de *diálogo bilingue*. Essas formas de diálogo são frequentes em espaços transfronteiriços, podendo ocorrer em diferentes contextos, tanto em um lado como no outro do limite fronteiro, como, por exemplo, em mercados, em lojas comerciais e de serviços, em restaurantes ou bares (DÍAZ, 2021). Já àquele que se refere a situações de interação comunicativa, onde os participantes quando falam mesclam as línguas portuguesa e espanhola, é uma prática linguística conhecida como *portunhol*, cuja prática, na região fronteira do Alto Solimões, é percebida muitas vezes nas falas de brasileiros, colombianos e peruanos em diferentes contextos, como no comércio, fato igualmente confirmado por investigadores como Cabral (2019), Rodrigues (2021) e Díaz (2021).

Após estudos a respeito, Sturza e Tatsch (2016, p. 94) revelam que há trabalhos acadêmicos que designam o *Portunhol* como “processo de interlíngua de um aprendiz de português ou espanhol em situação formal;” e que em outros casos, este *Portunhol* é designado “da mistura dessas línguas usada para a comunicação imediata, em qualquer situação informal, seja ela na fronteira ou em qualquer lugar [...]” (Ibid., p. 94). Significa que o *Portunhol* é uma prática que se manifesta em interações comunicativas tanto em situações formais quanto em informais, valendo destacar seu significativo uso de comunicação imediata, auxiliando o seu usuário na compreensão do seu discurso no momento de necessidade em sua vida cotidiana, uma vez que o contato linguístico e, por conseguinte, o conflito entre línguas em um contexto multilíngue é algo inevitável, pelo qual acreditamos que o *portunhol* falado nas regiões de Tabatinga, Letícia e Santa Rosa deveria ser foco de estudos.

Do mesmo modo, Bock (2023) acrescenta que na tríplice fronteira amazônica – Brasil-Peru-Colômbia – o *portunhol*, acionado pelos fronteirões brasileiros, peruanos e colombianos, e potencializado pela intercompreensão construída a partir da proximidade linguística entre as línguas portuguesa e espanhola, surge como uma estratégia de comunicação para interação com propósito de venda comercial no Portal Tabatinga, no qual a intercompreensão “responde às necessidades imediatas e é favorecida de acordo com a natureza das relações sociais desenvolvidas entre os falantes fronteirões. Isso acontece em exemplos utilizados nas publicidades veiculadas principalmente no sítio eletrônico (p. 111).” Isto é, o *portunhol*

também é usado na internet, inclusive nas redes sociais (CABRAL, 2019). Ainda, enfatizando essa prática linguística comunicativa, nas palavras de Díaz (2021, p. 55):

Además del uso evidente de diferentes variedades del español y del portugués en interacciones aparentemente “monolingües”, la mayoría de los sujetos participan cotidianamente en variados intercambios que dan cuenta de su repertorio multilingüe. Como pude constatar en reiteradas ocasiones durante mis estancias en la frontera, la modalidad de comunicación más común entre hispanohablantes y lusohablantes es el portuñol, siendo el sector comercial de Tabatinga y de Leticia (o el área gastronómica de Santa Rosa) ámbitos típicos donde se manifiesta este tipo de prácticas.

Podemos observar que essa fusão não só ocorre com as línguas, pois os costumes e as tradições do mesmo modo se mesclam, ou melhor dizendo, acontece uma mistura cultural de um modo geral, inclusive, com traços de etnias presentes nessa região, principalmente da cultura Ticuna. Por exemplo na culinária: brasileiros, peruanos e colombianos degustam a comida peruana que possui influência mundial, como *tallarín saltado e arroz chaufa* –pratos que mesclam a cultura peruana com a chinesa–, *patacón* –prato colombiano preparado com rodelas de banana da-terra ou pacovã verde frita e amassada–, tambaqui assado com macaxeira, farofa e tucupi, e tomam *gaseosa* (refrigerante), além de ouvirem, cantarem e dançarem músicas como: *vallenato, cumbia, bolero, forró, samba, lambada e carimbó*.

Outros exemplos dessa mistura cultural são as festividades compartilhadas, como o Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões (FESTISOL) realizado anualmente em Tabatinga (Brasil), no mês de setembro, durante quatro dias, reunindo os povos dessa região, onde há competição folclórica das tribos representadas pelas Onça Preta (Etnia Ticuna) e Onça Pintada (Etnia Omagua), além de apresentações de bandas e músicas dos três países (CABRAL, 2019). O Festival Internacional de Música Popular Amazonense *El Pirarucú de Oro*, que se realiza tradicionalmente em Leticia (Colômbia) desde 1987, em geral no mês de novembro, buscando reafirmar a integração entre os países – Brasil, Peru e Colômbia – através da música, e para isso, a organização do evento convoca a autores e intérpretes da região fronteira para solicitar-lhes que apresentem temas que tem como único critério de participação ser representativos do contexto amazônico (UNIGARRO, 2012).

O *Festival de la Confraternidad Amazónica*, que se realiza todos os anos desde 1987 em Leticia-Colômbia (15 a 20 de julho) buscando mostrar a irmandade e integração cultural, desportiva e institucional entre os países: Brasil-Colômbia-Peru, com a participação de representantes de cada país na realização das atividades, sendo a primeira noite a inauguração, a segunda a confraternidade juvenil amazônica, as três noites que seguem uma para cada país que rotam cada ano, e a última noite a eleição e coroação da *Reina de la Confraternidad*, elegida dentre as três jovens representantes desses países. Na noite dos países, cada um deles apresenta

sua cultura através de músicas e danças folclóricas das regiões de seu país, sua língua e sua história. Também há desfiles escolar e militar celebrando a Independência da Colômbia em 20 de julho com a participação dos três países, o mesmo acontece em Tabatinga na celebração das festas pátrias do Brasil em 7 de setembro (Ibid.). Já a Independência do Peru, em 28 de julho, é celebrada em *Iquitos*, capital do Departamento de Loreto, com desfiles escolar e militar, sendo este último dos três países vizinhos – Brasil, Peru e Colômbia.

Ainda acontecem desfiles nas comemorações dos aniversários de fundação das cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), com participação dos três países, celebrando o nacionalismo e a irmandade entre eles (Ibid.). No que se refere ao âmbito desportivo, destacam-se três grandes competições: a *Copa Internacional de Fútbol Confraternidad Amazónica*, que em geral se realiza no estádio de Letícia, reunindo os times da região e os torcedores brasileiros, colombianos e peruanos; a *Prueba Internacional de Canotaje*, que tem como cenário o Rio Amazonas/Solimões, onde competem mais de 60 comunidades indígenas; e o *Triatlón de la Selva*, em qual podem participar homens e mulheres dos três países, independente de pertencer à região fronteiriça (Ibid.). Também há as festas religiosas organizadas pela igreja católica em Tabatinga, como a *Festa de São Francisco Xavier* realizada de 23 a 29 de setembro, e *Nossa Senhora de Nazaré* em 1º de novembro (AMAZONAS, 2012).

Percebemos que nesse cenário fronteiriço (Brasil-Colômbia-Peru), essas aproximações, interações ou relações entre os habitantes ultrapassam os comportamentos meramente linguísticos, abarcando diversas manifestações culturais, como as festividades antes expostas, que são práticas tradicionais realizadas em conjunto, que vão além dos limites fronteiriços promovendo comportamentos interculturais nessa região. Inclusive, acreditamos que contribui para o desenvolvimento dessa interculturalidade o fato de que os habitantes estão conectados e informados em tempo real sobre as atividades festivas, pois, segundo Bock (2023, p. 92), a cobertura dessas festas tradicionais é feita por meio das mídias, principalmente com a internet pelo Portal Tabatinga, e também é transmitida pelas emissoras de rádio da tríplice fronteira, destacando que “sua identificação costuma ser eficiente principalmente pela abordagem realizada nos três idiomas predominantes na oralidade da região, português, espanhol e ticuna, dado que a valoração linguística certifica uma base de comunidade de comunicação.”.

Nessa realidade, podemos perceber que o uso das línguas portuguesa, espanhola e ticuna nas mesmas transmissões de rádio sobre as festividades, além de possibilitar efetiva comunicação nas comunidades, contribui para fomentar a ideia do plurilinguismo já existente na tríplice fronteira, bem como, a significativa valorização dada às três línguas, em especial a ticuna que não possui *status* de língua oficial nessa região como os idiomas oficiais: português



no Brasil e espanhol no Peru e na Colômbia. Contudo acreditamos que o uso da língua ticuna nessa transmissão radial, de alguma forma promove a visibilidade étnica do povo que a fala, uma vez que esta língua por meio de seus falantes parece ter conseguido manter uma vitalidade estável, pois, como já mencionado, conforme Coelho e Teixeira (2015), a língua indígena ticuna é a mais utilizada nessa região. Inclusive, segundo Unigarro (2012), a Etnia Ticuna é predominante e está estabelecida no território dos três países (Brasil-Colômbia-Peru), além de outros grupos étnicos como uitoto, kokama e yagua, entre outros.

Nessa região fronteira amazônica, de rica diversidade linguística, cultural, étnica e social, as práticas transfronteiriças são atividades sociais do dia-a-dia vividas pelos residentes brasileiros, peruanos e colombianos, e nesse espaço onde flui essa vida cotidiana com interações fronteiriças se produzem as variadas relações sociais, tais como afetivas, de amizade, religiosas, de parentesco, de vizinhança, comerciais, políticas, entre outras, que vão além das fronteiras nacionais. Sobre essas relações, Unigarro (2012, p. 269) afirma que

Los habitantes de la frontera establecen e, incluso, convierten en rutinas cotidianas múltiples formas de relacionarse, generando una interdependencia que vincula a unos con otros. La existencia de familias transfronterizas, el compadrazgo, la amistad, el fútbol y, en especial, el bilingüismo parece unir a los habitantes fronterizos provocando, más que confianza y familiaridad, un gran interés por los elementos culturales del otro (la gastronomía, la música y la lengua).

Ainda, o pesquisador (Ibid.) acrescenta que a dinâmica social transfronteiriça gerada pelo bilinguismo, as famílias e a amizade, ligada com a dinâmica comercial fortalecem as relações sociais fronteiriças, as quais são imprescindíveis para a vida cotidiana dos moradores da tríplice fronteira. Uma região amazônica integrada por uma complexa rede de relações, inclusive interétnicas, formada por laços de parentesco, de vizinhança, religiosos, econômicos, culturais e outros. Relações estas que perpassam de forma imbricada e dinâmica todo o território fronteiro. E aponta que a fluidez comercial entre os três países (Brasil, Peru e Colômbia) configura a fronteira em um espaço de complementaridade comercial que, ao igual que as relações sociais, também contribui para a dinâmica fronteira em termos de mobilidade em locais como restaurantes, lanchonetes, padarias, salão de beleza e internet, onde se nota a presença de pessoas oriundas desses países frequentemente (Ibid.).

A respeito da complementaridade e do fluxo entre as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), Albuquerque (2015, p. 5) assinala que “o enfoque analítico nas cidades transfronteiriças permite destacar fluxos e complementaridades, sendo que a gramática nacional não pode ficar obscurecida.”. Assim, sobre a complementaridade socioeconômica entre as populações fronteiriças desses três países, Unigarro (2012) enfatiza

que é resultado de práticas cotidianas, destacando “o uso das línguas portuguesa e espanhola (acontecendo o bilinguismo), a formação de famílias entre pessoas de diferentes nacionalidades, o fornecimento mútuo de produtos alimentícios, a troca de bens e serviços (p. 271).” Já sobre o fluxo que acontece no espaço fronteiriço das três cidades especificamente através do Rio Solimões/Amazonas, nas palavras de Albuquerque (op. cit., p. 5),

Vários fluxos entre as cidades ocorrem por meio do Rio Solimões. Nos pequenos portos das três cidades, desde cedo da manhã vemos o intenso movimento de chegada e de partida de barcos com pessoas e mercadorias. A vida das pequenas cidades amazônicas flui principalmente por meio dos portos e suas estruturas provisórias que mudam de lugar conforme a enchente ou a seca dos rios. A impressão que temos ao chegar aos portos de Tabatinga, Letícia ou Santa Rosa é que parte significativa da vida dessas cidades acontece nas margens e no leito desse rio.

Ainda o investigador (Ibid., p. 8) acrescenta que

Quando deslocamos a lente para a região do porto de Tabatinga observamos intenso comércio popular de verduras, frutas e bugigangas de comerciantes peruanos. Estamos em uma cidade brasileira ou peruana? Nos bairros periféricos de São Francisco, La Unión na quebrada San Antonio, próximos da divisa entre Brasil e Colômbia, encontramos muitos peruanos, brasileiros e colombianos vivendo próximo ou na linha internacional. Há cerca de 30 anos a linha da fronteira entre Tabatinga e Letícia passa a ser ocupada irregularmente e moradores construíram suas casas entre os marcos de fronteira. Onde se encontram as fronteiras entre os países nas áreas periféricas que acompanham a linha divisória?

Percebemos que o acesso por via fluvial à cidade de Tabatinga é de um movimento intenso na beira do rio com um ir e vir de pessoas e pequenas embarcações atravessando o rio como se fosse um espaço sem limites geográficos definidos. Ademais que o fluxo migratório trouxe um número significativo de estrangeiros, principalmente peruanos, que se estabeleceram em Tabatinga, onde hoje há brasileiros, peruanos e colombianos morando próximos ou no limite fronteiriço entre os países Brasil e Colômbia. Nesse espaço, as pessoas circulam e as interações acontecem com diálogos e sotaques diferentes, sendo comum os interlocutores falarem uma ou outra língua, mesclarem os idiomas (português e espanhol), tentando manter um nível de compreensão e a comunicação fluir sem dificuldade. Diante desse cenário, Albuquerque (2015, p. 9) destaca que “as cidades se transformam em um mosaico de misturas, fluxos e produção de novas territorialidades de todos os lados dos limites internacionais, como traduz a expressão bastante usada nessas cidades: ‘tudo junto e misturado’.”.

No que se refere ao acesso à cidade de Tabatinga por via aérea, imediatamente notamos que se revela a presença militar na entrada do território brasileiro, com frases impactantes nos muros do oitavo Batalhão de infantaria de Selva Solimões (8º BIS), sinalizando aspectos marcantes com relação à vigilância na fronteira, das quais a frase “Aqui começa o Brasil”,

destacando-se nesse aspecto as instituições envolvidas com as forças armadas e de segurança, tais como exército, marinha, aeronáutica, polícias – civil, militar e federal – (SOUZA, 2019). “Todavia, ao transitar pelas ruas é clara a influência estrangeira que se verifica no sonoro, músicas de bandas colombianas e peruanas que são veiculadas nas rádios locais, carros de som de divulgação publicitária, bares e ambientes sociais.” (Ibid., p. 110). Diante desse cenário, entendemos que os brasileiros residentes em Tabatinga estão imersos em um âmbito de explosão de influência linguística, especialmente hispânica, destacando o espanhol peruano e o espanhol colombiano, além das línguas indígenas que circulam nessa região.

Ainda percorrendo a cidade de Tabatinga percebemos mais presença institucional, por exemplo na Avenida da Amizade, que, segundo Motta (2012), desde a década dos 80 vem sendo um dos eixos comerciais mais importantes da cidade e foi nesta avenida que se estabeleceram a maioria das instituições federais, estaduais e municipais, em parte pela proximidade e conexão com a cidade de Letícia. Já Albuquerque (2015) acrescenta que essa avenida consegue alcançar centralidade em Tabatinga, onde encontramos órgãos estaduais como prefeitura, câmara de vereadores, polícia federal, promotoria, entre outros, bem como parte do comércio, bares, boates, restaurantes e outros. Para Machado (2014, p. 117), “a significância institucional da cidade é representada pela concentração de órgãos de várias áreas de atuação federal, tais como defesa (Exército, Marinha), fiscalização (Polícia Federal, RFB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa) e justiça (MPU, FUNAI, IBAMA, etc.)”.

Em Tabatinga, ainda encontramos diversas instituições nas áreas da saúde e da educação. Na primeira temos o Hospital da Guarnição de Exército, postos de saúde, pequenas clínicas particulares, e encontramos ainda o SIS Fronteira<sup>5</sup> com atendimento em hospitais, entre outros. Quanto ao atendimento médico, Melo (2018, p. 140) pontua, o que colheu de relatos de gestores da saúde que fazem atendimento a estrangeiros, sobre existir “certo constrangimento dessa população em buscar por assistência nos serviços de saúde do lado brasileiro da fronteira, gerando uma situação de passividade do paciente frente ao profissional de saúde”, devido a diferença do idioma, o que torna difícil a interação de “profissional de saúde e paciente, deixando dúvidas se a atenção à saúde fornecida foi realmente efetiva”.

Já para a área de educação, temos instituições públicas de ensino (municipais, estaduais e federais), e, além dessa estrutura pública, há várias instituições privadas de ensino, inclusive percebemos, segundo Cabral (2019, p. 59) a presença atuante da “Secretaria Municipal de

---

<sup>5</sup> É um Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, destinado a integrar as ações e os serviços de saúde nas regiões fronteiriças com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e a organização dos sistemas locais de saúde (BRASIL, 2005).

Educação (SEMED), do Centro Integrado de Educação Especial (CIEE) Professora Esmeralda Aparício Negreiros (da SEMED) e de escolas de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC-AM).”. Essas instituições educacionais, em conjunto atendem à população na oferta da educação infantil, educação fundamental e médio, nível técnico e tecnológico, e nível de ensino superior.

Quanto ao ensino público, em Tabatinga há 11 escolas municipais, das quais 3 são destinadas à educação indígena, como as Escolas: São Sebastião, Maria Batista Lopes, Indígena João Cruz – Comunidade Umariacu II. No âmbito estadual, há 6 instituições como Almirante Tamandaré (Escola Indígena Tikuna), Conceição Xavier de Alencar (GM3), Marechal Rondon, entre outras, bem como o Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM), e a Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (UEA-CSTB). No contexto federal, temos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Tabatinga, que oferta Ensino Médio Integrado, Pós-Técnico e Ensino Superior, sendo este por via Ensino à Distância (EaD) em parceria com a Universidade Aberta (UA). Já a respeito ao ensino particular, em geral há escolas na educação infantil como Tia Wanda, Mundo Encantado, etc., e no ensino superior há a Universidade Paulista - UNIP/Polo Tabatinga, na modalidade EaD. (GRAÇA, 2016; CABRAL, 2019). Além de haver uma escola bilingue com português e espanhol (AMAZONAS, 2023).

No tocante ao ensino de línguas estrangeiras nas instituições em Tabatinga, em especial da Língua Espanhola, foco de estudo desta pesquisa, segundo Coelho (2014 apud TEIXEIRA, 2014), “a Língua Espanhola é componente curricular obrigatório em escolas de comunidades indígenas brasileiras do Alto Solimões, sendo ensinada na cidade de Benjamin Constant/AM, nas comunidades de Cordeirinho e Filadélfia, e em Tabatinga/AM, na comunidade de Umariacú”. De igual forma (como já mencionado anteriormente), Coelho e Teixeira (2015), Teixeira (2018) apontam que o idioma Espanhol se transformou na principal língua estrangeira ensinada nas escolas regulares na região fronteira amazônica e está marcadamente presente no cotidiano dos indígenas brasileiros, sendo também língua ensinada nas escolas das comunidades indígenas nesse território. Por sua vez, Cabral (2019, p. 58) acrescenta enfatizando que “nas escolas estaduais do Amazonas, no município de Tabatinga, a Língua Espanhola é a Língua Adicional (ou Língua Estrangeira) ensinada.”.

Nesse sentido, entendemos que em Tabatinga a Língua Espanhola está presente e é ensinada como língua estrangeira nas escolas, no Ensino Básico. Já a respeito do Espanhol na Educação Superior, há uma instituição particular, a Universidade Paulista (UNIP) que oferece o curso de Graduação em Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Espanhola) de

forma EaD na cidade e na modalidade de licenciatura dupla. E, além da Unip, na região do Alto Solimões há ainda uma instituição pública federal, o Instituto de Natureza e Cultura – INC, campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que oferece o curso em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, igualmente na modalidade de licenciatura dupla, cuja localização é em Benjamin Constant, município vizinho de Tabatinga a uns vinte ou trinta minutos de voadeira.

Sendo assim, notamos que a Língua Espanhola é contemplada no âmbito educacional Básico e Superior em Tabatinga, quer dizer na região fronteira do Alto Solimões, pelo qual revela-se a existência de ações de PL acerca desse idioma, em um território onde o espanhol está imbricado com a língua portuguesa, línguas indígenas e outras línguas de imigrantes e visitantes turistas (como árabe, crioula haitiana, francesa, coreana) no cotidiano. Contudo, corroboramos com Cabral (2019), quando ela aponta que a PL sobre o ensino de Espanhol em Tabatinga precisa ser mais efetiva e abarcar todas as escolas, incluindo as particulares, uma vez que o idioma português, o espanhol ou os dois idiomas juntos são usados informalmente nessa cidade, e que necessita haver não somente o ensino da língua, mas ainda o ensino sobre a língua.

Inclusive, acreditamos que deveria haver políticas educacionais focadas na formação continuada dos professores de espanhol ou cursos preparatórios para que esses docentes possam conseguir lidar sem dificuldade com os desafios que podem surgir em sala de aula por conta do plurilinguismo existente. Um indício disso foi evidenciado no trabalho de Rodrigues (2021), quando o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), durante o ano de 2015, implementou um acompanhamento pedagógico nas escolas de Tabatinga e Benjamin Constant, porém foi descontinuado no ano seguinte por falta de verbas. A pesquisadora (op. cit., p. 181) ainda em seu trabalho, entrevistou docentes dessa região fronteira amazônica, e um deles, professor de espanhol, assinala a “ausência de uma formação continuada ou cursos de preparação para lidar com a diversidade em sala de aula”. A pesquisadora ainda pontua que essa fala foi regular entre os demais docentes, transparecendo a ausência de políticas educacionais efetivas.

Complementando essa realidade da falta de PL voltadas para o plurilinguismo que existe em Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, cidades que formam a tríplice fronteira – Brasil, Colômbia e Peru, Albuquerque (2015, p. 12) destaca que

As várias instituições de educação, presentes em cada cidade, acionam suas gramáticas nacionais. A aprendizagem das novas gerações fronteiriças se dá por meio de livros didáticos produzidos a partir de sistemas nacionais de ensino. Não há uma educação fronteira, bilíngue ou multilíngue, centrada no que há de comum entre as cidades. As fronteiras nacionais são naturalizadas no cotidiano dessas cidades e as ideias de integração significam mais o trânsito sem controle e o conhecimento e

respeito pela “cultura” do “outro” do que um questionamento mais direto sobre a própria noção de nacionalidade.

Pelo exposto neste eixo, percebemos que atualmente Tabatinga, ou a Princesinha do Alto Solimões como também é conhecida, é uma cidade brasileira transfronteiriça que apresenta uma situação sociocultural e sociolinguística um tanto complexa devido à heterogeneidade de pessoas que residem no seu território com suas respectivas culturas e línguas indígenas e não indígenas, brasileiras e estrangeiras, interagindo cotidianamente. Apesar dessa realidade, as ações de políticas públicas nesse contexto ainda não foram focadas a respeito dessa diversidade, o que a nosso ver deveria haver ações políticas efetivas sobre essa temática, pois, acreditamos que a pluralidade não se deve somente ao significativo número de línguas que existem e convivem ativamente em seu território, mas também à função que assume cada um desses idiomas.

Após a breve abordagem sobre os entrelugares junto como percurso histórico sobre o contexto de estudo desta pesquisa, a seguir, apresento a temática das funções sociais das línguas.

#### 2.4 BREVE PANORAMA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DAS LÍNGUAS

Aqui trataremos sobre as funções sociais que as línguas podem assumir em diferentes contextos de uma sociedade. É importante mencionar, como já foi informado anteriormente, que o Alto Solimões, especificamente o município de Tabatinga, é um território multilíngue onde há situações de bilinguismo/plurilinguismo e que distintas línguas e fenômenos de contato ocorrem e assumem funções sociais diferentes nesse espaço fronteiriço, dentre as quais: o português, o espanhol, as línguas originárias, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oportunhol, etc. No entanto, como está claro desde o início desta investigação de dissertação de Mestrado, nosso foco de estudo é um recorte sobre as funções sociais da língua espanhola.

A Língua está presente desde os primórdios da civilização e está em constante transformação. Ela apresenta variedades geográficas, sociais e individuais. A existência da diversidade linguística é inegável dentro de um Estado, e as línguas aí faladas podem cumprir diferentes funções sociais, tais como destaca Lagares (2018) a seguir:

- a) função social oficial – refere-se quando juridicamente uma língua é considerada adequada para ser usada em todas as atividades políticas e administrativas de um país,

utilizada em contextos públicos, como debates parlamentares e em trâmites do aparelho do Estado;

- b) função social provincial ou regional – refere-se quando uma língua não tem alcance nacional, mas é utilizada em algumas regiões de determinada nação;
- c) função social de comunicação comunitária – trata-se das línguas que predominam entre determinados grupos dentro de um país, mas não foi realizada nenhuma intervenção oficializadora. Esses idiomas funcionam como línguas francas, em casos em que seu uso interessa socialmente a algum grupo;
- d) função social internacional – diz respeito à utilização de línguas para as relações diplomáticas, o comércio exterior ou o turismo;
- e) função social capital – trata-se das línguas utilizadas como meio de comunicação nas proximidades da capital do estado;
- f) função social grupal – refere-se às línguas de grupos culturais ou étnicos, como uma comunidade indígena ou um grupo de imigrantes estrangeiros;
- g) função social educacional – refere-se ao uso de uma língua como meio de instrução na educação básica (no Brasil, na maioria das escolas, o ensino é em português, mas há escolas que têm o seu currículo bilíngue, ministrado em outro idioma);
- h) função social como disciplina escolar – diz respeito às línguas estrangeiras que formam parte dos currículos escolares;
- i) função social literária – consiste no uso de uma língua para a literatura ou academia;
- j) função social religiosa – refere-se ao uso de uma língua nos rituais de uma determinada religião.

Dessa forma, a língua é primordial na vida do ser humano, uma vez que é através dela que se estabelecem as relações, inicialmente pessoal, familiar e mais tarde, uma relação com a comunidade e a sociedade. Segundo Calvet (2007, p. 62), “se todas as línguas são iguais aos olhos dos linguistas, essa igualdade se situa num nível de princípios, isto é, num nível extremamente abstrato. Mas, na verdade, todas as línguas não podem cumprir, igualmente, as mesmas funções”. Assim, como diz Lagares (2018), as línguas faladas dentro das fronteiras de um Estado podem cumprir distintas funções sociais.

De acordo com Calvet (2007), para que uma língua possa cumprir qualquer função social deveria passar por um processo que ele chama de “equipamento das línguas” (p. 62), ou seja, nesse processo, a língua seria dotada de recursos necessários para que cumpra uma função social, esse equipamento é organizado em estágios: a criação de um sistema de escrita (uma

ortografia), do léxico necessário (um repertório terminológico especializado) e de um modelo de padronização (uma gramática padrão). Trata-se da implementação de uma PL de *corpus*, ações sobre a forma da língua. O tema de PL já foi mencionado no segundo eixo.

Já as ações políticas de *status* de uma língua estão interligadas com aspectos de prestígio ou função. Sobre essas PL, Cooper (1989, p. 45 apud CARVALHO, 2012, p. 31) afirma que “se referem aos esforços deliberados para influenciar a alocação de funções entre as línguas de uma comunidade”. Ou seja, trata-se do papel que as línguas assumem em uma sociedade. Ainda Carvalho (2012, p. 31), complementa apontando que “além das ações de PL oficiais, a noção de status inclui outras iniciativas de promover ou abolir o uso de uma língua em domínios específicos, como a mídia ou a própria Internet, por exemplo.”.

Voltando ao que Calvet (2007) chama de equipamento das línguas, ele também afirma que “de nada adianta, na realidade, prover uma língua de um alfabeto se ele não aparece na vida cotidiana dos falantes dessa língua” (p.73). Desta forma, ele evidencia ambiente linguístico, que o define como a “presença ou ausência das línguas sob a forma oral ou escrita na vida cotidiana” (p.72), como em placas, em anúncios publicitários, sinais de trânsito, na internet, em programas de rádio ou televisão, etc. Ele destaca ainda que esses espaços são privilegiados para que se realize uma ação de PL para a promoção de uma língua. “É por essa razão que o planejamento linguístico agirá sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica” (CALVET, 2007, p. 73).

Além do ambiente linguístico, também fazem parte essencial na implementação de PL as leis, que são importantes instrumentos do planejamento linguístico utilizado exclusivamente pelo Estado, leis linguísticas que geralmente são impositivas. Segundo Calvet (2007), existem várias concepções de leis, que podem ser regionais, nacionais ou internacionais, que possuem ação direta na nomeação das línguas, nas funções das línguas, no princípio de territorialidade ou de personalidade e no direito à língua, dentre as quais há três tipos principais de leis linguísticas: leis que tratam da forma, do uso ou da defesa das línguas. As leis que tratam da forma da língua, por exemplo, fixam a grafia ou intervêm no vocabulário por meio de listas de palavras. As leis que se ocupam do uso que as pessoas fazem das línguas, indicando qual língua deve ser falada em determinado momento ou situação, por exemplo, fixar a língua nacional de um país ou as línguas de trabalho de uma organização. As leis que tratam da defesa das línguas podem proteger ou promover uma língua, por exemplo, internacional (Ibid.).

Ao que se refere ao princípio de territorialidade e personalidade, Lagares (2018) explica que o princípio da territorialidade reconhece uma língua a partir de um território, onde a língua é considerada prioritária. Assim, aprende-se o catalão na Catalunha, o holandês na parte



flamenga da Bélgica, etc. Já o princípio de personalidade reconhece o direito individual que cada pessoa tem de falar sua língua dentro das limitações impostas pelo Estado. O pesquisador exemplifica este princípio como

um hospital nos Estados Unidos prevê o atendimento de pacientes em espanhol, embora todas as seções administrativas e sanitárias da instituição utilizem correntemente o inglês nas suas atividades cotidianas. Ela costuma ser aplicada também nos tribunais de justiça, pelo menos nos estados democráticos, para julgar estrangeiros que não reconhecem a língua oficial e que podem contar com um intérprete na sua própria língua. Essa seria a única forma de garantir o seu direito de defesa (p.72).

A respeito dessas leis linguísticas, Lagares (2018, p. 28) afirma que “embora as leis sejam exemplo de gestão linguística, é preciso observar que sua existência não garante que serão respeitadas”, apoiando-se nas concepções de Spolsky (2016), já citado no segundo eixo anterior, que propõe outra abordagem de PL. Em realidade, o fato é que a PL “é entendida como uma forma de resolver ‘problemas linguísticos’ em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país e ‘equipando’ os idiomas locais [...]” (Ibid., p. 21). Para Calvet (2007, p. 59) em contexto plurilíngue, “não se trata mais [...] de agir sobre ‘o *corpus*’ para lutar contra empréstimos ou para modernizar a língua, por exemplo, mas para torná-la funcional, a fim de que possa desempenhar o papel que se espera que ela desempenhe do ponto de vista do *status*.”. Contudo, acreditamos que são o contexto social onde a língua é usada e o poder de seus falantes que determinam o papel dessa língua em uma determinada sociedade.

Historicamente, na década do 60, a partir dos estudos sobre as situações plurilíngues, sendo um dos objetivos das PL de *status* as funções das línguas relacionadas a diferentes domínios de uso, Calvet (2007) afirma que foi Ferguson quem propôs a distinção de sete funções das línguas, as quais são: oficial, gregária, veicular, de ensino, religiosa, internacional e objeto de ensino, colocando como exemplo a situação de Paraguai, sendo língua de função: oficial o castelhano, gregária o guarani e religiosa o latim. E que em 1968, Stewart retoma seus estudos sobre a mesma temática pela segunda vez e acrescenta mais três funções às sete propostas por Ferguson anteriormente, são as funções: provincial, capital e literária. Mais tarde, levando em consideração o trabalho de Stewart, Cooper (1998 apud CARVALHO, 2012) elenca dez funções, as quais são: oficial, regional (provincial), capital, internacional, ampla comunicação, de grupo, literária, religiosa, educacional, disciplina escolar. Lagares (2018) também apoiado no trabalho de Stewart apresenta uma lista de dez funções sociais das línguas, as quais foram citadas anteriormente neste mesmo eixo.

No que concerne à língua espanhola, como é o foco desta pesquisa de dissertação de Mestrado, este idioma, este idioma é atualmente a língua oficial de 21 países, os quais são: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, El Salvador, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Pelo qual, o espanhol está presente em três continentes: África, América e Europa. No entanto, esse idioma pode ser encontrado no continente Asiático, por exemplo, na Ásia ocidental, onde chegou por meio dos judeus que foram expulsos da Espanha, sendo usado nos países como Bulgária, Israel e Turquia, bem como, na Ásia oriental no território das Ilhas Filipinas, onde o espanhol foi língua oficial de 1585 até 1987, ano em que foi tirada sua oficialidade, já que esse país deixou de ser colônia espanhola, mas o idioma espanhol continua sendo utilizado como língua materna nesse território (MORENO FERNÁNDEZ, 2009).

Além desses países, há outros que da mesma forma não tem o espanhol como língua oficial, mas ele faz parte do convívio de sua população desde longa data, por exemplo, segundo Moreno Fernández (2009), a língua espanhola está presente nas cidades africanas Tanger, Ceuta e Melilla, desde mediados do século XV. De igual forma, na mesma situação de não oficial, podemos encontrar o uso significativo da língua espanhola no continente americano em países que pelo fato de fazer fronteira com países hispânicos comportam inúmeros hispano-falantes juntamente com suas língua e cultura em suas cidades fronteiriças e/ou além de suas fronteiras, como, por exemplo, o Brasil e os Estados Unidos. Conforme o estudioso (Ibid.), a presença do espanhol nos Estados Unidos teve seu início no século XVI com a fundação do primeiro povoado espanhol no Novo México, mais tarde com as migrações a população hispânica foi se expandindo nesse país, que atualmente esse idioma está presente em várias regiões como Texas, Luisiana e Califórnia. Ainda ele destaca que o espanhol é a segunda língua mais importante depois do inglês nos Estados Unidos (Ibid.). O caso do Brasil será exposto mais adiante.

Como podemos observar a expansão da língua espanhola é indiscutível, abarcando muito além dos 21 países que a tem como idioma oficial. Ainda, durante seu percurso esse idioma foi conquistando sua notoriedade, sendo atualmente a língua falada por mais de 595 milhões de pessoas, bem como, a segunda língua materna mais falada do mundo, depois do chinês mandarim, em 2022 (INSTITUTO CERVANTES, 2022). Também, segundo Sedycias (2005) o espanhol é considerado um dos idiomas mais importante na sociedade e “é, depois do inglês, a segunda língua mundial como veículo de comunicação internacional, especialmente no comércio [...] (p. 39)”. Inclusive Lagares (2018) acrescenta que o espanhol é uma língua de função social internacional. Além disso, sua importância internacional se destaca também pelo

fato de ser língua oficial junto com outras línguas em relevantes organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização dos Estados Americanos – OEA, a União Europeia – UE e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

No caso do Brasil, historicamente, a presença da língua espanhola em terras brasileiras vem de longa data, Moreno Fernández (2005) afirma que poderia coincidir com as viagens exploratórias feitas por Cristóvão Colombo, entre os anos de 1494 e 1495, pelas costas da América do Sul, com o intuito de assessorar os reis da Espanha sobre a demarcação estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, e, segundo Buarque de Hollanda (1936 apud MORENO FERNÁNDEZ, 2005), as décadas em que o Brasil pertenceu à Coroa espanhola, entre 1580 e 1640, unida à de Portugal no período do reinado de Felipe II. Sobre essa época Moreno Fernández (2005, p. 14) explica:

*La llegada de Pedro Álvarez Cabral a las costas de Brasil en el año 1500 supuso para el idioma portugués el inicio de una aventura geográfica y social que el español vivió desde diversas regiones americanas. Los límites de las aventuras de estas dos lenguas quedaron dibujados muy pronto, con la firma de un tratado, el de Tordesillas, que destinaba a la influencia portuguesa aproximadamente el territorio de lo que hoy es Brasil, pero que establecía también unas relaciones permanentes de vecindad.*

Nesse sentido, compreendemos que a partir do Tratado de Tordesilhas (1494) foram repartidos os territórios colonizados entre Espanha e Portugal sob um mesmo comando, a Espanha. Desse modo, ficaram determinados os limites geográficos e linguísticos dos novos territórios americanos. No entanto, apesar do domínio espanhol, conforme Susana Kakuta (1993 apud MORENO FERNÁNDEZ, 2005), a presença da língua espanhola no território brasileiro teve um crescimento notável somente a partir dos últimos cem anos, originado pela chegada ao Brasil de grandes fluxos migratórios vindos desde Espanha, por causa da crise econômica que se iniciou na segunda metade do século XIX, principalmente nas regiões espanholas com reduzido número de indústrias e menos prósperas, fato que coincidiu com a necessidade de se substituir a mão de obra escrava por uma mais barata no Brasil.

De acordo com Moreno Fernández (2005), a maioria desses imigrantes se estabeleceram nos territórios do Sul e do Sudeste do Brasil, que juntamente com a vizinhança hispânica desse país contribuíram para a valorização da língua espanhola, sobretudo nessas regiões, tornando-se uma língua familiar e próxima dos brasileiros, ainda que não utilizada em todo tipo de relações. Inclusive, esses imigrantes não ficaram somente na área fronteira do Sul e do Sudeste do Brasil, um grande número deles também foi para o estado de São Paulo onde ficaram residindo. Ainda o investigador (Ibid.) destaca a presença histórica da língua espanhola nas fronteiras brasileiras por meio de hispano-falantes de outros países que residem nas cidades

fronteiriças e que no convívio cotidiano propiciam contatos pessoais e comerciais com os brasileiros. Uma vez que o Brasil é um país que faz fronteira com 9 países, dos quais 7 são hispânicos: Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, tendo o espanhol como língua oficial em seus territórios.

No Brasil, o ensino da Língua Espanhola não é uma temática recente. De acordo com Teixeira (2014), o ensino de Espanhol como língua estrangeira (E/LE) remonta à época do Império Brasileiro e somente teve prestígio nacional, principalmente, após ser promulgada a Lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005), a conhecida Lei do Espanhol. No entanto, antes desse relevante momento de valorização dessa língua na sociedade brasileira, alguns acontecimentos marcaram sua presença de uso no âmbito educacional no país durante seu percurso até chegar esse momento, que de um ou de outra forma contribuíram para esse reconhecimento. Fatos considerados ações glotopolíticas, que citamos alguns brevemente a seguir.

Segundo Freitas (2011), o primeiro registro relacionado com o ensino de E/LE no Brasil foi revelado por meio da publicação de um anúncio no *Jornal do Commercio*, em 1927, que traz a notícia da oferta do ensino dos idiomas: Latim, Português, Inglês, Francês e Espanhol no *Collegio Inglez*, instituição de ensino situada no Rio de Janeiro. Pelo qual, a investigadora afirma que no final da década do vinte do século XIX, o ensino de E/LE já vinha ocorrendo nessa instituição, mas não há outras informações detalhadas a respeito (Ibid.). Com relação a essa informação sobre o ensino de E/LE em uma instituição brasileira, Teixeira (2014) ressalta que esse é o registro mais antigo que ele encontrou nos documentos e referências históricas que subsidiaram sua tese de doutorado.

Ainda Freitas (2011) afirma que, em 1885, houve concurso para professor substituto no Colégio Pedro II destinado à disciplina de Língua Espanhola, para o qual o candidato Alfredo Augusto Gomes apresentou a tese “*Litteratura Hespanhola do XVII século. Escriptores Hespanhoes do XVII século: suas produções principaes* (p. 4)”, apesar disso, não houve nenhum tipo de informação sobre os resultados desse concurso. Vale mencionar que o Colégio Pedro II foi a primeira instituição oficial de ensino secundário no Brasil, fundado pelo regente interino, Bernardo Pereira de Vasconcelos, por meio de decreto, em 2 de dezembro de 1837 (TEIXEIRA, 2014). A partir do ano de sua fundação, esse colégio passou a ensinar, além de outras disciplinas, as Línguas Latina, Grega, Francesa e Inglesa (PRADO, 1996 apud TEIXEIRA, 2014). Mais tarde, no ano de 1854, foram inseridos mais dois idiomas: o Alemão e o Italiano no currículo do Colégio, passando a ser oferecidos como disciplinas obrigatórias: o Inglês, o Francês e o Alemão, e disciplina voluntária: o Italiano (TEIXEIRA, 2014).

No entanto, somente após oito décadas da fundação do Colégio Pedro II, a Língua Espanhola, foco de estudo deste trabalho, foi inserida oficialmente no currículo dessa instituição e ainda apenas como disciplina optativa, no ano de 1919 (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008). Apesar de já haver outros lugares onde a Língua Espanhola estava sendo ensinada, não só no Rio de Janeiro, mas ainda em outros estados do Brasil, desde a década de vinte do século XIX, como o afirma Guimarães (2021, p. 277)

O ensino-aprendizagem da língua espanhola no século XIX foi, sem dúvida, uma atividade educacional que fez parte da vida dos brasileiros e estrangeiros aqui estabelecidos, como podemos verificar, com oferta e demanda durante todo o período.

[...]

Em 1809, com a contratação pelo governo central dos primeiros professores públicos, até o final de século XIX, o ensino das línguas dos currículos oficiais do poder público, ou seja, as línguas institucionalizadas foram: latim, grego, português, inglês, francês, alemão e italiano. Porém, desde 1821, houve o ensino da língua espanhola no Rio de Janeiro, bem como em outros estados do Brasil, em colégios particulares, colégios provinciais e em residências por professores particulares.

Já no final do século XIX, houve manifestações publicadas em jornais a favor da institucionalização do ensino da língua espanhola. No entanto, este processo somente foi colocado em prática pelo governo no início do século XX, na educação comercial e militar e, posteriormente, no ensino secundário no Colégio Pedro II.

Sobre essas informações, Guimarães (2021, p. 277) ressalta que até pouco tempo, só tínhamos evidências do processo de ensino-aprendizagem do Espanhol no Rio de Janeiro, mas “hoje, podemos afirmar que a língua espanhola passou pelo processo de disciplinarização no século XIX, pelo menos nos estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro”. Isto significa, a presença de uso da língua espanhola no campo educacional já era intensa no território brasileiro, em vários estados, muito tempo antes da inclusão desse idioma no currículo do Colégio Pedro II em 1919, o que revela sua significativa importância histórica, social, cultural e política nessa sociedade. Conforme Freitas (2011), foi Antenor Nascentes o primeiro professor que ocupou a cátedra de língua espanhola no Colégio Pedro II, após ter aprovado o concurso público para essa vaga em 1919.

De acordo com Rodrigues (2010), a primeira legislação educacional que insere a Língua Espanhola como disciplina obrigatória aconteceu no ano de 1942, devido à reforma Capanema, conjunto de reformas educacionais realizadas durante a era Vargas, feita pelo ministro Gustavo Capanema, visando criar um conjunto de medidas para a organizar o sistema educacional do Brasil, possibilitando maior visibilidade às línguas clássicas, como o Latim e o Grego, e às consideradas modernas, como a Língua Inglesa, Francesa e Espanhola; incluindo, pela primeira vez, a Língua Espanhola no Ensino Médio.

Em 1961, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras foi retirada e a lei deixa a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação

(CEE's) a opção pela inclusão nos currículos. Cabe mencionar que nenhum dos idiomas estrangeiros citados na Reforma Capanema aparecem no texto da LDB de 1961. Da reforma Capanema até a elaboração da LDB de 1961, o espanhol foi a língua de menor inserção nas escolas, “[...] devido a sua presença praticamente simbólica nos cursos Clássico e Científico (contando com apenas um ano de estudo) e ao pouco tempo de que dispôs para poder se consolidar nesse nível de ensino” (RODRIGUES, 2010, p. 17).

Ainda a investigadora (Ibid.) explica que com a nova LDB de 1971, voltaram a figurar as línguas estrangeiras, mas apenas como sugestão de matérias a serem escolhidas pelos CEE's para compor os currículos escolares. E que em 1976, através de uma Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que emenda a LDB de 1971, as línguas estrangeiras foram retomadas, voltando com obrigatoriedade de ensino na escola do 2º Grau (Ensino Médio), e também para o 1º Grau (Ensino Fundamental), mas apenas como disciplina recomendada. Inclusive, a pesquisadora destaca que

É interessante notar que o texto da Resolução de 1976 determinava “o estudo de Língua Estrangeira Moderna” (op. cit.), sem especificação sobre qual ou quais língua(s) deveria(m) ser ensinada(s) – determinação que deveria ser feita pelos CEE's, mas promovendo, inequivocamente, a exclusão das línguas clássicas – e, conseqüentemente, a valorização de línguas veiculares, em particular, o inglês. (RODRIGUES, 2010, p. 18).

Diante desse cenário, podemos observar que o ensino da Língua Espanhola, até então, ainda não era visto com grande interesse por parte do sistema educacional brasileiro. Pelas medidas tomadas nessas reformas, pouco explícitas, entendemos que conduzem ao detrimento e à desvalorização do espanhol tentando seu apagamento. No entanto, diante dessa situação, dentro do âmbito político e educacional na década de 1980, principalmente pela insatisfação motivada pelas reformas de ensino supracitadas, houve manifestações da sociedade civil a favor do ensino da Língua Espanhola. Fato que propiciou a organização dos professores de espanhol para lutar juntos por essa causa, resultando na criação das primeiras Associações de Professores de Espanhol no Brasil, sendo algumas: Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro (APEERJ), fundada em 1981; Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP), fundada em 1983; Associação de Professores de Espanhol de Minas Gerais (APEMG), no final dos anos 80 e Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas (APE-AM), em 1989 (HEUFEMANN, 2019).

A partir dos anos 90, a situação acerca do ensino do Espanhol no Brasil experimentou grande mudança, aparecendo ampla procura e interesse pela aprendizagem e aprimoramento desse idioma. Situação que foi intensificada com a criação do Mercado Comum do Sul

(MERCOSUL) em 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que “desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional.” (MERCOSUL, 2019). Os idiomas oficiais dessa Instituição são o espanhol, o português e o guarani, o último idioma foi incorporado ao bloco como língua oficial somente em 2006 (Ibid.). Ações estas que mostram ser formas de estreitar vínculos importantes em relação às políticas linguísticas do bloco.

Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), o ensino de línguas estrangeiras voltou a ser obrigatório na educação brasileira, determinando em seu art. 36, inciso III, sobre a oferta de uma segunda Língua Estrangeira Moderna no Currículo do Ensino Médio, que “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.” Com relação ao Ensino Fundamental, o artigo 26º, parágrafo 5º determina que “[...] na parte diversificada do currículo se incluirá, obrigatoriamente, a partir da 5ª série, o ensino de ao menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades do centro” (BRASIL, 1996).

De acordo com Moreno Fernández (2005), no início do século XXI, a situação da língua espanhola no Brasil era de bonança, de auge e de prestígio. A demanda dos cursos de espanhol crescia juntamente com tudo aquilo que contribui para o processo de ensino-aprendizagem de um idioma, como a necessidade de materiais impressos e sonoros, professores e a organização de cursos. Para o investigador toda essa época de grande crescimento, de bonança do espanhol foi devido a três fatos importantes na vida da sociedade brasileira: à criação do MERCOSUL, em 1991; a aparição de grandes empresas espanholas e de estreitos laços comerciais com a Espanha, sobretudo, a partir de 1996; e o peso da cultura hispânica em geral (Ibid.).

No Estado do Amazonas, o maior território geográfico brasileiro, conforme os estudos de Santos e Teixeira (2016), o ensino de E/LE se deu com a organização do movimento hispanista desse estado (já citado no segundo eixo) a partir da fundação da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Amazonas (APE-AM), em 8 de novembro de 1989, instituição que representa os docentes e hispanistas no estado do Amazonas. Como já citado, destacam-se os esforços desta Associação, que durante muitos anos veio realizando, na difusão do hispanismo em diversos eventos, tanto na capital quanto no interior do estado, bem como, as articulações conjunta com parceiros para fomentar o hispanismo e proporcionar o ensino da

Língua Espanhola no estado do Amazonas, como a parceria com a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, secretarias de educação, consulados, entre outros.

Ainda sobre o ensino de E/LE no Amazonas, citado anteriormente, Guimarães (2021) afirma que o ensino desse idioma já se evidenciava por meio de anúncios em jornais nesse estado no século XIX, como podemos verificar nas palavras da investigadora:

No Amazonas, o ensino-aprendizagem de línguas também ocupava os anúncios de jornais. Em 1870, no jornal *Comercio do Amazonas*, era anunciado um curso noturno com o ensino das línguas inglesa, francesa e espanhola “theorica e practicamente leccionada, nas terças e sextas-feras (*sic*) á travessa da Conceição, esquina da rua Brasileira” (p. 4). (GUIMARÃES, 2021, p. 259)

Diante das informações sobre o início do ensino da Língua Espanhola no estado do Amazonas, corroboramos com Heufemann (2019, p. 57), quando afirma que “não há estudos históricos oficiais que comprovem com exatidão o início do ensino desse idioma em instituições amazonenses, apesar de que sua presença é sentida desde a década de 1980”. Contudo, o fato é que a presença da língua espanhola no estado do Amazonas vem de longa data, uma vez que, (já mencionado) após suas pesquisas, Teixeira (2014) afirma que a língua portuguesa não foi a primeira língua de ‘branco’ ouvida na Amazônia brasileira pelos indígenas, como se poderia pensar, mas sim a língua espanhola.

Enfatizando essa presença histórica da língua espanhola no estado do Amazonas, Teixeira (2014), por meio de investigações e entrevistas, identificou que o espanhol assume distintas funções sociais nessa região, especialmente no Alto Rio Negro, em diversos contextos dessa sociedade brasileira, sendo língua de:

- a) comunicação turística, usada por turistas estrangeiros em diversas situações;
- b) negociação comercial, usada por empresários estrangeiros que estabelecem comércio no estado e por habitantes hispânicos comerciantes, que compram e vendem artigos;
- c) atendimento à saúde, usada por profissionais hispânicos que vivem no estado e que oferecem atendimento médico à população amazonense, especialmente no interior, principalmente a partir do Programa Mais Médicos do governo federal brasileiro;
- d) comunicação entre amigos, dada a presença marcante de comunidades hispânicas, com destaque às colombianas, peruanas e venezuelanas na capital e também no interior; entre parentes e amigos brasileiros e hispânicos que vivem na fronteira;
- e) uso familiar, especialmente nas comunidades de imigrantes hispânicos na região; e
- f) instrução, presente em instituições de ensino em distintos municípios do estado — capital e interior, na Educação Básica e no Ensino Superior e, de forma especial, nas regiões de fronteira, onde há casos nos quais o Espanhol substitui o Português como língua formal de instrução.



Assim sendo, percebemos claramente a presença de uso marcante da língua espanhola desempenhando diversas funções sociais no contexto amazonense, tanto em situações formais como em informais, o que mostra sua significativa importância na sociedade nessa região brasileira, em especial nas áreas fronteiriças que estão em constante contato com os países hispano-falantes (Colômbia, Peru e Venezuela), situação que contribui para que o espanhol seja próximo e familiar em todo tipo de relações na vida dos brasileiros fronteiriços. Dada a importância do espanhol na sociedade amazonense brasileira, Teixeira (2014, p. 218) também destaca que essa “língua é reconhecida por suas funções sociais e pela visão de que é um caminho para melhorar as condições de vida das comunidades locais e dos vizinhos hispânicos no Brasil”.

Referente ao ensino da Língua Espanhola no estado do Amazonas, na Educação Básica, de acordo com Guerreiro (2017), a primeira escola pública da rede estadual de ensino a ofertar o ensino de E/LE foi a Escola Estadual Imaculada Conceição, em 1997, em uma única turma do 1º ano do segundo grau (atual Ensino Médio), localizada no município de Benjamin Constant, no Alto Solimões. Já no âmbito do Ensino Superior, em 2003, sob a coordenação da Professora Dr.<sup>a</sup> Elsa Otilia Heufemann Barría, à época, também Presidente da APE — AM, foi criado o primeiro curso de Graduação em Letras com habilitação em Língua e Literatura Espanhola do Estado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizada na cidade de Manaus. A partir de então, a formação de professores de Língua Espanhola no Amazonas se tornou realidade (SANTOS E TEIXEIRA, 2016). Significa que desde finais da década de 80, ações dessa natureza deram maior visibilidade e valorização à língua espanhola na sociedade amazonense brasileira.

Em 2001, no município de Tabatinga, segundo Moreno Fernández (2001), o ensino da Língua Espanhola já era ofertado em uma das escolas estaduais dessa região, mas a disciplina não tinha muita demanda. O pesquisador ainda destaca que o espanhol é de uso corrente na vida cotidiana dos habitantes da fronteira e que os conhecimentos tanto da língua portuguesa quanto da língua espanhola só trazem benefícios para seus falantes. Além disso, o autor também sugere que, para o ensino de E/LE, os materiais didáticos a ser usados em sala de aula devem ser adequados ao contexto peculiar de Tabatinga e que estes deveriam ter como referência o espanhol dos países hispânicos fronteiriços: Colômbia e Peru (op. cit.). Pode-se observar que o espanhol já era ensinado desde antes de existir a legislação oficial sobre seu ensino, a conhecida Lei do Espanhol.

Em 2005, como mencionado no segundo eixo, foi promulgada a Lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005), Lei do Espanhol, onde ficou estabelecido nacionalmente a obrigatoriedade da

oferta do ensino da Língua Espanhola pelas escolas regulares de Ensino Médio e de matrícula facultativa para os alunos, bem como, sendo facultativa no currículo do Ensino Fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Observamos que, após o exposto e nossa reflexão, a vigência dessa Lei do Espanhol trouxe mais visibilidade, o reconhecimento e a valorização da língua espanhola na sociedade brasileira, e ao mesmo tempo veio para contribuir no interesse em aprender esse idioma, possibilitando a imersão dos brasileiros na língua e cultura hispânica.

Desse modo, a partir da promulgação dessa lei, houve várias mudanças no âmbito educacional no Brasil, como, por exemplo, as instituições de ensino tiveram que fazer adaptações para se enquadrarem nos requisitos prescritos na lei e assim alcançar os objetivos traçados. No Amazonas não foi diferente, em 2006, o Conselho Estadual de Educação do Amazonas elaborou a Resolução n.º 86/2006 (AMAZONAS, 2006), visando sistematizar a implementação da Lei Federal n.º 11.161/05 no Estado. Na cidade de Tabatinga, após se adequar nos requisitos, as escolas incluíram o ensino de E/LE no currículo escolar ofertando o ensino desse idioma. Como informado anteriormente, observamos o contexto plurilíngue e pluricultural de Tabatinga, podendo perceber as escolas lotadas de estudantes com diversas culturas e línguas em contato vivo e intenso. O que podemos comprovar nos estudos de Rodrigues (2021, p. 173), a saber que:

[...] foi possível verificar na fala dos participantes que há uma heterogeneidade no público que frequenta as escolas no lado brasileiro da fronteira: alunos das cidades do próprio município de Tabatinga e da sua cidade-gêmea, Letícia, além de estudantes que se deslocam cruzando o rio, oriundos de Islândia e Santa Rosa, no Peru, e da comunidade indígena de Umariçu, no Brasil, assim como filhos de militares do Exército Brasileiro, cujos pais são destacados para servir no Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva.

Além da Educação Básica, “tal situação também é encontrada na Educação Superior, tanto nas formações regulares, quanto nas modulares, a exemplo das turmas do PARFOR<sup>6</sup>, em que há um mosaico rico linguisticamente: até nove etnias distintas presentes numa mesma sala de aula.” (CABRAL, 2019, p.17). Esse cenário heterogêneo apresentado nesse contexto educacional é preocupante para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, pelas dificuldades metodológicas encontradas para confrontar essa diversidade na sala de aula, principalmente por parte dos docentes que são os que conduzem esse processo. Vejamos o que traz Silva (2011, p. 106) em seu trabalho, onde colheu depoimentos de alguns professores da rede pública da cidade de Tabatinga e uma delas declara “tanto a minha quanto a dificuldade de alunos colombianos, peruanos, indígenas e não indígenas são sem dúvida as diferenças que

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

existem uma língua e outra e ainda encontrar uma metodologia que torne o ensino-aprendizagem satisfatório pra todos”.

Essa dificuldade metodológica que enfrentam os professores em Tabatinga ainda não é vista como um problema que precisa de uma solução urgentemente, uma vez que isso se acentua devido, segundo Silva (2011, p. 50), às escolas não oferecerem “uma proposta de ensino bilíngue, mesmo reconhecendo a diversidade linguística e cultural nas salas de aula”. Essa postura institucional traz sérias consequências no relacionamento entre os alunos brasileiros, colombianos e peruanos indígenas e não indígenas, assim o afirma o pesquisador “como as escolas não trabalham uma proposta educativa intercultural bilíngue, tais estudantes, segundo os professores, acabam se retraindo e não se relacionando com os colegas em sala de aula” (Ibid., p. 50).

Diante dessa realidade, é imprescindível que sejam implantadas políticas educacionais voltadas para a pluralidade linguística e cultural dessa região, visando auxiliar aos professores em seus trabalhos, como, por exemplo, políticas para a formação continuada de docentes que englobe essas dificuldades citadas, uma vez que, já mencionado anteriormente, não há esses cursos para os docentes na região fronteira do Alto Solimões (RODRIGUES, 2021), apesar da legislação nacional<sup>7</sup> assegurar aos professores o direito de aperfeiçoarem-se em serviço, oferecendo-lhes a oportunidade de gozar licença remunerada para estudos, bem como, à progressão funcional de acordo com a sua titulação. Nesse sentido, dada a importância do papel da formação continuada, acreditamos que já é tempo de que as autoridades do Ministério da Educação brasileira olhem para a urgente necessidade de implantar políticas educacionais voltadas para a diversidade linguística e cultural da cidade de Tabatinga.

E mais ainda sabendo da relevância de aprender uma língua estrangeira pelos benefícios que proporciona aos alunos ter esse conhecimento, como o afirmam os *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN* (1998) a aprendizagem de Línguas Estrangeiras “[...] é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. [...] Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira (BRASIL, 1998, p. 63).”. De igual forma, as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio - OCEM* (BRASIL, 2006, p. 147) apontam que: “Na nossa sociedade, o conhecimento de Línguas Estrangeiras é muito valorizado no âmbito profissional, [...] é preciso entendê-lo como um meio de integrar-se e agir como cidadão.”

---

<sup>7</sup> Artigo 67, nos incisos II e V, bem como em seu parágrafo 1º, da LDB. (BRASIL, 1996).

Notamos que nesses documentos oficiais (*PCN* e *OCEM*), elaborados por pessoas qualificadas na área, reconhece-se a importância do estudo de Línguas Estrangeiras no Brasil, valorizando as funções sociais das línguas na sociedade brasileira. A existência desses documentos oficiais evidencia ações de políticas públicas que foram tomadas pelo Estado brasileiro com o intuito de orientar o/no planejamento educacional, como no ensino de Línguas Estrangeiras, especialmente de E/LE que é o foco desta investigação.

Reconhecendo a importância da aprendizagem da Língua Espanhola na sociedade brasileira e em todo o mundo de modo geral, Sedycias (2005) destaca que existem razões para os brasileiros aprenderem espanhol, como o fato de ser uma das mais importantes línguas mundiais da atualidade (é a 2ª língua nativa mais falada do mundo); ser língua oficial de 21 países; depois do inglês, é a segunda língua mundial como veículo de comunicação internacional, especialmente no comércio, e a terceira na política, diplomacia, economia e cultura (depois do inglês e francês); é uma das línguas oficiais do MERCOSUL; o turismo (viagens para a Espanha e Hispano-América / viagens de turistas hispânicos ao Brasil); o espanhol tem muita importância nos Estados Unidos (13% da população fala espanhol como primeira língua); o português e o espanhol são línguas irmãs, pois derivam do latim vulgar e, segundo o investigador, o espanhol é considerado como um dos idiomas mais bonitos, melódicos e românticos do mundo.

De modo geral, com foco na realidade sociolinguística atual da Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), percebemos a grande necessidade de políticas educacionais nesse contexto transfronteiriço, formado pelas cidades: Tabatinga, Leticia e Santa Rosa, como um meio de plena integração de povos irmãos historicamente reconhecidos. Como já mencionado anteriormente, nesse contexto circulam e estão em contato direto diversas línguas, oficiais e não oficiais, como o português, espanhol, ticuna, kokama, huitoto, tendo em vista o contato entre falares multilíngues, como brasileiros, peruanos e colombianos, indígenas (ticuna, kokama, huitoto e outros) de diferentes nacionalidades e não indígenas, além de vários imigrantes de diversos países. Observando essa realidade sociolinguística, Ramirez (2006 apud UNIGARRO, 2012, p. 268) destaca que nessa região amazônica transfronteiriça

[...] del 30% al 40% de la población de esas tres localidades tiene doble nacionalidad. Además, la mayor parte de sus habitantes hablan los dos idiomas latinos oficiales o uno intermedio, el 'portuñol', e innumerables lenguas indígenas, que se cruzan entre la gente que convive cotidianamente de manera transfronteriza y comparte la música, el baile, el fútbol, la cultura ribereña y la adhesión a grupos religiosos.

É nesse contexto transfronteiriço que a Língua Espanhola é ensinada como língua estrangeira em várias instituições de ensino brasileiras, resistindo aos avanços e retrocessos no

que se refere à legislação do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil. Apesar da revogação da Lei Federal n.º 11.161/05, o ensino do Espanhol no estado do Amazonas continua garantido pela Lei Estadual 152/13 (AMAZONAS, 2013), que permanece vigente (como já foi mencionado no segundo eixo deste capítulo).

Pelo exposto até aqui, acreditamos que o ensino-aprendizagem do idioma Espanhol na sociedade atual é relevante e imprescindível, pois de acordo com Sedycias (2005, p. 36) “a posição que a língua espanhola ocupa no mundo hoje é de tal importância que quem decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal”.

A continuação apresentamos a metodologia da pesquisa, descrevendo os princípios metodológicos, o contexto da pesquisa e os perfis dos participantes, bem como os instrumentos de geração de dados e a forma como os dados foram analisados.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, com o objetivo de descrever o caminho percorrido para desenvolver esta investigação, apresento os princípios metodológicos adotados nesta pesquisa, o contexto em que foi realizada e os perfis dos participantes, instrumentos e procedimentos utilizados para a geração de dados e, finalmente, os procedimentos de análise desses dados.

#### 3.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Pensar em tomar a decisão de entrar no mundo da pesquisa científica, talvez, leve imediatamente o pesquisador a imaginar encontrar-se dentro de um laboratório lidando com tubos de ensaio, provetas, combinação de diversas substâncias, observando as reações em diferentes fases de desenvolvimento. No entanto, estudar um componente químico em um laboratório é totalmente diferente da investigação dos fenômenos sociais. Para Houaiss e Villar (2001, p. 2200), pesquisa é mais do que isso, eles a definem como “conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico etc.” Ou seja, trata-se de um trabalho minucioso e aprofundado em busca de novas descobertas, sejam estas em qualquer área do conhecimento.

Nessa linha, Gil (2008, p. 26) define pesquisa como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” Por sua vez, Cerro, Bervian e Da Silva (2007, p. 57) acrescentam afirmando que a pesquisa,

[...] parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução. Os três elementos – dúvida/problema, método científico e resposta/solução – são imprescindíveis, uma vez que a solução poderá ocorrer somente quando algum problema levantado tenha sido trabalhado com instrumentos científicos e procedimentos adequados.

Vale destacar que iniciar-se no universo científico requer, fundamentalmente, saber que os procedimentos científicos utilizados por uma determinada ciência, no âmbito de suas próprias investigações, constituem o Método (CERVO e BERVIAN, 1983). Assim, método científico é definido como o conjunto de procedimentos sistemáticos e racionais utilizados para se alcançar com maior segurança e economia os objetivos válidos e verdadeiros (LAKATOS e MARCONI, 2003). Nesse sentido, quando se realiza uma pesquisa, precisa-se planejar as etapas do percurso de dito estudo e, para isso, antes de tudo, é primordial definir o método que vai direcionar esse processo.

Para alcançar o objetivo deste trabalho de investigação, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa pode responder a questões muito particulares. No campo das ciências sociais, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela busca trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço imenso das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo assim, esse grupo de fenômenos que forma parte da realidade social deve ser compreendido e interpretado pelo pesquisador por meio da vivência direta com seu objeto de estudo. Esta forma de pesquisa está relacionada às questões subjetivas da temática do trabalho de investigação, valendo-se, não apenas de informações concretas, mas também da percepção do pesquisador sobre ela.

Nessa mesma concepção, Creswell (2010) aponta que a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo seu caráter fundamentalmente interpretativo, na qual se faz uma análise dedutiva e descritiva. Por sua vez Gunther (2006, p. 204) acrescenta que,

são características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos.

Nesse entendimento, Richardson (2012) afirma que os estudos que utilizam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, bem como, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais, além de contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, imensamente, a compreensão das particularidades do comportamento dos indivíduos. Este método de investigação se caracteriza, em princípio, pela não utilização de instrumentos estatísticos para fazer a análise de um problema, uma vez que sua finalidade não é medir nem numerar os fenômenos estudados, mas, sim, compreender, descrever, interpretar e explicar os mesmos (MINAYO, 2001; RICHARDSON, 2012).

Com base no exposto, podemos confirmar que este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pela utilização de estratégias metodológicas qualitativas, isto é, por processar dados históricos, culturais, das relações, entre outros. Além de qualitativo, este estudo também é descritivo e analítico, pois, como os próprios nomes sugerem, descreve e analisa documentos na seção de análise de dados para se atingir os resultados. Como afirma Gil (2008, p. 28) que é descritiva a pesquisa que tem como objetivo a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Por sua

vez, Cervo, Bervian e Da Silva (2007 p. 61) apontam que a pesquisa descritiva “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Quer dizer, uma de suas principais características se dá pelo fato do pesquisador não interferir nos fatos observados (GIL, 2008).

No que se refere aos procedimentos técnicos de pesquisa, a bibliográfica impressa e telematizada foi o procedimento técnico utilizado neste trabalho. A pesquisa impressa abarca tudo o que há de material de forma física que já foi publicado, tais como: livros, revistas, jornais, teses, dissertações, artigos científicos, trabalhos monográficos; e a telematizada abarca tudo o que a mídia pode fornecer de forma virtual, tais como: rádio, televisão, computador e internet, que permitem viabilizar o acesso ao material atualizado, como afirma Moresi (2003, p. 10) que a “telematizada busca informações em meios que combinam o uso do computador e as telecomunicações. Pesquisas na Internet são um exemplo disso”. Assim, este trabalho também é bibliográfico pela utilização de materiais tanto físicos quanto acessados pela internet para embasar a fundamentação teórica e na elaboração do Estado da Arte.

Vale mencionar que, em qualquer trabalho científico, a investigação começa a partir de um levantamento bibliográfico, o que possibilita ao pesquisador conhecer aquilo que já foi estudado sobre o tema a ser pesquisado, como afirmam Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 60). “qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.” Com isso, podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica tem um papel relevante na produção de um trabalho científico.

De acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 83), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”. Por sua vez, para Moresi (2003, p. 35), a “pesquisa bibliográfica é aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até eletronicamente, disponibilizada na Internet”. Nesse sentido, as fontes bibliográficas têm a função de fornecer as informações necessárias para formar a base teórica dos trabalhos científicos a partir da análise de documentos físicos e/ou eletrônicos como livros, artigos científicos, teses, dissertações, páginas de internet, revistas, entre outros. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que permite ao investigador o alcance de uma série de fenômenos muito maior do que aquilo que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

Neste trabalho foram analisados documentos sobre PL e *glotopolítica*, entrelugares, funções sociais das línguas e documentos legais, focados principalmente nas funções sociais que assume a língua espanhola, em especial no Amazonas. Para isso, foram pesquisados acervos



diversos, de bibliotecas e de bancos de teses/dissertações e trabalhos de pesquisa como a *Scielo*, a *Latindex*, a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, e acervos da UFAM, em especial do PPGL, além do acervo pessoal desta pesquisadora. Corroboramos com Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 84) quando destacam a relevância das bibliotecas ao afirmar que nelas se encontram “todos os tesouros culturais do passado, os progressos científicos e tecnológicos do presente e as previsões do futuro”. Ainda eles apontam que para tirar proveito dessas riquezas, o segredo está no uso das normas e técnicas de uma leitura inteligente, pois quem não sabe ler cientificamente, tampouco saberá tomar boas anotações.

Este trabalho também se caracteriza como pesquisa de campo etnográfica, onde foram utilizados questionários como instrumento de pesquisa para gerar os dados que formaram o *corpus* desta investigação. Segundo Mattos e Castro (2011), a etnografia é um método de pesquisa que teve seu desenvolvimento na antropologia com a finalidade de estudar e descrever os povos, sua língua, raça, religião e manifestações de suas atividades. As características básicas da pesquisa etnográfica são: o uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos; a interação entre pesquisador e objeto pesquisado; a flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa; a ênfase no processo, e não nos resultados finais; a visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências; a não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; a variação do período, que pode ser de semanas, de meses e até de anos; a coleta dos dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Ainda Mattos e Castro (2011) explicam que a pesquisa etnográfica compreende o estudo dos hábitos de um grupo específico de pessoas por meio da observação direta e por um período, podendo ser um grupo de associados de algum modo, um grupo social representativo para estudo com pouco ou muitos sujeitos. Também a etnografia estuda situações previsíveis das percepções e comportamento manifesto durante a vida cotidiana dos sujeitos estudados, inclusive, os eventos manifestados especialmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Sendo assim, a etnografia possibilita que o pesquisador vá ao encontro das respostas no contexto em que desenvolvem as ações que estão sendo pesquisadas, bem como, o sujeito e o pesquisador possam compartilhar experiências a partir das explicações que os sujeitos constroem sobre si e as situações cotidianas vivenciadas por eles.

Portanto, com base no que foi exposto, é possível afirmar que o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com viés descritivo-analítica, bem como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo etnográfica, pois buscou investigar um problema social que envolve a língua espanhola, especificamente sobre as funções sociais que ela pode assumir, e

isso evidencia uma preocupação com essa situação que ocorre em um determinado contexto. Por isso, lançamos mão dos procedimentos metodológicos das pesquisas anteriormente citadas que serviram para atingir os objetivos traçados e que deram resposta aos questionamentos do problema levantado neste trabalho de investigação de Mestrado.

### 3. 2 CONTEXTO E PERFIS DOS PARTICIPANTES

O contexto da presente pesquisa foi a cidade de Tabatinga, que pertence à microrregião do Alto Solimões, localizada no Sudoeste do Amazonas, o maior estado brasileiro em área geográfica, situado na região Norte do Brasil, que faz fronteira com três países hispânicos: Colômbia, Peru e Venezuela. A região do Alto Solimões faz fronteira com as regiões amazônicas da Colômbia e do Peru. Tabatinga está a uma distância de 1.108 km em linha reta da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e a uma distância fluvial de 1.573 km, com o acesso por via aérea ou fluvial. Sua população estimada é de 68.502 habitantes (IBGE, 2021) com data de referência de 10 de julho de 2020.

Tabatinga foi fundada pelos portugueses em 1766, a partir de um pequeno povoado nos arredores do Forte de São Francisco Xavier, pertenceu ao Município de São Paulo de Olivença até o ano de 1898, quando o desmembramento de São Paulo de Olivença do território originou a criação do Município de Benjamim Constant e Tabatinga passou a ser subdistrito desse novo município, e somente em 1983, através de Emenda Constitucional do Estado do Amazonas, que Tabatinga consegue realmente a sua autonomia municipal, após ter sido transformada em colônia militar em 1967. Atualmente, Tabatinga, além de outras peculiaridades, é uma cidade transfronteiriça, apresentando diversidades linguísticas, culturais, sociais, étnicas, políticas, etc.

A escolha desse contexto se deu por uma inquietação minha de refletir sobre as funções sociais que a língua espanhola assume em um contexto transfronteiriço e conhecer ditas funções sociais da língua. No que concerne aos participantes deste trabalho de investigação, foram entrevistados treze moradores na cidade de Tabatinga, para os quais foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão para a participação na pesquisa: ser residentes na cidade de Tabatinga e ser maior de dezoito anos de idade independente de sexo e nacionalidade.

Para facilitar a análise dos dados e resguardar as identidades dos 13 participantes, conforme prevê o Comitê de Ética em Pesquisa, eles foram nomeados por códigos (letras do alfabeto latino): A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L e M. A escolha do código para cada participante foi realizada de forma aleatória e as respostas registradas nas análises foram sempre

acompanhadas por esses códigos de identificação dos participantes. Os perfis detalhados desses 13 participantes são apresentados no capítulo Análise de Dados.

Cabe ressaltar que os 13 participantes da pesquisa foram definidos pessoalmente por mim através de uma seleção aleatória dos habitantes da cidade de Tabatinga, que se deu em decorrência de visitas ao porto, às praças, ao mercado, às escolas e às lojas da cidade. Durante cinco dias realizei as abordagens nesses pontos da cidade e fui convidando pessoas aleatórias que por ali passavam, porque queria justamente ouvir dos cidadãos comuns, que usam ou estão em contato com a língua espanhola, o que eles achavam do Ensino de Espanhol em Tabatinga, permitindo, dessa forma, que eles refletissem, indiretamente, sobre as Políticas Linguísticas, se estão de acordo, se acham viável ou não, algo que foi pensado por outras pessoas e impostas a eles.

### 3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada por meio de um questionário investigativo aplicado aos participantes residentes em Tabatinga, de observação no entorno do contexto da pesquisa e de notas/anotações de campo. A seguir apresento cada um deles.

#### 3.3.1 Questionário

O questionário é um instrumento de geração de dados. Para Lakatos e Marconi (2003) o questionário possui vantagens, como em ser econômico no tempo, em obter um grande número de dados e em atingir um maior número de pessoas ao mesmo tempo, bem como, possibilita a obtenção de respostas mais rápidas e mais precisas. No entanto, segundo as pesquisadoras (Ibid.), os questionários nem sempre são respondidos, logo apenas uma porcentagem pequena volta para o pesquisador, inclusive há ainda a possibilidade de haver um grande número de perguntas sem respostas, por isso, elas apontam a importância da elaboração do questionário, que requer de um longo tempo e sua elaboração é complexa, já que exige cuidado na seleção das perguntas, levando em consideração se oferecem condições para a obtenção de dados válidos. O pesquisador deve estar seguro de que as questões serão interpretadas de modo independente e sem ambiguidades, pelo qual, é importante construí-las de modo claro e certificar-se de que elas vão ao encontro dos objetivos e dos dados que a pesquisa deseja obter (LAKATOS e MACONI, 2003).

O questionário foi o instrumento utilizado neste trabalho e foi elaborado para ser respondido pelos participantes residentes em Tabatinga para levantar dados sobre os perfis deles e sobre as funções sociais que a língua espanhola assume em diferentes contextos, desta forma ele foi dividido em duas seções: dados do participante; e informações para pesquisa. A seção correspondente ao perfil teve cinco perguntas, com a finalidade de levantar informações pessoais e profissionais para se delinear os perfis dos participantes. Já a parte do questionário investigativo, formado por dezoito perguntas abertas e fechadas, objetivou responder às questões de pesquisa sobre as funções que assume a língua espanhola e para facilitar a análise delas, foram subdivididas em três categorias: educacional, familiar e em demais contextos sociais. Ressalta-se que o questionário foi elaborado com base em instrumentos já existentes (TEIXEIRA, 2014), e, após produzido, foi testado antes de ser aplicado definitivamente, conforme recomenda Lakatos e Marconi (2003, p. 203).

Como já mencionado anteriormente, a aplicação do questionário desta pesquisa foi realizada pessoalmente aos participantes na cidade de Tabatinga, percorrendo a cidade e visitando principalmente lugares como escolas, praças, porto, mercado, lojas, em busca de pessoas que aceitassem participar da pesquisa. Nesse transcurso houve pessoas que aceitaram colaborar imediatamente, porém houve outras que se mostraram desconfiadas e de imediato não aceitavam. Apesar dessa dificuldade, consegui um número significativo de participantes, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice B), tendo sido a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM).

### **3.3.2 Observação**

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a observação é um meio de geração de dados e significa usar os sentidos para obter determinados elementos da realidade. Ajuda ao pesquisador na identificação e na obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os sujeitos não têm consciência, porém orientam seu comportamento. Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade (ibid.).

Lakatos e Marconi (2003) apresentam vários tipos de observação, dentre eles destacam-se a participante e a não participante. A observação participante consiste na integração real do pesquisador com a comunidade a ser estudada, tornando-se um membro desse contexto e participativo de sua cultura e atividades. Já a observação não participante consiste em que o

pesquisador chega ter contato com a comunidade, mas não se envolve nas atividades, fazendo mais o papel de espectador, sem afastar sua responsabilidade com sua pesquisa (ibid.).

Neste trabalho de pesquisa se utilizou a observação não participante como procedimento de geração de dados, já que a pesquisadora não se involucrou no processo que estava sendo investigado na cidade de Tabatinga visando não influenciar os resultados da pesquisa.

### **3.3.3 Anotações de campo**

Segundo Ludke e André (1986), notas ou anotações de campo são instrumentos de geração de dados frequentemente utilizados em pesquisas qualitativas, são registros de dados obtidos durante uma observação de investigação, sendo que para fazer esses registros de forma efetiva, ainda na fase do planejamento da observação, o pesquisador precisa treinar e aprender fazer anotações detalhadas e organizadas, sem desviar o foco da investigação. Ainda conforme os investigadores, alguns autores colocam várias sugestões sobre o que deve ser incluído nas anotações de campo: uma parte deve ser de descrições, como de sujeitos, locais, atividades, reconstrução de diálogos; e outra parte de reflexões pessoais do pesquisador, por exemplo sobre as estratégias metodológicas utilizadas, esclarecimentos necessários, bem como, dilemas éticos e conflitos (ibid.).

Ou seja, as notas/anotações de campo são instrumentos que permitem o registro das informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da pesquisa. Assim, durante o trabalho de campo feito para esta investigação, a pesquisadora observava atentamente os acontecimentos por onde percorria na cidade de Tabatinga e tomava nota de todos os detalhes que percebia em um caderno, relatando tudo o que pudesse ser relevante para responder as questões desta pesquisa.

### **3.4 Procedimentos de análise de dados**

A fim de responder às perguntas desta pesquisa, foi feita a análise dos dados por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977, p. 38), que o define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos [...]” e tem como objetivos descrever o conteúdo das mensagens e observações relacionados ao contexto da pesquisa, bem como, inferir sobre os dados coletados. Por sua vez, Moraes (1999) aponta que essas comunicações para análise de conteúdo podem ser de fontes oriundas de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros,

relatos auto biográficos, gravações, discos, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo se classifica em três fases cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais que foram colocadas no referencial teórico, é o momento em que se determinam os critérios para realizar a interpretação das informações coletadas, a etapa da leitura geral do material selecionado. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (ibid.).

A exploração do material, que é a segunda fase, se refere à administração das decisões que foram tomadas na etapa anterior. Esta fase é longa e consiste principalmente na implantação do processo de codificação, enumeração, seguindo regras previamente estabelecidas. A codificação é uma fase primordial em um processo de análise de conteúdo, correspondendo a uma transformação dos dados brutos de um determinado texto, que por meio do recorte, agregação e enumeração pode atingir um modelo do conteúdo do texto, ou de sua expressão, que possibilite esclarecimento ao analista sobre as características do texto. Já a terceira fase proposta por Bardin (1977) engloba o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, sendo responsável por captar o conteúdo expresso no material coletado, direcionando-se à busca de significação de mensagens. Desse modo, o analista possui resultados significativos, podendo propor inferências e interpretações relacionadas com os objetivos previstos ou com outras descobertas não esperadas.

Considerando as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), neste trabalho, uma vez concluída a aplicação do questionário, foi feita uma primeira leitura integral dos dados. Durante a segunda leitura, foram destacadas ideias e conceitos relevantes no que se refere aos objetivos desta pesquisa e, em seguida, foram organizados ocorrendo as devidas codificações, onde se levou em consideração a codificação dos participantes. Logo, a partir da semelhança do conteúdo das respostas, foram selecionadas, registradas separadamente e, posteriormente, foram agrupadas em categorias analíticas. Essa categorização levou em consideração os princípios estabelecidos por Bardin (1977), que seriam a exclusão mútua entre

as categorias, a homogeneidade das categorias, a pertinência que se refere a não distorção da mensagem transmitida, à objetividade/fidelidade na compreensão e clareza, bem como, à produtividade.

O presente capítulo teve como objetivo discorrer sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, apresentando os princípios metodológicos, o contexto e os perfis dos participantes da pesquisa, bem como, os procedimentos e instrumentos de geração de dados, e os procedimentos de análise desses dados, conforme está sintetizado no Quadro 4:

**Quadro 4 - Síntese da metodologia utilizada no trabalho**

<b>Princípios metodológicos</b>	Pesquisa de natureza qualitativa com viés descritivo-analítica, bem como bibliográfica e pesquisa de campo etnográfica.
<b>Contexto da pesquisa</b>	Cidade de Tabatinga.
<b>Participantes da pesquisa</b>	Treze habitantes da cidade de Tabatinga.
<b>Instrumentos e procedimentos de geração de dados</b>	- Questionários aplicados aos participantes. - Observação não participante. - Anotações de campo.
<b>Procedimentos de análise de dados</b>	Análise de conteúdo.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Na sequência deste trabalho, passo ao capítulo 4, no qual procuro apresentar e analisar os dados gerados à luz das considerações levantadas.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresento e analiso os dados gerados por meio do Questionário da Pesquisa (Apêndice A), com base na fundamentação teórica exposta no segundo capítulo.

O questionário aplicado aos participantes da pesquisa foi dividido em duas partes. A primeira corresponde às perguntas pessoais a fim de traçar os perfis dos participantes e a segunda parte foi direcionada a responder às perguntas norteadoras da pesquisa apresentadas na Introdução com relação as funções sociais que a Língua Espanhola assume em contextos: educacional, familiar e outros contextos.

Com a finalidade de facilitar a compreensão da análise dos dados, o capítulo foi dividido em duas seções, seguindo a sequência do questionário: perfis dos participantes e questionário investigativo. A seção Questionário investigativo foi subdividido em três categorias: contexto educacional, contexto familiar e outros contextos. A apresentação e a análise dos dados se dão de forma sequencial.

### 4.1 PERFIS DOS PARTICIPANTES

Nesta seção apresento as informações da primeira parte do questionário a seguir. Por meio de uma abordagem rápida aos candidatos e pelas respostas das primeiras perguntas do questionário, busquei traçar os perfis dos participantes. Assim sendo, ficou claro que todos são residentes da cidade de Tabatinga, o que era um critério de inclusão para a pesquisa.

Os dados básicos pessoais dos treze participantes estão apresentados no Quadro 5 a seguir. Lembrando que os participantes estão codificados por letras do alfabeto latino que foram escolhidas aleatoriamente para cada.

**Quadro 5** - Perfis dos participantes da investigação

<b>Código de Participante</b>	<b>Sexo</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Função</b>
A	Masculino	45-59	Peru	Ensino Médio	Comerciante
B	Masculino	18-29	Brasil	Ensino Médio	Servente
C	Feminino	18-29	Brasil	Ensino Superior	Professora
D	Feminino	30-44	Brasil	Ensino Superior	Auxiliar de escritório
E	Masculino	30-44	Brasil	Ensino Superior	Professor

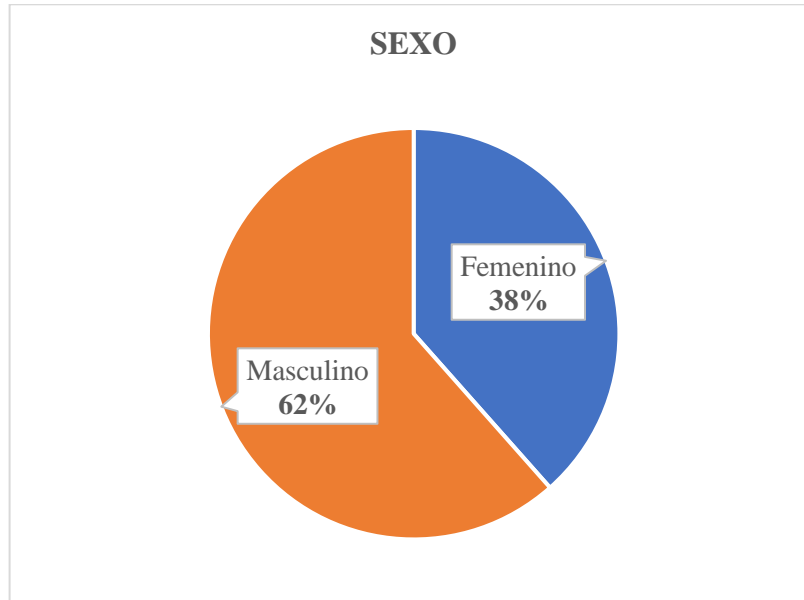


F	Masculino	30-44	Brasil	Ensino Médio	Membro da Organização Indígena Kokama
G	Masculino	45-59	Peru	Ensino Médio	Comerciante
H	Masculino	60+	Brasil	Cursando Superior	Vigia
I	Masculino	30-44	Brasil	Ensino Médio Incompleto	MEI
J	Feminino	45-59	Peru	Ensino Médio	Dona de Salão de Beleza
K	Feminino	30-44	Brasil	Ensino Médio	Técnica de Saúde bucal
L	Masculino	45-59	Peru	Ensino Fundamental	Pescador
M	Feminino	30-44	Brasil	Especialização	Professora

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Questionário de perfil (2023)

Com os dados obtidos dos participantes e apresentados no Quadro 5, podemos construir, utilizando-se o programa Excel da Microsoft, gráficos que melhor representam a divisão das categorias que os participantes da pesquisa estão inseridos. Analisamos em cinco conjuntos os participantes quanto os seus perfis: sexo, faixa etária, país de nascimento, escolaridade e cargo/função. Estes gráficos estão expostos a seguir.

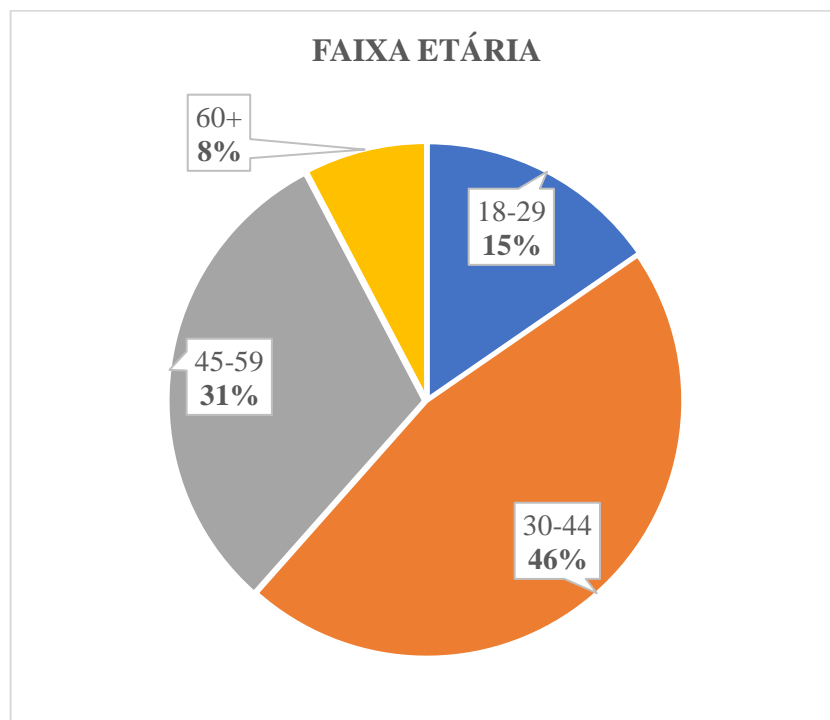
A Figura 2 apresenta o gráfico obtido em relação ao sexo (Feminino ou Masculino) dos participantes da pesquisa.

**Figura 2 - Gráfico Sexo dos participantes da pesquisa**

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Analisando o gráfico, observamos que mais da metade dos participantes foram do sexo masculino, mais precisamente 62% e conseqüentemente 38% dos participantes pertenciam ao sexo feminino.

Em relação as faixas etárias dos participantes, a seguir a Figura 3 apresenta o gráfico onde estão distribuídos esses dados:

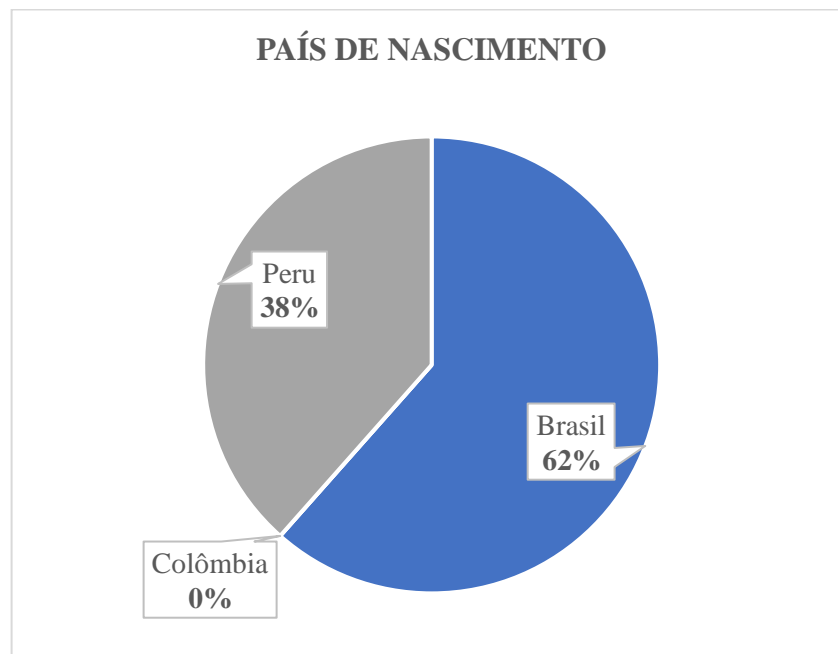
**Figura 3 - Gráfico Faixa Etária dos participantes da pesquisa**

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Podemos notar através do Gráfico Faixa Etária, Figura 3, que o maior índice de idade dos participantes foi de 30-46 anos com uma porcentagem de 46%, seguido da faixa etária de 44-59 anos com um índice de 31%. O menor índice foi para a faixa etária de 60+ com uma porcentagem de 8%, seguido da faixa etária 18-29 anos com um índice de 15%.

A respeito do país de nascimento, a Figura 4 expõe o gráfico que mostra como estão distribuídas as nacionalidades dos participantes.

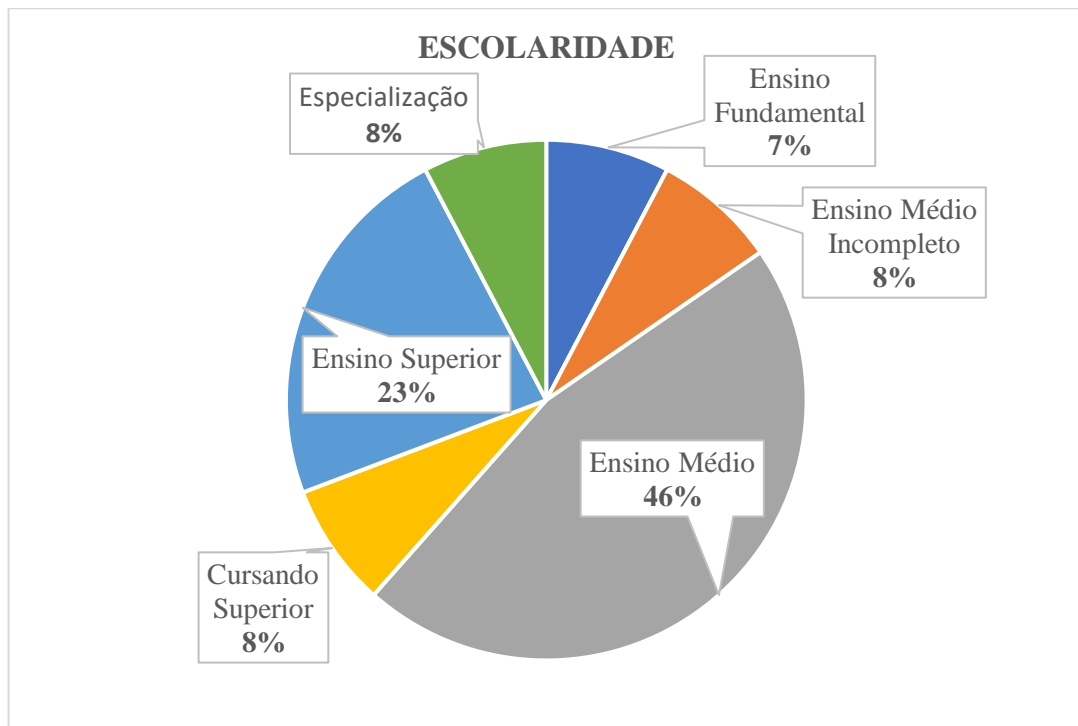
**Figura 4** - Gráfico País de Nascimento dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Quanto ao país de origem, podemos perceber através do gráfico da Figura 4 que a maioria foi do Brasil, com um índice de 62%. O restante dos participantes nasceu no Peru, com um índice de 38%. Desafortunadamente, não houve participantes da Colômbia, o que poderia enriquecer ainda mais a pesquisa, por se tratar de uma região de tríplice fronteira em que Tabatinga está inserida.

No que concerne as escolaridades dos participantes, a Figura 5 traz o gráfico que as representam.

**Figura 5 - Gráfico Escolaridade dos participantes da pesquisa**

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Quarenta e seis por cento (46%) dos participantes possuem o Ensino Médio completo, sendo este o maior índice, seguido do Ensino Superior com uma taxa de 23%. Para os que possuem Ensino Médio Incompleto, Cursando Superior e Especialização, eles apresentam um índice de 8% cada um. E com menor porcentagem o Ensino Fundamental com 7%.

Já com relação à função dos participantes, estas são variadas, tais como professor, empreendedor individual, comerciante, técnico de saúde, entre outras.

Analisando de forma geral, podemos verificar que tentou-se abranger os mais variados perfis possíveis de candidatos a cooperar com a pesquisa. Justamente para se ter essa heterogeneidade, conseguir uma amostragem o mais próximo possível da realidade que descrevesse o real contexto linguístico de Tabatinga, principalmente referente ao contexto familiar e outros contextos da Pesquisa, decidi ir pessoalmente ao campo de investigação para a aplicação do questionário. A escolha de ir em diferentes pontos da cidade e conseguir candidatos a participarem foi talvez o grande desafio, pois como já mencionei anteriormente, as pessoas ficavam desconfiadas. Mas ainda assim, consegui a amostragem diversa como tinha planejado.

Desta forma, os perfis dos participantes, em geral, estão bem distribuídos. Uma proporção de aproximadamente de 2 para 3 para mulheres e homens. A idade dos participantes abrangeu todas as faixas etárias dispostas. A escolaridade também englobou uma variedade

interessante para a pesquisa. Apenas em relação ao país de nascimento, faltou ao menos um perfil que tivesse nascido na Colômbia, porém ainda se conseguiu uma proporção aproximada de 2 para 3 para peruanos e brasileiros. E ainda em relação à função/cargo houve uma diversidade maior.

Realizando uma análise um pouco mais profunda a respeito das origens dos participantes e o fato de não ter sido possível conseguir um participante de origem colombiana para a pesquisa, podemos apontar algumas possíveis causas. Uma delas, talvez a primeira que venha à mente, é ter mais peruanos residentes na cidade de Tabatinga que colombianos. Porém é uma causa muito difícil de constatar com uma amostragem pequena como a da pesquisa.

Outra causa que podemos assinalar talvez seja pelo fato do acesso de Brasil-Colômbia ser fácil (comparado ao acesso Brasil-Peru), então o trânsito dos colombianos entre as cidades Tabatinga-Letícia seja com maior frequência, ou seja, o ir e vir entre essas cidades são de minutos, não precisando colombianos residirem em Tabatinga, ou terem que passar uma ou mais noites na cidade, para resolverem algo, basta atravessar uma rua, sanar suas questões e voltarem pro seu país, tornando desta forma mais difícil encontrar colombianos residentes em Tabatinga. Enquanto os peruanos, por ter um trânsito mais dificultoso entre as cidades Tabatinga-Santa Rosa que são separadas pelo rio Amazonas como já mencionado, permaneçam com maior frequência na cidade de Tabatinga, e por consequência residirem na cidade.

Ou, talvez tenha sido apenas infortúnio de não encontrar nenhum colombiano nos pontos selecionados para os recrutamentos de candidatos nos dias da realização de coleta de dados.

## 4.2 DADOS SOBRE OS CONTEXTOS

Nesta seção, apresento e analiso os dados obtidos do questionário investigativo aplicado aos participantes da pesquisa realizada na cidade de Tabatinga. A seção está subdividida nas três categorias já mencionadas: contexto educacional, contexto familiar e outros contextos.

### 4.2.1 Contexto Educacional

Nesta primeira parte da seção, apresento e analiso os dados do contexto educacional. As perguntas relacionadas ao contexto educacional aplicadas aos participantes estão apresentadas no Quadro 6 a seguir. Elas são fechadas com respostas curtas e rápidas de “sim”, “não” e “não sei”, tendo uma ou outra que pede alguma complementação. Optei por perguntas nesse estilo para facilitar no recrutamento de candidatos, pois percebi que com perguntas de estilo abertas,

os candidatos ficavam tímidos/receosos em participar da pesquisa, então para viabilizar a pesquisa, realizei dessa forma, perguntas fechadas.

**Quadro 6** - Perguntas da categoria “Contexto Educacional” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes

	<b>PARTE I: Contexto Educacional</b>
<b>1</b>	Em Tabatinga, há escolas que ministram aulas de Espanhol?
<b>2</b>	A Língua Espanhola forma parte do currículo escolar? Desde quando?
<b>3</b>	Há cursos de graduação em Letras de Língua Espanhola em Tabatinga ou na região do Alto Solimões?
<b>4</b>	Há cursos de formação continuada ou de atualização para professores de Espanhol?
<b>5</b>	Os professores tem apoio com material didático na escola para o ensino de Espanhol?
<b>6</b>	Há uma lei que torna obrigatório o ensino da Língua Espanhola em Tabatinga?

Fonte: elaborado pela autora (2023)

As respostas dos treze participantes sobre estas seis perguntas estão dispostas no quadro seguinte:

**Quadro 7** - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Contexto Educacional” do Questionário Investigativo

<b>Participante</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
<b>A</b>	sim	sim	não	não	sim	sim
<b>B</b>	sim	sim	sim	sim	sim	sim
<b>C</b>	sim	sim	não	sim	sim	sim
<b>D</b>	sim	sim	não	não	sim	sim
<b>E</b>	sim	sim	não	não	sim	sim
<b>F</b>	sim	sim	sim	sim	sim	sim
<b>G</b>	sim	sim	não	sim	sim	sim
<b>H</b>	não	não	não	não	não	não
<b>I</b>	sim	sim	sim	sim	sim	sim
<b>J</b>	sim	sim	não	sim	sim	sim
<b>K</b>	sim	sim	não	não	sim	sim
<b>L</b>	não	não	sim	não	não	não
<b>M</b>	sim	não	sim	não	sim	não
<b>Observações</b>		2022	Unip			

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Os Quadros 6 e 7 foram apresentados com o intuito de dar uma visão geral de todas as perguntas elaboradas e das respostas obtidas dos participantes por meio do questionário com relação à categoria contexto educacional. Para facilitar a visualização e análise dos dados, apresento quadros com as perguntas individuais e suas respectivas respostas, seguidos de suas análises correspondentes.

O Quadro 8 apresenta a primeira pergunta e as respostas sobre o contexto educacional.

**Quadro 8 - Pergunta 1 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”**

1) Em Tabatinga, há escolas que ministram aulas de Espanhol?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	sim

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A partir do Quadro 8, para a primeira pergunta “Em Tabatinga, há escolas que ministram aulas de Espanhol?”, a maioria respondeu “sim”, tendo apenas dois participantes dizendo que “não”. Dentre estes dois participantes que disseram “não”, um é peruano e talvez sua resposta negativa seja o desconhecimento das línguas presentes nas escolas. A outra resposta negativa foi do participante H que é brasileiro e possui mais de 60 anos, talvez pelo fato de já ter uma idade mais avançada e ter estudado há muito tempo na escola, desconheça que atualmente lecionem o Espanhol nas escolas tabatinguenses.

Pela resposta majoritariamente positiva à oitava pergunta, podemos dizer que sim, as escolas ministram aula de Espanhol na cidade de Tabatinga. Resposta esta que dialoga com os trabalhos de Moreno Fernández (2001) onde mesmo afirma que em 2001 já havia uma escola da rede estadual que ofertava o ensino de E/LE em Tabatinga; também de Coelho (2014 apud TEIXEIRA, 2014) no qual destaca que o Espanhol é ensinado em escolas municipais e estaduais na região do Alto Solimões, como em Tabatinga, na comunidade Umariáçú; nos estudos de Teixeira (2018) onde ressalta que o idioma Espanhol se transformou na principal língua estrangeira ensinada nas escolas regulares na região fronteira amazônica do Brasil; e nas pesquisas de Cabral (2019) que aponta que a língua estrangeira ensinada nas escolas estaduais de Tabatinga é a Língua Espanhola. Inclusive, na escola bilingue junto com o Português. Nesse sentido, podemos entender que a Língua Espanhola faz parte da formação escolar dos estudantes há mais de duas décadas na cidade de Tabatinga. Desta forma, constatamos que as escolas tabatinguenses ministram aulas de Espanhol tanto à nível estadual quanto à nível municipal.

**Quadro 9** - Pergunta 2 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”

2) A Língua Espanhola forma parte do currículo escolar? Desde quando?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	não
												2022

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 9 corresponde à segunda pergunta “A Língua Espanhola forma parte do currículo escolar? Desde quando?”, a maioria dos participantes respondeu “sim”, com três participantes dizendo que “não”. Dois dessas três respostas negativas foram dos mesmos participantes que responderam “não” à pergunta anterior sobre a presença do ensino do Espanhol nas escolas. Já havíamos notado que desconheciam dessa informação, o que justifica suas respostas negativas também à esta pergunta, porque para eles se não há escolas que ministram aulas de Espanhol em Tabatinga, também não irá formar parte do currículo escolar. Voltando novamente aos perfis destes participantes, H e L, acreditamos que outra razão para que eles tenham respondido assim talvez seja porque ambos atuam cotidianamente em âmbitos que não estão relacionados com a área do ensino de línguas, o que provavelmente impossibilita ter acesso a esse tipo de informação.

O terceiro participante a responder “não” foi a participante M que inclusive foi a única que complementou a resposta, respondendo a segunda parte da pergunta referente ao tempo em que o espanhol fazia parte ou não do currículo escolar, o que disse que a língua espanhola não fazia parte desde o ano de 2022.

As respostas afirmativas dialogam com a pesquisa de Coelho (2014 apud TEIXEIRA 2014, p. 66) que afirma “a Língua Espanhola é componente curricular obrigatório em escolas de comunidades indígenas brasileiras do Alto Solimões, sendo ensinada [...] em Tabatinga/AM”. Isso demonstra que ao menos no ano de 2014, o Espanhol fazia sim parte do currículo escolar em Tabatinga.

Em 2017, a Lei Federal 11.161 de 05 de agosto de 2005, mais conhecida como a “Lei do Espanhol” foi revogada pelo governo da época, fazendo com que o ensino da Língua não fosse mais obrigatório, o que culminou na retirada do currículo escolar, talvez por isso, a participante M respondeu “não” à pergunta, se referindo talvez a essa retirada obrigatória. Inclusive, em sua resposta, ela afirma que o Espanhol não faz mais parte do currículo escolar desde o ano de 2022, o que nos leva inferir que esse idioma sim fazia parte do currículo até 2021. No entanto, considerando o fato do ensino de Espanhol nas escolas de Tabatinga, podemos compreender que o Espanhol faz parte do currículo escolar dessa cidade.



Assim, baseados na análise desses dados podemos afirmar que a Língua Espanhola faz parte sim do Currículo Escolar, tanto à nível estadual quanto à nível municipal, há mais de duas décadas na cidade de Tabatinga.

**Quadro 10 - Pergunta 3 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.**

3) Há cursos de graduação em Letras de Espanhol em Tabatinga ou na região do Alto Solimões? Desde quando?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
não	sim	não	não	não	sim	não	não	sim	não	não	não	sim
												Unip

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 10 correspondente à terceira pergunta “Há cursos de graduação em Letras de Espanhol em Tabatinga ou na região do Alto Solimões? Desde quando?”. Aqui, nove participantes responderam “não” e quatro responderam “sim”. E, novamente, apenas a participante M respondeu toda à pergunta composta de duas partes. Ela não soube ao certo o ano que se iniciou a oferta da graduação em Letras de Espanhol na cidade, mas citou a “Unip” como faculdade que oferece o curso.

As respostas B, F, I e M são válidas porque vão ao encontro de nossas pesquisas, na qual comprovamos que em Tabatinga há uma instituição particular, a Universidade Paulista (UNIP), que oferece o Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Língua Espanhola, de forma EaD na modalidade de licenciatura dupla. Além da Unip, na região do Alto Solimões há também uma instituição pública, o Instituto de Natureza e Cultura (INC), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que oferece o Curso em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, na modalidade de licenciatura dupla, em Benjamin Constant.

No entanto, segundo as respostas da maioria dos participantes, em Tabatinga não há cursos de graduação em Letras de Espanhol, respostas estas que nos remetem à reflexão de tentar compreender ou explicar a falta de informação sobre a existência dessas instituições de Ensino Superior nessa região fronteiriça. Acreditamos que neste caso está faltando uma política educacional de divulgação mais efetiva por parte das universidades citadas anteriormente, principalmente da instituição pública, uma vez que esta é a que chega ao alcance de todas as pessoas independente de sua posição social. Talvez por falta dessa divulgação houve mais respostas negativas, pois apesar dos participantes atuarem cotidianamente em diversos âmbitos da sociedade tabatinguense, como comércio, educação, segurança, saúde e outros, não tiveram acesso a essa informação.

Desse modo, analisando os dados verificamos que sim há cursos de graduação em Letras de Espanhol na região do Alto Solimões, nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

**Quadro 11** - Pergunta 4 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.

4) Há cursos de formação continuada ou de atualização para professores de Espanhol?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
não	sim	sim	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não	não	não

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 11 correspondente à quarta pergunta “Há cursos de formação continuada ou de atualização para professores de Espanhol?”. Nesta pergunta, as respostas da maioria foi negativa (7) contra 6 positivas, o que nos faz acreditar que não há esses tipos de cursos para esses profissionais em Tabatinga. Inclusive, levando em consideração quem está inserido nesse contexto educacional, que são os professores, as respostas deles, dois são negativas contra uma positiva, o que nos confirma a não existência dessa formação, já que eles têm mais familiaridade com o assunto. Devo ressaltar que ao fazer essa análise, minha intenção não é tentar desmerecer as demais respostas, pelo contrário, todas as respostas são relevantes para esta pesquisa.

Segundo Rodrigues (2021), que acessou informações na página da web do Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviço para a Rede Pública de Ensino (CEFORT), da Universidade Federal do Amazonas, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), durante o ano de 2015, implementou um acompanhamento pedagógico nas escolas de Tabatinga e Benjamin Constant. Este não sendo exatamente voltado para o Espanhol em si, mas para a Educação como um todo. E infelizmente, o Programa foi descontinuado no ano seguinte por falta de verbas.

A pesquisadora Rodrigues (2021, p. 181) ainda em seu trabalho, entrevistou docentes dessa região transfronteiriça, e um deles, professor de espanhol, assinala a “ausência de uma formação continuada ou cursos de preparação para lidar com a diversidade em sala de aula”. A autora ainda pontua que essa fala foi regular entre os demais docentes, transparecendo a ausência de políticas educacionais efetivas.

A partir desses dados, verifica-se uma política de gestão educacional que não atende os preceitos legais, uma vez que não há cursos de formação continuada ou de atualização para professores de espanhol em Tabatinga apesar de que a legislação nacional, assegura aos docentes o direito de aperfeiçoarem-se em serviço, oferecendo-lhes a oportunidade de gozar licença remunerada para estudos, bem como, à progressão funcional de acordo com a sua titulação. Como também, apesar de saber da importância do papel dessa formação continuada para o desenvolvimento escolar dos alunos. Essa realidade, mostra a falta de políticas

educacionais voltadas para esse contexto, dando a impressão de que a postura dos responsáveis da gestão escolar é desvinculada da realidade dessa região, sem preocupar-se com as graves consequências de suas ações.

As consequências dessas ações que revelam a falta de políticas educacionais efetivas, ainda são mais acentuadas no âmbito escolar em Tabatinga devido, segundo Silva (2011, p. 50), às escolas não oferecerem “uma proposta de ensino bilíngue, mesmo reconhecendo a diversidade linguística e cultural nas salas de aula”. Podemos notar um descaso total com essa situação escolar, essa postura da gestão traz sérias consequências no processo de ensino-aprendizagem, como no relacionamento entre os alunos brasileiros, peruanos e colombianos, indígenas e não indígenas, assim o afirma o pesquisador “como as escolas não trabalham uma proposta educativa intercultural bilíngue, tais estudantes, segundo os professores, acabam se retraindo e não se relacionando com os colegas em sala de aula” (Ibid., p. 50). Pelo cenário, entendemos que não é um contexto fácil de lidar para os docentes que são os responsáveis em conduzir o processo escolar, pois eles têm que buscar estratégias de ensino para dessa forma tentar enfrentar essa diversidade linguística e cultural em sala de aula.

Dada a importância do papel da formação continuada dos professores, acreditamos que já é tempo de que as autoridades do Ministério da Educação do Brasil olhem para a urgente necessidade de implantar políticas educacionais voltadas para a diversidade linguística e cultural da cidade de Tabatinga, e assim buscar oferecer uma educação mais intercultural para os estudantes dessa região fronteiriça amazônica brasileira.

Assim, de acordo com a análise dos dados, conseguimos verificar desta forma que a formação continuada ou de atualização, infelizmente, não é recorrente na cidade de Tabatinga de um modo geral, não apenas para a Língua Espanhola, mas para a Educação em si.

**Quadro 12 - Pergunta 5 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.**

5) Os professores tem apoio com material didático na escola para o ensino de Espanhol?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	sim

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A partir do Quadro 12, para a quinta pergunta “Os professores tem apoio com material didático na escola para o ensino de Espanhol?”, a maioria respondeu “sim”, tendo apenas duas respostas negativas, sendo estas últimas dos participantes H e L, os mesmos que afirmam não haver escolas que ministram aulas de Espanhol em Tabatinga. Dentre os materiais didáticos, o livro talvez seja considerado um dos principais instrumentos de apoio para o trabalho do professor e o mais evidente para a maioria das pessoas. Pelas respostas apresentadas aqui,

majoritariamente afirmativas, podemos acreditar que o professor de espanhol em Tabatinga tem acesso pelo menos a um livro para lhe dar suporte em seu trabalho.

Sobre os materiais didáticos para o ensino de Espanhol em Tabatinga, de acordo com Moreno Fernández (2001), esses materiais deveriam ser adequados ao contexto tão peculiar da fronteira amazônica e estes ter como referência a língua espanhola característica dos países hispânicos fronteiriços: Colômbia e Peru. Não entanto, os materiais didáticos utilizados em Tabatinga não são adequados à realidade plurilíngue e pluricultural da região fronteiriça, onde estão as cidades de Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, como afirma Albuquerque (2015, p. 5) “a aprendizagem das novas gerações fronteiriças se dá por meio de livros didáticos produzidos a partir de sistemas nacionais de ensino. Não há uma educação fronteiriça, bilíngue ou multilíngue, centrada no que há de comum entre as cidades.”.

Podemos perceber, uma vez mais, um claro e grave problema de gestão escolar relacionado com PL, essas ações políticas não têm nenhuma consideração com a realidade do contexto da região, por exemplo, o livro didático se centraliza nas diretrizes do sistema nacional e acaba, às vezes, não respeitando o contexto sociocultural e sociolinguístico do aluno, como o afirma Moreno Fernández (2001), a respeito da necessidade do material didático atender às necessidades e expectativas do estudante, adequando-se à sua realidade.

A partir da análise desses dados, dos quais temos três participantes professores, e afirmações de Albuquerque (2015), verificamos que o professor de espanhol tem apoio com material didático para suas aulas, porém acreditamos que talvez esse material não seja um apoio suficiente para a realidade de seu trabalho, uma vez que possivelmente o livro não é adequado por não contemplar as peculiaridades da fronteira, desse modo, mais uma vez o docente tem que ir atrás de seu próprio material para suas aulas.

**Quadro 13 - Pergunta 6 e suas respostas da categoria “Contexto Educacional”.**

6) Há uma lei que torna obrigatório o ensino da Língua Espanhola em Tabatinga?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	não

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 13 correspondente à sexta pergunta “Há uma lei que torna obrigatório o ensino da Língua Espanhola em Tabatinga?”. A maioria das respostas foi “sim”, tendo três respondido “não”. Sabemos que existia sim uma lei federal que tornava obrigatório o ensino da Língua Espanhola à nível nacional, porém ela foi revogada alguns anos atrás pelo governo vigente da época.

Ainda, à nível estadual, existe a Lei Estadual nº 152/13 (AMAZONAS, 2013) desde maio de 2013, conhecida como “Lei Amazonense do Espanhol”, que estabelece a obrigatoriedade da oferta da Língua Espanhola na rede de ensino estadual pública e privada, sendo facultativa ao aluno, que no ato de sua matrícula deverá indicar seu interesse formalmente por escrito, bem como, o exercício da docência desta disciplina é exclusivamente para os formados em cursos de licenciatura plena em Letras-Espanhol. Além da Resolução 89/2006 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (AMAZONAS, 2006), elaborada para sistematizar a implantação da Lei Federal 11.151/2005, hoje extinta (citada anteriormente).

Enquanto à nível municipal, infelizmente, não há nenhuma lei referente ao Espanhol na cidade de Tabatinga. Contudo, apesar da revogação da Lei Federal n.º 11.161/05, o ensino do Espanhol no estado do Amazonas continua garantido pela Lei Estadual 152/13 (AMAZONAS, 2013), que permanece vigente.

Desse modo, apesar da maioria dos participantes terem respondido “sim”, com base na análise das respostas negativas e os dados obtidos através de nossas pesquisas, foi possível verificar que, infelizmente, não existe uma lei municipal para o ensino de E/LE no município de Tabatinga. No entanto, mesmo que não exista uma Lei municipal e a Lei Federal esteja extinta, o ensino de Espanhol no estado do Amazonas está garantido pela Lei Estadual 152/13 (AMAZONAS, 2013), que continua vigente.

Sintetizando, quanto ao âmbito educacional, percebemos que os participantes têm poucas informações a respeito, principalmente no que se refere a Políticas Linguísticas. Eles podem até ser familiarizados com o Espanhol, usar ou escutar o idioma no dia-a-dia, mas as políticas que regem o idioma, pouco são conhecidas numa região que transpira o espanhol junto com o português e línguas indígenas. No entanto, comprovamos que o Espanhol assume a função social como disciplina escolar conforme Lagares (2018) assinala em seu livro e Teixeira (2014) utiliza em sua tese doutoral o termo de função social de instrução para o mesmo, pois o idioma é ensinado nas escolas na cidade de Tabatinga.

Na região fronteira do Alto Solimões, especificamente na cidade de Tabatinga, a significativa presença do uso da língua espanhola, assumindo diferentes funções em diversos contextos da sociedade, justificam seu ensino, indo ao encontro das considerações dos PCN (BRASIL, 1998), que destacam a importância da aprendizagem de língua estrangeira, valorizando as funções sociais dessas línguas para a sociedade brasileira, uma vez que esse conhecimento proporciona benefícios para os alunos, assim o afirmam os PCN, a aprendizagem de língua estrangeira, “[...] é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. [...] Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua

Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira (BRASIL, 1998, p. 63).”. De igual forma, as *OCEM* (BRASIL, 2006, p. 147) apontam que: “Na nossa sociedade, o conhecimento de Línguas Estrangeiras é muito valorizado no âmbito profissional, [...] é preciso entendê-lo como um meio de integrar-se e agir como cidadão.”

No caso da aprendizagem da Língua Espanhola, reconhecendo a importância desse idioma na sociedade brasileira e em todo o mundo de modo geral, Sedycias (2005) destaca que existem razões para que os brasileiros aprendam Espanhol, como o fato de ser uma das mais importantes línguas mundiais da atualidade (é a 2ª língua nativa mais falada do mundo); ser língua oficial de 21 países; depois do inglês, é a segunda língua mundial como veículo de comunicação internacional, especialmente no comércio, e a terceira na política, diplomacia, economia e cultura (depois do inglês e francês); é uma das línguas oficiais do MERCOSUL; o turismo (viagens para a Espanha e Hispano-América / viagens de turistas hispânicos ao Brasil); o espanhol tem muita importância nos Estados Unidos (13% da população fala espanhol como primeira língua); o português e o espanhol são línguas irmãs, pois derivam do latim vulgar e, conforme o investigador, o espanhol é considerado como um dos idiomas mais bonitos, melódicos e românticos do mundo.

Enfatizando essa relevância, Moreno Fernández (2001) afirma que em Tabatinga, onde o espanhol é de uso corrente, ter conhecimento das línguas portuguesa e espanhola traz significativos benefícios na vida de seus habitantes. Pelo qual destacamos a importância de aprender o Espanhol, considerando que mesmo que ele tenha semelhanças com o português é necessário estudá-lo, de igual forma como as outras línguas, precisamos conhecê-las.

Para Sedycias (2005), embora o português e o espanhol sejam línguas irmãs, é mais fácil um brasileiro aprender espanhol que um hispano-falante aprender português, devido a língua portuguesa apresentar muito mais sons vocálicos (12) que a língua espanhola (5) e à evolução linguística, pois o português eliminou certos sons consonantais que ainda figuram no espanhol, o que dificulta a aprendizagem, como os sons “n” e o “l” intervocálicos em palavras como “cor” e “ter” (“color” e “tener”, respectivamente em espanhol). O pesquisador ressalta que nós conseguimos comprar produtos dos nossos vizinhos falando português, sem muita dificuldade, porém para comercializar os nossos produtos a eles, precisamos falar o espanhol e conhecer a cultura deles. Dessa forma, corroboramos com o autor quando ele aponta a importância do aprendizado da Língua Espanhola já que se alguém “decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal.” (Ibid, p. 36).

Desta forma, com base na análise dos dados obtidos, comprovamos a primeira hipótese levantada, conforme mencionado na Introdução, de que a língua espanhola cumpre uma função educacional importante tanto na educação básica quanto no ensino superior nessa região amazônica.

#### 4.2.2 Contexto Familiar

As perguntas relacionadas ao contexto familiar aplicadas aos participantes estão apresentadas no Quadro 14. Elas, na sua maioria, são fechadas, com respostas curtas e rápidas de múltipla escolha com: “sim”, “não” e “não sei”; referente às perguntas relacionadas à língua como “portuguesa”, “espanhola”, “indígena” e “outras”, na qual havia espaço para complementação caso o participante assinalasse essa alternativa; e complementando, uma única pergunta continha as respostas “exclusivamente em seu país” e “também no Brasil (ambos)”. Ressalto ainda a escolha desse estilo de perguntas foi para facilitar o recrutamento de candidatos.

**Quadro 14** - Perguntas da categoria “Contexto Familiar” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes

<b>PARTE II: Contexto Familiar</b>	
7	Há comunidades de imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?
8	Há estudantes que são filhos de imigrantes nas escolas?
9	Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, qual(ais) é(são) o(s) idioma(s) usado(s) por esses estudantes?
10	Qual(ais) a língua(s) usada(s) entre os membros da comunidade?
11	Essas pessoas usam a língua exclusivamente quando estão em seu país ou também no Brasil?
12	Em que língua(s) você interage com seus familiares em Tabatinga?

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Em seguida, também apresento o Quadro 15 com as respostas dos participantes a esse subconjunto de perguntas referente ao contexto familiar, e ainda, para facilitar a visualização e análise dos dados, são apresentados quadros com as perguntas individuais e suas respectivas repostas. O Quadro 16 refere-se à primeira pergunta dessa categoria.

**Quadro 15 - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Contexto Familiar” do Questionário Investigativo**

<b>Participante</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	
<b>A</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	português, espanhol	portuguesa	ambos	espanhola
<b>B</b>	sim		sim	português, espanhol	portuguesa, espanhola, indígena	ambos	portuguesa, espanhola
<b>C</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	espanhol	portuguesa, espanhola, indígena	ambos	portuguesa
<b>D</b>	sim		sim	espanhol	portuguesa	ambos	portuguesa
<b>E</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	espanhol	portuguesa, espanhola	ambos	portuguesa, espanhola
<b>F</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	espanhol	espanhola	ambos	portuguesa, indígena
<b>G</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	português	portuguesa, espanhola		portuguesa
<b>H</b>	sim		sim	português	portuguesa	em seu país	portuguesa
<b>I</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	português	portuguesa, espanhola, indígena	ambos	portuguesa, espanhola
<b>J</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	português	portuguesa, espanhola, indígena	ambos	espanhola
<b>K</b>	sim		sim	espanhol	portuguesa	ambos	portuguesa
<b>L</b>	sim		sim	português	portuguesa, indígena		portuguesa
<b>M</b>	sim	Colômbia, Peru	sim	português, espanhol	portuguesa, espanhola	ambos	portuguesa, espanhola

Fonte: elaborado pela autora (2023)



**Quadro 16** - Pergunta 7 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.

7) Há comunidades de imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?								
<b>A</b>	sim	Colômbia, Peru	<b>F</b>	sim	Colômbia, Peru	<b>K</b>	sim	
<b>B</b>	sim		<b>G</b>	sim	Colômbia, Peru	<b>L</b>	sim	
<b>C</b>	sim	Colômbia, Peru	<b>H</b>	sim		<b>M</b>	sim	Colômbia, Peru
<b>D</b>	sim		<b>I</b>	sim	Colômbia, Peru			
<b>E</b>	sim	Colômbia, Peru	<b>J</b>	sim	Colômbia, Peru			

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 16 corresponde à sétima pergunta “Há comunidades de imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?”, a qual todos os participantes responderam “Sim”, dos quais, oito participantes complementaram suas respostas dizendo que são as comunidades colombiana e peruana que há em Tabatinga e cinco participantes não complementaram suas respostas somente disseram “Sim”.

Essas respostas vão ao encontro dos trabalhos de Bock (2023, p. 47), que declara que em Tabatinga, além das comunidades indígenas, há “comunidades de colonos – inclusive peruanos –, organizadas na beira do rio ou nos limites internacionais com a Colômbia”. De igual forma, Albuquerque (2015) afirma que existem brasileiros, peruanos e colombianos morando próximos ou no limite fronteiro entre os países Brasil e Colômbia. Ainda Cabral (2019) reitera que há essas comunidades hispânicas na cidade de Tabatinga.

A proximidade da região fronteira com países hispano-falantes, que facilita fluxos migratórios pelos municípios amazônicos brasileiros, possibilitou o estabelecimento de comunidades de imigrantes hispânicos em Tabatinga, fato que faz que a língua espanhola assumam distintas funções sociais nesse território.

Com base nesses dados, tanto as respostas afirmativas dos participantes quanto as alegações dos pesquisadores, podemos constatar que existem as comunidades peruana e colombiana em Tabatinga.

**Quadro 17** - Pergunta 8 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.

8) Há estudantes que são filhos de imigrantes nas escolas?												
<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>	<b>I</b>	<b>J</b>	<b>K</b>	<b>L</b>	<b>M</b>
sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 17 refere-se à oitava pergunta “Há estudantes que são filhos de imigrantes nas escolas?”, todos os participantes responderam “Sim”, sendo no total treze respostas afirmativas.

Relacionando essas respostas e levando em consideração a existência de comunidades de imigrantes hispânicos (peruanos e colombianos) em Tabatinga, discutida na questão anterior, acreditamos que são os filhos desses imigrantes que estão matriculados regularmente nas escolas da cidade. Desta forma, comprovamos que há estudantes que são filhos de imigrantes peruanos e colombianos nas escolas de Tabatinga.

Para complementar essas respostas, acreditamos que é importante mencionar que além de alunos filhos de imigrantes hispânicos, também há estudantes estrangeiros que falam espanhol que cruzam as fronteiras diariamente para estudar em escolas brasileiras, como podemos verificar no trabalho de Rodrigues (2021, p. 73), onde a mesma realizou entrevistas com moradores da cidade de Tabatinga e constatou que existe uma diversidade nas escolas brasileiras: “alunos das cidades do próprio município de Tabatinga e [...] Letícia, além de estudantes que se deslocam cruzando o rio, oriundos de Islândia e Santa Rosa, no Peru, e da comunidade indígena de Umariáçu, no Brasil, assim como filhos de militares do Exército Brasileiro.”. Do mesmo modo, Silva (2011) confirma essa heterogeneidade nas escolas tabatinguenses, em seus estudos colheu depoimentos de professores e uma delas reitera a dificuldade linguística que ela e os alunos colombianos, peruanos, indígenas e não indígenas tem dentro da sala de aula.

Dessa forma, também comprovamos a existência de estudantes hispânicos, que vivem na Colômbia ou no Peru, que estudam em escolas brasileiras do município de Tabatinga, este fato também faz que a língua espanhola assuma distintas funções sociais nesse território.

**Quadro 18 - Pergunta 9 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.**

9) Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, qual(ais) é(são) o(s) idioma(s) usado(s) por esses estudantes?					
<b>A</b>	português, espanhol	<b>F</b>	espanhol	<b>K</b>	espanhol
<b>B</b>	português, espanhol	<b>G</b>	português	<b>L</b>	português
<b>C</b>	espanhol	<b>H</b>	português	<b>M</b>	português, espanhol
<b>D</b>	espanhol	<b>I</b>	português		
<b>E</b>	espanhol	<b>J</b>	português		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 18 corresponde à nona pergunta “Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa qual(ais) é(são) o(s) idioma(s) usado(s) por esses estudantes?”, do total dos

participantes, cinco responderam “espanhol”, cinco disseram “português” e três responderam “português e espanhol”.

Com base nessas respostas, podemos perceber que os estudantes, filhos desses imigrantes, utilizam o idioma que tem familiaridade e que melhor se comunicam que é a língua materna deles. O que acarreta dificuldades para o professor que não está preparado para lidar com essa diversidade étnica e linguística, assim o afirma Silva (2011, p. 50) que as escolas não oferecem “uma proposta de ensino bilíngue, mesmo reconhecendo a diversidade linguística e cultural nas salas de aula”. Albuquerque (2015, p. 5) também reitera essa falta de comprometimento da parte das autoridades por não ter “uma educação fronteiriça, bilíngue ou multilíngue” nessa região.

Quanto à língua usada por esses estudantes, percebemos que além do português, o espanhol também é o idioma utilizado por eles para se comunicarem em sala de aula.

**Quadro 19 - Pergunta 10 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.**

10) Qual(ais) a(s) língua(s) usada(s) entre os membros da comunidade?					
<b>A</b>	portuguesa	<b>F</b>	espanhola	<b>K</b>	portuguesa
<b>B</b>	portuguesa, espanhola, indígena	<b>G</b>	portuguesa, espanhola	<b>L</b>	portuguesa, indígena
<b>C</b>	portuguesa, espanhola, indígena	<b>H</b>	portuguesa	<b>M</b>	portuguesa, espanhola
<b>D</b>	portuguesa	<b>I</b>	portuguesa, espanhola, indígena		
<b>E</b>	portuguesa, espanhola	<b>J</b>	portuguesa, espanhola, indígena		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 19 refere-se à décima pergunta “Qual(ais) a(s) língua(s) usada(s) entre os membros da comunidade?”, quatro dos participantes responderam “portuguesa, espanhola e indígena”, quatro participantes disseram “portuguesa”, três deles responderam “portuguesa e espanhola”, apenas um participante respondeu “espanhola” e da mesma forma somente um participante diz “portuguesa e indígena”.

A partir do que responderam os candidatos, podemos verificar a diversidade nas próprias respostas, não tendo uma língua como majoritária ou principal. Isso pode ser comprovado quando Ramirez (2006), citado por Unigarro (2012), distribui a população dessa região fronteiriça quanto à nacionalidade e destaca que 30% a 40% das pessoas dessa região possuem dupla nacionalidade e ainda confirma que a maioria fala os dois idiomas latinos oficiais, o português e o espanhol, ou um intermediário, o portunhol, e várias línguas indígenas. Do mesmo modo, quando Nascimento (2016, p. 64) afirma que as fronteiras dessa região amazônica

encobertas pela densa vegetação “se confundem nos corpos e rostos de seus moradores: brancos, negros, índios, pardos ou mestiços; nacionais ou estrangeiros; brasileiros, peruanos ou colombianos; falantes do português; do espanhol, da língua tikuna ou kokama.”.

Nesse sentido, pelas informações obtidas, podemos compreender que a maioria dos membros dessa comunidade utiliza mais de uma língua em suas interações comunicativas, o que significa que fazem uso do bilinguismo ou plurilinguismo em suas práticas sociais cotidianas. Segundo Unigarro (2012), o bilinguismo parece unir os habitantes fronteiriços provocando, mais que confiança e familiaridade, um grande interesse pelos elementos culturais do outro, como a gastronomia, a música e a língua.

Com base nos dados obtidos, podemos constatar que, além das línguas portuguesa e indígena, a língua espanhola também é usada nas práticas comunicativas dos membros da comunidade.

**Quadro 20** - Pergunta 11 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.

11) Essas pessoas usam a língua exclusivamente quando estão em seu país ou também no Brasil?					
<b>A</b>	ambos	<b>F</b>	ambos	<b>K</b>	ambos
<b>B</b>	ambos	<b>G</b>		<b>L</b>	
<b>C</b>	ambos	<b>H</b>	em seu país	<b>M</b>	ambos
<b>D</b>	ambos	<b>I</b>	ambos		
<b>E</b>	ambos	<b>J</b>	ambos		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 20 corresponde à décima primeira pergunta “Essas pessoas usam a língua exclusivamente quando estão em seu país ou também em Brasil?”, tendo a maioria dos participantes respondido “ambos”, apenas um participante dizendo “em seu país” e dois que não responderam nada para essa pergunta que foram o G e o L que são peruanos e talvez não se sentiram à vontade de responder, já que de uma certa forma a pergunta os incluía.

Considerando essas respostas e sabendo que os habitantes da fronteira mantem inúmeras relações sociais, que criam laços entre as distintas comunidades presentes na tríplice fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), construindo espaços sociais transfronteiriços que ultrapassam os limites geográficos, culturais, linguísticos e outros. Conforme Unigarro (2012) alega que a fluidez comercial entre esses três países configura a fronteira em um espaço de complementariedade comercial, e aponta que isso é resultado de práticas cotidianas, especialmente “o uso das línguas portuguesa e espanhola (acontecendo o bilinguismo), a formação de famílias entre pessoas de diferentes nacionalidades, o fornecimento mútuo de produtos alimentícios, a troca de bens e serviços (p. 271)”. Isso fica evidente na declaração de Albuquerque (2015), ao se deparar com o acentuado comércio popular de comerciantes

peruanos no porto de Tabatinga, “Estamos em uma cidade brasileira ou peruana? (p. 8)”, de Machado (2014, p. 118) ao afirmar que “não é difícil ouvir de algum tabatinguense que ‘hoje só se escuta espanhol’ no mercado [...]” e de Silva e Queiroz (2022, p. 10) quando declaram “a impressão que se tem é que estamos no país vizinho”.

Com base nos dados obtidos dos participantes e as informações das pesquisas, constatamos que as pessoas hispanas utilizam o espanhol tanto no Brasil quanto em seu país (Colômbia ou Peru).

**Quadro 21** - Pergunta 12 e suas respostas da categoria “Contexto Familiar”.

12) Em que língua(s) você interage com seus familiares em Tabatinga?					
<b>A</b>	espanhola	<b>F</b>	portuguesa, indígena	<b>K</b>	portuguesa
<b>B</b>	portuguesa, espanhola	<b>G</b>	portuguesa	<b>L</b>	portuguesa
<b>C</b>	portuguesa	<b>H</b>	portuguesa	<b>M</b>	portuguesa, espanhola
<b>D</b>	portuguesa	<b>I</b>	portuguesa, espanhola		
<b>E</b>	portuguesa, espanhola	<b>J</b>	espanhola		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 21 corresponde à décima segunda pergunta “Em que língua(s) você interage com seus familiares em Tabatinga?”, a maioria dos participantes respondeu “portuguesa”, sendo seis em total, quatro participantes disseram “portuguesa e espanhola”, dois responderam “espanhola” e apenas um respondeu “portuguesa e indígena”.

Essas respostas confirmam mais uma vez que em Tabatinga os habitantes utilizam diversos idiomas, principalmente: o oficial, que é o português, a língua estrangeira espanhola e línguas indígenas. Neste caso, podemos observar que quatro participantes brasileiros, de um total de nove, alternam o uso do português e do espanhol para interagir com seus familiares, acreditamos que uma das causas para isso ocorrer talvez seja o fato que nessa região é evidente, segundo Unigarro (2012), a formação de famílias entre pessoas de diferentes nacionalidades (brasileira com peruana ou colombiana), o que pode possibilitar o uso de ambas línguas. Somente um participante brasileiro alterna o uso do português com a língua kokama (conforme seu perfil) quando se comunica com seus parentes, e os demais participantes brasileiros falam apenas o português no contexto familiar. Já dos quatro participantes peruanos, dois deles usam somente o espanhol e dois não falam a língua de migração na interação com seus parentes, apenas o português, talvez eles optem usar essas línguas por se sentirem mais a vontade no cotidiano familiar.

A partir desses dados, verificamos que a língua espanhola é utilizada entre os familiares de alguns participantes da pesquisa, o que indica que eles estão familiarizados com esse idioma. Uma vez que o mesmo também faz parte do cotidiano deles, conforme Moreno Fernández

(2001, p.4) se refere ao uso do espanhol como “moeda corrente” na vida da fronteira em Tabatinga.

Sintetizando, no que concerne ao âmbito familiar, percebemos que a língua espanhola assume a função social de comunicação entre os membros da família, assim como a comunicação entre os outros membros da comunidade: vizinhos, amigos, conterrâneos, colegas de aula e/ou entre aluno e professor, e outros. Desta forma o espanhol assume a função social de uso familiar, especialmente nas comunidades de imigrantes hispânicos na região, e a função social de comunicação entre parentes e amigos, conforme Teixeira (2014) os definem.

Desta forma, no que se refere à categoria do contexto familiar, conforme a segunda hipótese levantada e mencionada na Introdução, comprovamos que a língua espanhola é utilizada no âmbito familiar, assumindo a função social de língua de comunicação entre os familiares.

#### 4.2.3 Outros contextos

As perguntas relacionadas a outros contextos aplicadas aos participantes estão apresentadas no Quadro 22. Elas são fechadas, com respostas curtas e rápidas de “sim”, “não” e “não sei” ou de múltipla escolha, onde foram pré-determinados conjunto de prováveis respostas, baseado no levantamento teórico realizado anteriormente, e tendo como uma das opções de respostas “outros”, onde o participante podia complementar com mais alguma informação que tivesse. Continuando na mesma linha de pensamento, já apresentado antes, escolhi dessa forma para conseguir candidatos para a Pesquisa.

**Quadro 22** - Perguntas da categoria “Outros Contextos” do Questionário Investigativo aplicado aos participantes

	<b>PARTE III: Outros Contextos</b>
13	Há assistência médica em espanhol em Tabatinga?
14	Há comércios de pessoas imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?
15	Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, que tipo(s) de comércio(s) existe(m)?
16	No âmbito jurídico, há necessidade de se falar em espanhol?
17	Em que outros lugares podem-se observar as pessoas interagindo em espanhol em Tabatinga?
18	Além da interação direta entre as pessoas em espanhol, por meio de que outros meios de comunicação as pessoas têm outras informações em esse idioma?

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Logo em seguida, também apresento o Quadro 23 que corresponde às respostas dos participantes a essa última categoria de perguntas referente a outros contextos, e ainda, para facilitar a visualização e análise dos dados, são apresentados quadros com as perguntas individuais e suas respectivas repostas. O Quadro 24 refere-se à primeira pergunta dessa categoria.

**Quadro 23 - Respostas dos participantes às perguntas da categoria “Outros Contextos” do Questionário Investigativo**

<b>Participante</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>
<b>A</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	não	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros	rádio; tv; cartazes; outros
<b>B</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv; cartazes
<b>C</b>	não	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio
<b>D</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv
<b>E</b>	não	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros: bares, boates	não	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; outros: placas comerciais
<b>F</b>	não	sim	restaurante; mercadinho	sim	no meio de transporte; na feira	rádio; tv

<b>G</b>	não	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	não	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv
<b>H</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros	outros: escola e dia a dia
<b>I</b>	sim	sim	outros	não	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv
<b>J</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros	rádio; tv
<b>K</b>	sim	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv; cartazes
<b>L</b>	não	sim	restaurante; cabelereiro	sim	nas práticas de esporte livre; na feira	outros
<b>M</b>	não	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	sim	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	rádio; tv; cartazes

Fonte: elaborado pela autora (2023)



**Quadro 24** - Pergunta 13 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”.

13) Há assistência médica em espanhol em Tabatinga?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
sim	sim	não	sim	não	não	não	sim	sim	sim	sim	não	não

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A partir do Quadro 24, para a pergunta de número treze, cuja indagação era “Há assistência médica em espanhol em Tabatinga?”, sete participantes responderam “Sim” e seis responderam “Não”.

Sabemos que há um grande fluxo de peruanos e colombianos na cidade de Tabatinga e que o Brasil possui um Sistema Único de Saúde que garante assistência médica universal de forma gratuita a todos, sem discriminação. Desta forma, sabemos que há uma grande procura por atendimento em unidades de saúde por parte desses estrangeiros devido ser um serviço público. Tanto é que foi criado o SIS Fronteira, que é um Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, destinado a integrar as ações e os serviços de saúde nas regiões fronteiriças com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e a organização dos sistemas locais de saúde (BRASIL, 2005).

Teixeira (2014) afirma que o espanhol assume a função de “língua de atendimento à saúde, usada por profissionais de países hispânicos que atuam no Amazonas, principalmente a partir do programa Mais Médicos”.

Comprovamos ainda o uso do sistema de saúde brasileiro em Tabatinga por parte dos estrangeiros em relatos do trabalho de Melo (2018, p. 140) quando a mesma pontua o obstáculo da “comunicação verbal entre profissionais de saúde e usuários dos serviços provenientes da Colômbia ou do Peru” e a ressalta com um relato de um de seus entrevistados quando o mesmo diz da existência da “[...] dificuldade do idioma, que é uma das dificuldades que eu percebo até para a qualidade da informação, que eu considero um processo muito importante [...]”.

Com base nas respostas dos participantes serem bem divididas entre “Sim” e “Não”, sobre haver assistência em espanhol nos hospitais em Tabatinga, somados às declarações de Teixeira (2014) sobre o espanhol ser usado por profissionais hispanos nos municípios do Amazonas e ainda na declaração de Melo (2018) sobre os relatos que colheu sobre a dificuldade do idioma nos atendimentos nas unidades de saúde em Tabatinga, concluímos que podemos encontrar assistência médica em espanhol que geralmente provém de profissionais que tem o espanhol como língua materna, mas na grande maioria não chega esse atendimento em espanhol, dificultando na comunicação entre os profissionais de saúde e o paciente, tendo essa carência.

**Quadro 25** – Perguntas 14 e 15 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”.

14) Há comércios de pessoas imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?								
15) Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, que tipo(s) de comércio(s) existe(m)?								
	14)	15)		14)	15)		14)	15)
<b>A</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	<b>F</b>	sim	restaurante; mercadinho	<b>K</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros
<b>B</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	<b>G</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	<b>L</b>	sim	restaurante; cabelereiro
<b>C</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	<b>H</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros	<b>M</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro
<b>D</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro	<b>I</b>	sim	outros			
<b>E</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros: bares, boates	<b>J</b>	sim	restaurante; mercadinho; cabelereiro; outros			

Para a décima quarta e décima quinta perguntas, que correspondem ao Quadro 25, cujo os questionamentos foram respectivamente “Há comércios de pessoas imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?”, cujo todas as respostas foram “Sim”, e “Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, que tipo(s) de comércio(s) existe(m)?”, a maioria dos participantes assinalaram “restaurantes” (12), “mercadinho” (11) e “cabelereiro” (11), 7 participantes assinalaram a alternativa “outros”, sendo que somente um deles complementou essa resposta, dizendo “bares e boates”.

Com base nas repostas afirmativas da pergunta de número 14, confirmamos sem dúvida que há comércios de pessoas imigrante falantes da língua espanhola na cidade de Tabatinga. E com base nas repostas da pergunta 15, percebemos a variedade desses comércios.

Essas repostas podem ser comprovadas nas palavras de Machado (2014) que afirma a existência de hotéis e companhia de navegação de proprietários peruanos na Av. Marechal Mallet, principal via de acesso ao porto de Tabatinga, e do mesmo modo, Albuquerque (2015, p.8) pontua um “intenso comércio popular de verduras, frutas e bugigangas de comerciantes peruanos” na região do porto da cidade. Também Silva e Queiroz (2022) relatam que há proprietários estrangeiros de comércios na orla municipal de Tabatinga. Inclusive uma das participantes desta pesquisa de origem peruana comprova essa questão, pois ela é dona de um salão de beleza na cidade. Significando, desta forma, que na comunicação entre esses comerciantes com os seus clientes faz-se o uso da língua espanhola, podendo verificar que acontece interações entre eles, entre turistas (nacionais e estrangeiros) que procuram hotéis e passagens, consumidores de produtos alimentícios, pessoas que vão ao salão de beleza buscar algum serviço estético ou afins.

Baseado nos dados obtidos e com as considerações apresentadas dos investigadores, identificamos a presença e diversidade de comércios de pessoas imigrantes hispano-falantes na cidade, como restaurante, mercadinho, cabelereiro, bares e boates respondidos pelos participantes, além dos mencionados pelos pesquisadores citados aqui como hotéis e companhia de navegação, comércio popular de alimentos e bugigangas.

**Quadro 26 - Pergunta 16 e suas repostas da categoria “Outros Contextos”.**

16) No âmbito jurídico, há necessidade de se falar em espanhol?												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
não	sim	sim	sim	não	sim	não	sim	não	sim	sim	sim	sim

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Para a pergunta de número 16, correspondente ao Quadro 26, com a indagação “No âmbito jurídico, há necessidade de se falar em espanhol?”, a maioria, um total de 9, dos participantes respondeu “sim” e 4 deles respondeu “não”.

Podemos observar que os dados confirmam que existe a necessidade de se usar a língua espanhola no âmbito jurídico. Resposta esta que vai ao encontro com o princípio de personalidade, o qual Lagares (2018) explica que o indivíduo tem o direito de falar sua língua dentro das limitações impostas pelo Estado. E uma aplicabilidade desse princípio é justamente no âmbito jurídico, no qual o pesquisador afirma que o princípio de personalidade costuma ser aplicado “[...] nos tribunais de justiça, pelo menos nos estados democráticos, para julgar

estrangeiros que não reconhecem a língua oficial e que podem contar com um intérprete na sua própria língua. Essa seria a única forma de garantir o seu direito de defesa (p.72).”.

Nesse sentido, compreendemos que em Tabatinga, onde há comunidades hispânicas estabelecidas, caso um desses habitantes cometer uma infração ilegal e for apreendido, poderá utilizar sua própria língua (materna) para se defender, como também terá um tradutor linguístico que o ajudará durante o processo jurídico. É importante frisar que o mesmo acontece com qualquer pessoa que não fale e/ou não entenda o idioma oficial, neste caso o português. Dessa forma, com base nos dados, observamos que se faz necessário o uso da língua espanhola no âmbito jurídico em Tabatinga, uma vez de haver um grande número de hispanos residentes na cidade.

**Quadro 27** - Pergunta 17 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”.

<b>17) Em que outros lugares podem-se observar as pessoas interagindo em espanhol em Tabatinga?</b>					
<b>A</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros	<b>F</b>	no meio de transporte; na feira	<b>K</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto
<b>B</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	<b>G</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	<b>L</b>	nas práticas de esporte livre; na feira
<b>C</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	<b>H</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros	<b>M</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto
<b>D</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	<b>I</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto		
<b>E</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto	<b>J</b>	no meio de transporte; nas práticas de esporte livre; na feira; no porto; outros		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A partir do Quadro 27, para a pergunta “Em que outros lugares podem-se observar as pessoas interagindo em espanhol em Tabatinga?”, a maioria dos participantes assinalaram “no meio de transporte” (11), “nas práticas de esporte livre” (12), “no porto” (11). Todos assinalaram “na feira” e 3 “outros”, tendo nenhum complementado esta resposta.

A partir dos dados, observamos que o espanhol está presente em mais lugares do que em escolas, que é o primeiro pensamento que vem à mente quando nos referimos à alguma língua estrangeira, por ser o local de ensino, e que no porto da cidade, por se tratar de um lugar de transição e ter uma maior movimentação de estrangeiros, e como muitos autores já o citaram conforme Silva e Queiroz (2022) e Albuquerque (2015). Cabral (2019) também afirma que é

possível escutar o espanhol na rua mesmo, principalmente na Av. Marechal Mallet, quando alguém, por exemplo, cumprimenta o outro com um *buenos días*, qualquer que seja a nacionalidade. Machado (2014) igualmente relata que o espanhol está presente nos meios de comunicação, informação e no lazer dos habitantes.

E ainda Unigarro (2012) indica a presença da língua espanhola em lugares como restaurantes, lanchonetes, padarias, salão de beleza, internet, onde geralmente é possível encontrar pessoas dos países vizinhos, e em festividades compartilhadas como o FESTISOL, o Festival Internacional de Música Popular Amazonense *El Pirarucú de Oro* e o *Festival de la Confraternidad Amazónica*, nos quais há apresentações de bandas, músicas, danças folclóricas, língua e história dos três países, buscando reafirmar a integração cultural, desportiva e institucional entre eles. O autor continua declarando que também é possível observar o espanhol em desfiles escolar e militar celebrando a Independência de cada país em suas respectivas datas e espaços, assim como nas comemorações dos aniversários de fundação das cidades dessa fronteira, e nas práticas esportivas, as quais se destacam três grandes competições: a *Copa Internacional de Fútbol Confraternidad Amazónica*; a *Prueba Internacional de Canotaje*; e o *Triatlón de la Selva*.

Consequentemente, podemos afirmar que o espanhol está presente em diversos espaços na cidade de Tabatinga como os participantes responderam e os pesquisadores confirmaram e acrescentaram: na feira; no porto; no meio de transporte; nas práticas de esportes; em restaurantes; lanchonetes; padarias; entre outros, com o intuito de reforçar a irmandade e a integração cultural, desportiva e institucional entre os países dessa fronteira.

#### Quadro 28 - Pergunta 18 e suas respostas da categoria “Outros Contextos”.

18) Além da interação direta entre as pessoas em espanhol, por meio de que outros meios de comunicação as pessoas têm outras informações nesse idioma?					
<b>A</b>	rádio; tv; cartazes; outros	<b>F</b>	rádio; tv	<b>K</b>	rádio; tv; cartazes
<b>B</b>	rádio; tv; cartazes	<b>G</b>	rádio; tv	<b>L</b>	outros
<b>C</b>	rádio	<b>H</b>	outros: escola e dia-a-dia	<b>M</b>	rádio; tv; cartazes
<b>D</b>	rádio; tv	<b>I</b>	rádio; tv		
<b>E</b>	rádio; outros: placas comerciais	<b>J</b>	rádio; tv		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O Quadro 28 corresponde à décima oitava pergunta “Além da interação direta entre as pessoas em espanhol, através de que outros meios de comunicação as pessoas têm outras informações nesse idioma?”, a maioria respondeu “rádio” (11) e “tv” (9). Quatro participantes

assinalaram “cartazes” e 4 também responderam “outros”, tendo dois deles complementando com “placas comerciais” e “escola e dia a dia”.

Com base nas respostas dos participantes, verificamos que o espanhol está presente em outros meios de comunicação além da fala, como em rádios, tv e cartazes. Respostas estas que dialogam com o que Machado (2014) garante que é possível ver o uso do idioma em letreiros e propagandas no porto de Tabatinga, assim como escutar músicas, rádios e a televisão peruana no dia-a-dia da população, e ainda afirma que “nos bares colombianos de Leticia e nos brasileiros de Tabatinga, a música peruana tem protagonismo, ao lado de hits populares brasileiros e internacionais (p.118)”. Souza (2019, p. 110) também constata essa presença no cotidiano dos habitantes da cidade como “no sonoro, músicas de bandas colombianas e peruanas que são veiculadas nas rádios locais, carros de som de divulgação publicitária, bares e ambientes sociais.”. Ainda Bock (2023) enfatiza que o espanhol também é usado em meios via internet quando, por exemplo, os habitantes estão conectados à informação em tempo real sobre as atividades festivas tradicionais, pois a cobertura delas é feita por meio das mídias, principalmente através da internet pelo Portal Tabatinga, e também é transmitida pelas emissoras de rádio da tríplice fronteira, destacando que “sua identificação costuma ser eficiente principalmente pela abordagem realizada nos três idiomas predominantes na oralidade da região, português, espanhol e ticuna, dado que a valoração linguística certifica uma base de comunidade de comunicação (p. 111).”.

Inclusive, a própria autora, pude comprovar pessoalmente a presença do espanhol no dia-a-dia da cidade, mais uma vez, quando recrutava participantes para a pesquisa. Pude perceber, nas ruas, pessoas dialogando ou falando ao celular em espanhol, quando alguém deixava a janela aberta das casas, nas tvs, bem como o idioma escrito em nomes de comércios, placas/cartazes, as bandeiras dos três países sempre presentes, músicas em caixas de som, ou até mesmo em som de carro, tocando alguma música em espanhol. Todos estes apontamentos fazem parte do ambiente linguístico da cidade de Tabatinga, cuja presença da língua espanhola na vida cotidiana dos indivíduos, segundo Calvet (2007), tornam o espaço privilegiado para que se realize uma ação de PL para a promoção dessa língua.

Desse modo, podemos afirmar que o espanhol está presente em outros meios de comunicação, além da fala, na cidade de Tabatinga, como em rádios, tvs, cartazes, placas comerciais, em músicas e em mídias sociais, meios estes respondidos pelos participantes e reforçados pelos pesquisadores mencionados.

Sumarizando, a partir das análises dos dados obtidos da terceira categoria do questionário investigativo aplicado aos participantes da pesquisa somados ao referencial

teórico, ficou perceptível que a língua espanhola assume, nestes outros contextos, a função social de comunicação de assistência à saúde, comercial e turística, conforme Teixeira (2014) os definem, e ainda pode assumir a função social de comunicação comunitária, quando, por exemplo, ela é usada na transmissão de eventos culturais, uma vez que ela é direcionada e interessa socialmente a um determinado grupo, segundo Lagares (2018). Inclusive, percebemos que o espanhol também pode assumir funções sociais, sendo língua de: publicidade, quando ela está presente em placas comerciais ou em propagandas na tv ou rádio ou até nas mídias; integração cultural, uma vez que reforça a irmandade entre os países vizinhos, que compartilham costumes, festividades e torneios esportivos, estabelecendo relações amigáveis, fraternas e solidariedade.

Desta forma, comprovamos a terceira e última hipótese levantada e mencionada na Introdução de que se utiliza a língua espanhola em outros âmbitos como por exemplo: saúde, comércio, lazer, etc.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

Conforme o que foi aludido no capítulo de Introdução, o questionamento para esta pesquisa surgiu logo nas minhas primeiras passagens pela região do Alto Solimões, na fronteira Brasil-Colômbia-Peru, há muitos anos. Questionamento este que foi aumentando com o passar do tempo, juntamente com o crescimento e desenvolvimento da cidade de Tabatinga, cidade brasileira dessa fronteira, onde fica evidente de forma significativa a pluralidade social, cultural e linguística com o Espanhol entre as línguas presentes.

Diante dessa realidade, surgiu a inquietação com essa situação específica das funções sociais que assume o Espanhol, o que motivou a realizar esta investigação com o intuito de tentar responder a seguinte pergunta geral: que funções sociais a língua espanhola assume em contexto transfronteiriço na cidade de Tabatinga/AM a partir das perspectivas de habitantes?

O objetivo geral proposto foi de analisar que funções sociais a língua espanhola assume em contexto transfronteiriço na cidade de Tabatinga/AM a partir das perspectivas de habitantes, e para alcançar o objetivo geral proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) verificar que funções sociais o Espanhol assume no contexto educacional em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes; b) constatar que funções sociais o idioma Espanhol assume no contexto familiar em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes; c) identificar que funções sociais o Espanhol assume em outros contextos em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, no capítulo de Fundamentação Teórica, contextualizei o panorama atual de pesquisas relacionadas a presença e ensino da Língua Espanhola à nível estadual e na região amazônicas fronteiriça, abordei sobre Políticas Linguísticas, apresentei concepções de entrelugares e por fim, tracei um panorama sobre as funções sociais da língua, com foco na espanhola.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa com viés descritivo-analítica, bem como pesquisa bibliográfica e de campo etnográfica, pois busquei investigar um problema social que envolve a língua espanhola especificamente sobre as funções sociais que ela pode assumir, através da aplicação de questionários à habitantes da cidade de Tabatinga a fim de coletar os dados necessários para a verificação das funções sociais que a língua espanhola assume em contexto transfronteiriço.

Em resposta ao primeiro objetivo específico sobre as funções sociais que a Língua Espanhola assume no contexto educacional em Tabatinga a partir das perspectivas de habitantes, apresenta-se o que segue: após a análise dos dados coletados, ficou evidente que a



língua espanhola assume a função social de disciplina escolar na cidade de Tabatinga, uma vez que ela é ensinada como língua estrangeira nas escolas nessa cidade, e ainda existir uma escola bilíngue com o português e espanhol, além dos cursos de graduação em letras Língua Espanhola existentes na região, apesar de não existir uma lei municipal para essa ação.

Quanto ao segundo objetivo específico sobre as funções sociais que a Língua Espanhola assume no contexto familiar em Tabatinga a partir da perspectiva de habitantes, apresenta-se o que segue: ficou notório que a língua espanhola assume as funções sociais de uso familiar, e de comunicação entre parentes e amigos, uma vez que o idioma é utilizado na interação das famílias das comunidades hispanas da cidade, bem como entre os membros da própria ou distintas comunidades que vivem na fronteira.

Quanto ao terceiro objetivo específico sobre as funções sociais que a Língua Espanhola assume em outros contextos na cidade de Tabatinga a partir da perspectiva de habitantes, apresenta-se o que se segue: ficou perceptível que a língua espanhola assume as funções sociais de comunicação de assistência à saúde, comercial, turística, de comunicação comunitária, de publicidade, de integração cultural, uma vez que ela pode ser usada no atendimento de saúde, na interação de servidor da saúde e paciente, na interação de comerciantes e clientes, na interação entre turistas, na utilização para transmissão de eventos, em anúncios e propagandas, na interação entre os vizinhos hispânicos.

Desse modo, podemos verificar que os objetivos específicos do trabalho foram alcançados e conseqüentemente, o objetivo geral também foi atingido. A língua espanhola assume diferentes funções sociais em diferentes contextos numa região transfronteiriça plurilíngue que é integrada por uma complexa rede de relações, o que mostra sua significativa importância na sociedade nessa região brasileira.

Como encaminhamentos, sugiro mais investimentos na formação e na qualificação de docentes de regiões fronteiriças, por se tratarem de espaços plurilíngues, bem como cursos de idiomas para profissionais de outras áreas como, por exemplo, para os profissionais da área da saúde, por estes atenderem frequentemente pacientes hispanos, para poderem oferecer um atendimento mais efetivo. Também, implementação de mais escola bilíngues, de português e espanhol, em Tabatinga para atender a realidade multilinguística, social e pluricultural da região. Ainda, sugiro o aumento de pesquisas científicas sobre a temática de Línguas, especialmente sobre a Língua Espanhola, e pesquisas voltadas para essa região transfronteiriça.

Nas páginas seguintes, encontram-se as Referências, Apêndices e Anexo utilizados nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACUÑA, Jorge Enrique Picón. Leticia, la transformación urbana de una ciudad amazónica y fronteriza. 1867-1960. In: ZARÁTE B., Carlos G. *et al.* **Espacios Urbanos y Sociedades Transfronterizas en la Amazonia**. Leticia – Amazonas - Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012. p. 98–124.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. As cidades transfronteiriças na Amazônia: entre o nacional e o regional. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 17, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015. v. 1 p. 1-19.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Análise Social**, Lisboa vol. XLV (195), 2010, p. 329-351.

AMAZONAS. Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar. **Governador Wilson Lima anuncia expansão do ensino bilíngue para 2024**. Amazonas, 2023. Disponível em <<http://www.seduc.am.gov.br/governador-wilson-lima-anuncia-expansao-do-ensino-bilingue-para-2024/>> Acesso em 15 ago. 2023.

AMAZONAS. ALEAM. **Lei Estadual N.º 152**, de 21 de maio de 2013. Manaus, AM, 2013. Disponível em: <http://legislador.aleam.gov.br/LegislatorWEB/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=201&inEspecieLei=21&nrLei=152&aaLei=2013&dsVerbete=>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. **Tabatinga**. Amazonas, 2012. Disponível em < <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Tabatinga-2012.pdf>> Acesso 15 jun. 2023.

AMAZONAS, BRASIL. [Resolução nº 89 (2006)]. Resolução nº 89, aprovada em 29 de agosto de 2006 – CEE/AM. Disponível em: <[http://fnce.org/pdf/legis/espanhol/AM%20RES\\_89\\_ANO\\_2006\\_\\_LINGUA\\_ESPANHOLA.pdf](http://fnce.org/pdf/legis/espanhol/AM%20RES_89_ANO_2006__LINGUA_ESPANHOLA.pdf)>. Acesso em 15 out. 2023

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, jan/jun. 2016.

ARNOUX, Elvira Narvaja. La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: Simposio en la Maestría en Ciencia del Lenguaje, 1, 2000, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Joaquín V. González, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOCK, Marjorie Barros. **Mediatização na tríplice fronteira BRA-COL-PE: análise semiótica material de um portal local.** 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Marta, Rio Grande do Sul, 2023.

BRANDÃO, Raimunda Julia de Freitas; TEIXEIRA, Wagner Barros. Parfor no Amazonas: fronteiras, deslocamentos, e formação de professores de Espanhol. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 27, n. 47, p. 01-362, 2020.

BRASIL. **Lei Federal N.º 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)> Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Federal N.º 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2005>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória N.º 746**, de 22 de setembro de 2016. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei n.º 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 01 dez. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **SIS Fronteiras.** Biblioteca Virtual em Saúde, 2005. Disponível em <<https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/10006001089.pdf>> Acesso em 01 dez. 2023.

CABRAL, Rocilange Salles. **Ensino de português em escola pública brasileira em região de fronteira:** realidades e desafios. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas.** Tradução de Isabel O. Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística:** uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionili. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARVALHO, Simone da Costa. **As relações de status entre as línguas na implementação em processo de uma proposta acadêmica bilíngue em um cenário institucional multilíngue**

**Latino-Americano**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1983.

COELHO, Diana Vanezza Hayden; TEIXEIRA, Wagner Barros. La lengua española en comunidades indígenas del Alto Solimões/AM. In: ENCUENTRO DE LA HISPANIDAD: Formación de Profesores, 5., 2015, Boa Vista. **Anais [...]** Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2015. p. 25 - 35.

COSTA, Mirley Tereza Correia da. **Políticas Linguísticas: o ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado do Amazonas**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

COSTA, Cecilia Aparecida; MORETTI, Edvaldo César. Invenção do outro e encontro de identidades na fronteira Brasil-Paraguai. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 11, março 2011. Disponível em < [www.eumed.net/rev/ccss/11/](http://www.eumed.net/rev/ccss/11/) > Acesso 21 de abr. de 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto Tradução de Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DÍAZ, Allesio Chinellato. El portuñol en la triple frontera amazónica: del déficit al translenguar. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 45-69, jan./abr. 2021

DREXLER, Jorge. **Frontera**. Espanha, Virgin Records, 1999. Disponível em < <https://open.spotify.com/intl-pt/track/0WASvp4NGCxcg9ClqLt8GeD> >

EUZEBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia**: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Prefácio. In: SAVEDRA, M. M. G.; PEREIRA, T. C. D. A. S.; LAGARES, X. C (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021.

FREITAS, Luciana Maria Almeida. Entre lembranças e esquecimentos: relato memorístico sobre o ensino de Espanhol no Rio de Janeiro. In: **Hispanista**. v. XII. N. 46. jul./ago./set. 2011. Disponível em <<http://docplayer.com.br/11010311-Entre-lembrancas-e-esquecimentos-relato-memoristico-sobre-o-ensino-de-espanhol-no-rio-de-janeiro.html>> Aesso em 15 out. 2023.

GALAN, Santiago Javier. **Livro didático aprovado pelo PNLD LEM Espanhol: um estudo sobre a abordagem destinada às TIC**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ádria dos Santos. **Ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola na rede Municipal de Educação SEMED/Manaus**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Amazonas em Mapas**. Manaus: Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, 2016.

GRAÇA, Luziray Barbosa. **A percepção da comunidade escolar sobre o Instituto Federal do Amazonas – campus Tabatinga: realidades e perspectivas**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUERREIRO, S. da S. **A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas**. 2017. 281 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

GUESPIN, Louis.; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica. 1986. Tradução de Marcos Bagno. In: SAVEDRA, M. M. G.; PEREIRA, T. C. D. A. S.; LAGARES, X. C (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021.

GUIMARÃES, Anselmo. O ensino de espanhol no Brasil anterior ao Colégio Pedro II (1821-1919) . In: PINHO, José Ricardo Dordron de (org.). **História do ensino de espanhol no Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Imperial editoras, 2021.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília: Universidade de Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago 2006.

HEUFEMANN, Felipe Miguel Castro. **Políticas linguísticas e o ensino da língua espanhola em Manaus à luz da glotopolítica**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. **Revista Iztapalapa** (Políticas del lenguaje en América Latina), n. 29, 1993.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. CD-ROM. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO CERVANTES. **El español: una lengua viva**. Informe 2022. Instituto Cervantes, 2022.

INTEGRACIÓN AMAZONICA. **Bienvenidos a Isla Santa Rosa Amazonas**. Disponível em <[www.integracionamazonica.pe/isla-santa-rosa-amazonas](http://www.integracionamazonica.pe/isla-santa-rosa-amazonas)> Acesso em: 05 jun. 2023.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual Política Linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Bruno Caldas. **A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise para a tríplice fronteira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: BLAUTH, Nely; DAMIANI, Anelise; DUTRA, Saad Viviane; SCHAFFER, Naiva Otero; STROHAECKER, Tânia M.(orgs). **Fronteiras e espaço global**. PortoAlegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Porto Alegre, 1998, p. 41–49.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, Álvaro. **O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro**. Brasília: Thesaurus, 2008. (Colección Orellana, 19).

MEGALE, Antonieta Heyden. O retrato linguístico de uma professora entre-línguas **Revista Colombiana de Educación**, núm. 75, p. 287-309, 2018.

MELO, Giane Zupellari dos Santos. **A atenção à saúde de estrangeiros no Brasil: estratégias governamentais em um município de tríplice fronteira internacional**. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MERCOSUL. **O que é o Mercosul?** 2019. Disponível em <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>> Acesso em 15 out. 2023

MATTOS, C. J. G.; CASTRO, P. A. de. (Org.). **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In: Etnografia e educação: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus. **Sobreviventes das fronteiras: cultura, violência e valores na educação**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

MORENO FERNANDEZ, Francisco. **La lengua española en su geografía**. Madrid: Arco/Libros, 2009

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João (org.). **O ensino do espanhol no Brasil**. São Paulo: Parábola, 2005.

MORENO FERNANDEZ, Francisco. **El español en la frontera amazónica (Brasil-Colombia)**. Instituto Cervantes. España, 2001

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Brasília, 2003.

MOTTA, Jorge Aponte. Comercio y ocio en la transformación del Espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. In: ZARÁTE B., Carlos G. *et al.* **Espacios Urbanos y Sociedades Transfronterizas en la Amazonia**. Leticia – Amazonas - Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012. p. 205-235.

NASCIMENTO, Edmilson Alves do. **Política pública de erradicação do trabalho infantil na tríplice fronteira amazônica – Brasil, Colômbia e Peru: reflexões sobre o contexto de Tabatinga/AM**. 2016. 223 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **Serie: política exterior peruana Perú - Colombia: La construcción de una asociación estratégica y un desarrollo fronterizo**. 1 ed. Lima: Instituto de Estudios Internacionales (IDEI) - Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA. **História**. 2022. Disponível em <<https://www.tabatinga.am.gov.br/historia/>> Acesso em: 30 maio 2023.

PRIBERAM. **Voadeira**. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [on-line]. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/voadeira.>>. Acesso em 01 mar 2024.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**. [S. l.], v. 27, n. 78, p. 213-235, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68687>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In:

NICOLAIDES, Christine *et al.* (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editoras, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.), 1999. 3. ed. Reimpressão, São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Ciências Humanas: pesquisas e métodos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, Mariana Rabelo. **Crenças de professores de espanhol sobre a avaliação no ensino-aprendizagem de LE**. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RODRIGUES, Luana Ferreira. **Práticas e Políticas Linguísticas no Alto Solimões: plurilinguismo, formação de professores na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru**. 2021. 265 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

RODRIGUES, Fernanda dos Santos Castelano. Leis e línguas: o lugar do espanhol na escola brasileira. In: BARROS, Cristiano Silva; COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins. **Coleção Explorando o Ensino: Espanhol Ensino Médio**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010

SANTOS, F. G. dos; TEIXEIRA, W. B. “Dez anos da lei do espanhol no Amazonas.” In: BARROS, C. *et al.* (org.). **Dez anos da lei do espanhol: 2005 – 2015**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, Publicação dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 32, p. 11-27, 2012.

SEDYCIAS, João (Org.). **O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SILVA, Cristhian Rodrigues da; QUEIROZ, Adriana Aparecida das Neves de. **As variações linguísticas geradas na orla da fronteira do Município de Tabatinga-Am no Brasil em contato com Santa Rosa no Peru e suas Implicações nas relações de comércio: um estudo de caso**. Repositório Institucional da UEA, Tabatinga, 2022. Disponível em <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4433>> Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 52 v. 2 p. 289-320, jul./dez. 2013.



SILVA, ZENETE RUIZ DA. **Práticas pedagógicas interculturais na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: um estudo na escola estadual Marechal Rondon**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SOUZA, Antonio Jorge Ataíde. **O sistema oficial de saúde na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru**. 2018. 299 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

SOUZA, Ayrton Ribeiro. Projetos de leis para implantação do ensino do espanhol nas redes de ensino estaduais (2017-2020). In: Congresso Brasileiro de Hispanistas, 11., 2020, Campina Grande. **Anais** [...] Campina Grande: Associação Brasileira de Hispanistas, 2020.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **Cidades amazônicas na fronteira: dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões – AM**. 2019 179 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2019.

SPOLSKY, Bernard. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othero.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

STEIMAN, Rebeca. Zona de fronteira e cidades gêmeas: uma Tipologia das interações transfronteiriças. In: BOTIA, Carlos et al. **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Leticia - Amazonas - Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012, p. 154-166.

STURZA, Eliana Rosa; TATSCH, Juliane. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato**, nº 53, p. 83-98, 2006.

TEIXEIRA, Wagner Barros. Fluidez transfronteiriça e as funções das línguas espanhola e portuguesa nos entre-lugares amazonenses. In: TALLEI, Jorgelina; TEIXEIRA, Wagner Barros (org.). **Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los Brasiles**. Manaus: EDUA, 2020.

TEIXEIRA, Wagner Barros. La lengua española en el Amazonas: presencia, funciones, enseñanza y resistencia. In: MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. **La lengua española en Brasil: enseñanza, formación de profesores y resistencia**. Brasília, DF: Consejería de Educación da Embaixada, 2018.

TEIXEIRA, Wagner Barros. **Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas**. 2014. 355 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

UNIGARRO, Daniel Esteban. “Alegría sin fronteras” entre Brasil, Colombia y Perú: de cómo “tres países hermanos” celebran el nacionalismo. **Maguaré**, vol. 26, n. 1, p. 263-297, jan-jun 2012.

VIRGA, Thais. Urbanização e Fronteira na Amazônia: Um olhar para as “cidades-gêmeas” de Letícia (CO) e Tabatinga (BR). *In: ENANPUR*, 17., 2017, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: 2017. Disponível em <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1998/1977>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VIEIRA, José Maria Trajano. **A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru**. 2016. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campina, 2016.

ZÁRATE B., Carlos G. Ciudades pares en la frontera amazónica colonial y republicana. *In: ZARÁTE B., Carlos G. et al. Espacios Urbanos y Sociedades Transfronterizas en la Amazonia*. Leticia – Amazonas - Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012. p. 21-44.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2011. 2. ed. Reimpressão, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD: UFSC, 2006.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

### DADOS DO PARTICIPANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Cidade e País de Nascimento: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Função/cargo: \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

#### **Parte I**

1. Em Tabatinga, há escolas que ministram aulas de espanhol?

- ( ) sim
- ( ) não
- ( ) não sei

2. A língua espanhola forma parte do currículo escolar? Desde quando?

- ( ) sim
- ( ) não
- ( ) não sei

3. Há cursos de graduação em Letras Espanhola em Tabatinga ou na região do Alto Solimões?  
Desde quando?

- ( ) sim
- ( ) não
- ( ) não sei

4. Há cursos de formação continuada ou de atualização para professores de espanhol?

- ( ) sim
- ( ) não
- ( ) não sei

5. Os professores têm apoio com material didático na escola para o ensino de espanhol?

- ( ) sim
- ( ) não
- ( ) não sei

6. Há uma lei que torna obrigatório o ensino da língua espanhola em Tabatinga?

- sim
- não
- não sei

## **Parte II**

7. Há comunidades de imigrantes que falam espanhol em Tabatinga? De que países?

- sim \_\_\_\_\_
- não
- não sei

8. Há estudantes que são filhos de imigrantes nas escolas?

- sim
- não
- não sei

9. Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, qual(ais) é(são) o(s) idioma(s) usado(s) por esses estudantes?

- português
- espanhol
- outro: \_\_\_\_\_

10. Qual(ais) a(s) língua(s) usada(s) entre os membros da comunidade?

- portuguesa
- espanhola
- indígena
- outras: \_\_\_\_\_

11. Essas pessoas usam a língua exclusivamente quando estão em seu país ou também no Brasil?

- exclusivamente em seu país
- também no Brasil (ambos)

12. Em que língua(s) você interage com seus familiares em Tabatinga?

- portuguesa
- espanhola
- indígena
- outras: \_\_\_\_\_

**Parte III**

13. Há assistência médica em espanhol em Tabatinga?

- sim
- não
- não sei

14. Há comércios de pessoas imigrantes que falam espanhol em Tabatinga?

- sim
- não
- não sei

15. Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, que tipo(s) de comércio(s) existe(m)?

- restaurante
- mercadinho
- cabelereiro
- outros: \_\_\_\_\_

16. No âmbito jurídico, há necessidade de se falar em espanhol?

- sim
- não
- não sei

17. Em que outros lugares podem-se observar as pessoas interagindo em espanhol em Tabatinga?

- no meios de transporte
- nas práticas de esporte livre
- na feira
- no porto
- outros: \_\_\_\_\_

18. Além da interação direta entre as pessoas em espanhol, através de que outros meios de comunicação as pessoas têm outras informações nesse idioma?

- rádio
- televisão
- cartazes
- outros: \_\_\_\_\_

**APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
FACULDADE DE LETRAS - FLet  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE**

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa acadêmica "**As Funções Sociais do Espanhol na região fronteiriça do Alto Solimões/AM**", sob a responsabilidade da pesquisadora Luz Marina Canelo de Ramirez, sob a orientação do Professor Dr. Wagner Barros Teixeira, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na cidade de Manaus.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar que funções sociais a língua espanhola assume em contexto transfronteiriço na cidade de Tabatinga/AM e os objetivos específicos são: verificar que funções sociais o Espanhol assume no contexto educacional em Tabatinga; constatar que funções sociais o idioma Espanhol assume no contexto familiar em Tabatinga; e identificar que funções sociais o Espanhol assume em outros contextos em Tabatinga.

Esta pesquisa se faz importante para compreender as funções sociais que o espanhol apresenta em uma região de fronteira como é a cidade de Tabatinga, e nela fica evidente a diversidade social, cultural e linguística com o Espanhol entre as línguas presentes, e este ainda ser uma língua de função social internacional.

Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em PDF para guarda-lo em seu computador. Você também poderá solicitar a pesquisadora responsável do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails fornecidos anteriormente.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário online através do *Google Formulário*, afim de garantir os cuidados sanitários necessários devido à pandemia da Covid-19. O formulário, após o consentimento do participante colaborar com a pesquisa, está dividido em duas secções, cuja a primeira corresponde a coleta de dados do participante como nome, idade, cidade e país de nascimento, escolaridade e função ocupacional. E a segunda secção confere o questionário propriamente dito que corresponde a coleta de dados sobre o uso e presença do espanhol no âmbito escolar, familiar e outros contextos na cidade de Tabatinga, totalizando 23 perguntas, dentre as quais estão perguntas de múltipla escolha, de seleção e de escrever. Estima-se que você precisará de aproximadamente 10 minutos para responder o questionário. Os dados da pesquisa serão compilados e interpretados de forma quantitativa (com geração de gráficos) e qualitativa (analisando e interpretando as respostas). A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

As informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, científicos e de divulgação científica, sendo preservado o anonimato do(a) fornecedor(a) dos dados.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Ressalta-se que esta pesquisa não apresenta nenhum tipo de risco à saúde, bem como nenhum dano moral, uma vez que a pesquisa será realizada de forma totalmente online, através do preenchimento deste questionário eletrônico. O único risco previsto nesta pesquisa é o risco relacionado ao ambiente virtual, devido as limitações das tecnologias e as medidas preventivas adotadas para reduzir ao máximo esse risco são: o envio de um e-mail por pessoa, a identificação dos participantes se dará através de códigos durante o processo de análise dos dados coletados, somente a pesquisadora responsável terá acesso aos contatos dos participantes e a todo o material coletado.

A pesquisa certamente trará benefícios em nível científico, acadêmico e comunitário, pois focará na investigação das funções sociais que a língua espanhola assume em diferentes contextos em ambiente de fronteira na cidade de Tabatinga/AM. Este trabalho pode trazer

resultados que gerem discussões políticas a respeito do ensino de línguas, mais especificamente o Espanhol, podendo incentivar mudanças nas políticas linguísticas no Amazonas para a região de fronteira. Além disso, acredita-se que esta pesquisa seja relevante porque contribuirá no crescimento do interesse pela língua espanhola e no fortalecimento e valorização do Ensino de Língua Estrangeira, não só na região do Alto Solimões e no Amazonas, mas no Brasil de forma mais geral.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Para qualquer outra informação, o(a) Senhor.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Luz Marina Canelo de Ramirez e com o Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira.

Contato dos pesquisadores:

Nome: Luz Marina Canelo de Ramirez

E-mail: luzmarina\_2000@hotmail.com

Telefone e Whatsapp: (92) 99302-5165

Nome: Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira

E-mail: wagbarteixeira@ufam.edu.br

Informações institucionais:

Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL)

Faculdade de Letras (FLet)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário Bloco Mário Ypiranga Monteiro, Setor Norte – Coroado. CEP 69077-000 - Manaus/AM

Telefone - (92) 3305-1181 Ramal 2113,

E-mail: flet@ufam.edu.br; ppgl@ufam.edu.br.



Em caso de dúvida em relação a este documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, CEP 69057-070, Manaus-AM, telefone fixo (92) 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 99171-2496 e e-mail cep.ufam@gmail.com. Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados responsáveis pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa, prevenindo eventuais riscos e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

### CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu li o esclarecimento sobre a pesquisa e compreendi para que serve o estudo e o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não terei nenhuma remuneração. Concordo em participar da pesquisa **As Funções Sociais do Espanhol na região fronteiriça do Alto Solimões/AM** como voluntário e fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

Você consente em participar da pesquisa?

- ( ) Sim
- ( ) Não

**ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM  
PESQUISA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESPANHOL NA REGIÃO  
FRONTEIRIÇA DO ALTOSOLIMÕES/AM

**Pesquisador:** LUZ MARINA CANELO DE RAMIREZ

Área Temática:

**Versão:** 2

**CAAE:** 65740122.6.0000.5020

**Instituição Proponente:** Faculdade de Letras -Flet

**Patrocinador Principal:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.926.656

[...]

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em razão do exposto, projeto aprovado.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não